

**EDMUNDO PIRES**

**A HISTÓRIA DE ALDEINHA NO MUNICÍPIO DE ANASTÁCIO MATO GROSSO  
DO SUL E SUA INSERÇÃO NO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO TERENA  
(1932-2014).**

**DOURADOS - 2015**

**EDMUNDO PIRES**

**A HISTÓRIA DE ALDEINHA NO MUNICÍPIO DE ANASTÁCIO  
MATO GROSSO DO SUL E SUA INSERÇÃO NO PROCESSO DE  
TERRITORIALIZAÇÃO TERENA (1932-2014).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em História, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), para a obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História, Região e Identidades. **Linha de pesquisa: História Indígena**

Orientador: Prof. Dr. Levi Marques Pereira

**DOURADOS - 2015**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).**

P667h	<p>Pires, Edmundo. A história de Aldeinha no município de Anastácio Mato Grosso do Sul e sua inserção no processo de territorialização Terena (1932-2014). / Edmundo Pires. – Dourados, MS : UFGD, 2015. 108f.</p> <p>Orientadora: Prof. Dr. Levi Marques Pereira. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados.</p> <p>1. Territorialização. 2. Terena. 3. Aldeinha. 4. Terra Indígena. I. Título.</p> <p>CDD – 911.3</p>
-------	--

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.**

**©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.**

**EDMUNDO PIRES**

**A HISTÓRIA DE ALDEINHA NO MUNICÍPIO DE ANASTÁCIO,  
MATO GROSSO DO SUL E SUA INSERÇÃO NO PROCESSO DE  
TERRITORIALIZAÇÃO TERENA (1932-2014)**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE PROGRAMA DE PÓS-  
GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA-PPGH/UFGD

Aprovado em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

Presidente e orientador (a):

Levi Marques Pereira (Dr. UFGD) \_\_\_\_\_

2º Examinador:

Noêmia dos Santos Pereira Moura (Dra. UFGD) \_\_\_\_\_

3º Examinador:

Antônio Dari Ramos (Dr. UFGD) \_\_\_\_\_

4º Examinador:

Vera Lúcia Ferreira Vargas (Dra. UFMS) \_\_\_\_\_

Membro Suplente:

Thiago Leandro Vieira Cavalcante (Dr. UFGD) \_\_\_\_\_

*Aos amores de minha vida, Nancy, Diogo, Naed e Larissa. Família maravilhosa, razão do meu viver...*

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho não ficaria completo se não fossem as inúmeras contribuições que obtive durante a sua produção. Diversos foram também os incentivos recebidos quando trilhei o caminho do mestrado. Relembrar os amigos, portanto, neste momento será um prazer. Assim, quero agradecer:

- A *Deus*, pelo seu infinito amor e misericórdia para comigo, por saber que Ele sempre está ao meu lado, me guiando desde o início da minha existência e por proporcionar-me infinitas oportunidades de crescimento moral e espiritual a cada instante.

- Aos Meus pais, Candido Pires e Aracy Rocha Pires (*in memoriam*).

- Aos meus irmãos Ana Catarina Pires, Sheila Pires (*in memoriam*), Mario Nelson Pires, Altamiro Gaúcho Pires e Candido Pires Filho.

- A minha Esposa Nancy pela paciência incentivo e compreensão, minha filha Larissa pelo auxílio nos trabalhos de campo, Minha filha Naed e seu esposo Edilson pelo apoio e torcida, meu filho Diogo, pelo apoio e confiança.

- Ao Cunhado/irmão Luiz Carlos Bueno e Família, pelo apoio incondicional.

- A Professora Dr<sup>a</sup> Noêmia dos Santos Pereira Moura que compartilhou, com sabedoria, seus conhecimentos sobre a História Indígena, orientando-me no Trabalho de Especialização em História Regional e, posteriormente, me incentivou e auxiliou no Projeto de Mestrado e na presente dissertação. Agradeço-a infinitamente por poder compartilhar da sua amizade e da amizade de seu esposo Raimundo e dos filhos André e Alexandre.

- Ao orientador, professor Dr. Levi Marques Pereira que em todos os momentos incentivou a realização deste trabalho - muito obrigado pela sua infinita paciência e compreensão para comigo durante todo o percurso desta caminhada que, ao final, me proporcionou o enorme prazer em consolidarmos uma grande amizade.

- Aos meus professores da graduação que me despertaram o interesse para o ofício de historiador. A gratidão é imensurável: Arnaldo Begossi, Vilma Begossi, Mário Baldo, Osvaldo Zorzato, Amarílio Ferreira Junior, Marisa Bittar e Carlos Frederico Corrêa da Costa.

- Meus professores do mestrado que, através de suas discussões acadêmicas, contribuíram fundamentalmente com o aprimoramento do trabalho: Graciela Chamorro, Ana maria Collin, Losandro Tadesshi, João Eliazar, Eudes, e ao Thiago Leandro Vieira

Cavalcante, pelas observações e críticas realizadas na qualificação e que foram fundamentais para o aperfeiçoamento deste trabalho.

- Meus colegas da turma de mestrado e doutorado por terem sido companheiros nas inúmeras horas de discussões de textos: Felipe Megeredo, João Filipe, Cláudia, Marciana, Almir Bauler, Carlos Herrera, André, Cristiane, Danilo, Djalma, Martina, Maiara, Miksileide, Rafael, Reginaldo Roberto, Rogério, Vladimir, Lenir.

- Duas superamigas Prof. Dra. Iara Quelho Castro e Prof. Dr<sup>a</sup> Vera Lucia Ferreira Vargas que nunca deixaram de me incentivar e apoiar.

- Aos companheiros da SESAI pela credibilidade, incentivo e apoio durante todo o tempo do mestrado: Ademir A. de Oliveira, Antônio Martins Ribeiro, Dr. Nelson e Liane Kanashiro, Dr. Francisco, Dr. Lutero, Juliane Viveiros, Juliana Pires, Joel Garcia, Ademir e Marcelo Chaves, Josiane, Maria Rita, Lescano, Rodrigo Ana Cristina Edenilze, Gislana, Donisetti. e Soeli

- Ao Valdemir Gomes dos Santos Marcelo Porto Carrero e José Barbosa em nome dos quais agradeço a todos os obreiros da “Arte Real” pelo apoio e compreensão.

- Aos amigos Terena Enéas, Flávio Pereira e família, Reinaldo, Chico Ramiro sua esposa Sonia e filhas - Rose, Alice, Fernanda, Néia, Dulcinéia, Dulciéli e o Chiquinho; Pedro Jorge Filho, Gedeão Jorge, Edvanda e a todos os amigos de Aldeinha.

Aos amigos Milton, João B.C, Maurício, Plínio, Diego, Cleide e Guimarães *as* minhas amigas Maria Regina, Célia, Creuza, Fátima, Valdenira, as minhas cunhadas Marly, Nancy, Cléia Marcia Elza e Marisa. Ao meu sogro Clyde do Carmo, Joca, Pablo, Fabiane, Jaciane, Junior, Almir, Rodrigo Vagner, Adriano, Alexandre, Winston, Hugo, Fábio enfim a todos que em diversos momentos, mesmo lançaram suas energias positivas até mim.

*A afeição real de alma a alma é a única que sobrevive à morte, porque os seres que se unem neste mundo se encontram no porvir, na outra dimensão da vida.*  
*Allan Kardec – Evangelho Segundo o Espiritismo.*

## RESUMO

A proposta dessa dissertação de mestrado em história é analisar a territorialização dos índios Terena da comunidade denominada de Aldeinha, localizada no espaço rural/urbano dos municípios de Aquidauana e Anastácio. O trabalho realça algumas situações de territorialidade e territorialização ocorridas em contexto rural/urbano no período de oito décadas, apresentando diferentes situações relacionais entre famílias Terena e entre elas e os não indígenas. O período das oito décadas foi dividido em três contextos. O primeiro contexto cobre o período da década de 1930 até o ano de 1965, e inicia-se com a compra de uma área de 32 hectares de terras pelo índio terena conhecido como José Coreiro, terras estas localizadas à margem esquerda do rio Aquidauana, área rural do município homônimo ao rio. O segundo contexto inicia-se com a emancipação política do município de Anastácio, em 1965, com a ocupação da margem esquerda de Aquidauana perdurando até o ano de 1980. Constatou-se que após a emancipação se iniciou o processo de loteamento e urbanização do novo município, que acabou por se sobrepor ao espaço ocupado pelos indígenas. O terceiro e último contexto inicia-se na década de 1980 e vai até 2014. Esse contexto é caracterizado pela organização dos Terena descendentes de proprietários e de agregados das famílias originais, adotando o formato de aldeia. Dessa forma, buscam incluir-se no crescente movimento dos povos indígenas no Brasil, a luta em prol da demarcação e homologação de seus territórios e outras demandas, como saúde, educação e autodeterminação. Para tanto, parte das famílias de Aldeinha organizam o conselho tribal e também associações indígenas, passando, então, a utilizar a denominação 'aldeia' em uma situação de contato interétnico. Tais procedimentos endossavam a reivindicação de reconhecimento de seus direitos territoriais enquanto Reserva Indígena de Aldeinha junto à FUNAI, demais órgãos de governo e da sociedade civil. Pretende-se, desta forma, identificar o contexto histórico em que os Terena de Aldeinha se inserem de forma ativa e participativa no processo de territorialização na margem esquerda do rio Aquidauana, posteriormente município de Anastácio, apresentando as diferentes estratégias de convívio e resistência étnica utilizadas por eles e que perduram até os dias atuais.

Palavras- chaves: Territorialização; Terena; Aldeinha; Terra Indígena.

## ABSTRACT

The aim of this master's dissertation in History is to analyze the territorialization of the Brazilian Indians named Terena from the indigenous community Aldeinha, located in both rural and urban spaces of the municipalities of Aquidauana and Anastácio (Mato Grosso state). This research highlights some situations of territoriality and territorialization that occurred during a period of eight decades, by presenting different situations of relationship among the Terena families themselves and among them and the non-indigenous people. This period of eight decades was divided into three contexts. The first one comprises the decades from 1930 to 1965 and begins when the Terena José Cordeiro purchased an area of 32 hectares on the left bank of the river Aquidauana (whose name is homonymous to city where it is located). The second period begins with the political emancipation of the municipality named Anastácio in 1965 through the occupation of the left bank of Aquidauana river lasting until 1980. After the emancipation, the next process was the allotment and urbanization of the sprung municipality, which inevitably overlapped the Terena's occupation. The third – and last – period begun in 1980 and lasted until 2014. This context is characterized by the organization of the Terena descendants (from the original families and relatives) when they opted by the format of a village. Thus, they aim to include themselves into the increasing movement of the Brazilian indigenous peoples in the search of the demarcation and homologation of their lands, and other demands of their interests like health, education and self-ethnicity determination. In this regard, part of the families from indigenous community Aldeinha organized a tribal council and the indigenous association and, thus, they decided to adopt the name “village” when there happened to be any inter-ethnic contact. Such procedures endorsed the claim for recognition of their territorial rights as Indigenous Community of Aldeinha before FUNAI and other governmental agencies and civil society. It is intended, therefore, to identify the historical. We intend, thus, to identify the historical context in which the Terena Indians are inserted in an active and participative way during the process of territorialization of the left bank of the Aquidauana river – posteriorly named as Anastácio municipality – by presenting the different strategies of living together and ethical resistance used by them, which last until nowadays.

**Keywords:** Territorialization. Terena. Aldeinha. Indigenous Land.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FOTOGRAFIAS

Foto 1 - Moradia de índio Terena da aldeia Aldeinha 1999 .....	91
Foto 2 - Moradia de índio Terena da aldeia Aldeinha 1999 .....	92
Foto 3 - Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva.....	93
Foto 4 - Posto de Saúde vila Umbelina/Aldeinha .....	93
Foto 5 - Moradia de índio Terena da aldeia Aldeinha 2014.....	94

### MAPAS

Mapa 1 - Mapa das terras indígena de Mato Grosso do Sul.....	30
Mapa 2 - Mapa de localização da Comunidade Aldeinha (Vila Umbelina), Anastácio-MS...	63
Mapa 3 - Mapa de localização Aldeia Aldeinha, Anastácio-MS .....	78

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**ADR** – Administração Diretoria Regional

**CI** – Comunicação Interna

**CIMI** – Conselho Indigenista Missionário

**CNBB** – Conselho Nacional dos Bispos do Brasil

**CPAQ** – Campus de Aquidauana.

**CDR** – Centro de Documentação Regional (UFGD)

**DSEI** – Distrito Especial Indígena

**FUNAI** – Fundação Nacional do Índio

**FUNASA** – Fundação Nacional de Saúde

**ISAMU** – Inland South America Mission

**LAHIN** – Laboratório de História Indígena

**MIU** – Missão Indígena Uniedas

**NOB** – Noroeste do Brasil

**SAIM** – South America Mission

**SESAI** – Secretaria Especial de Saúde Indígena

**SIASI** – Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena

**SPI** – Serviço de proteção ao Índio

**UFGD** – Universidade Federal da Grande Dourados

**UFMS** – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

## SUMÁRIO

Resumo .....	7
Abstract.....	8
Lista de ilustração.....	9
Lista de abreviaturas e siglas .....	10
Introdução.....	12
<b>Capítulo 1- História dos Terena em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização</b> .....	16
1.1 - A produção do território enquanto processos: construções e reconstruções.....	16
1.2 - A proposta metodológica a partir da identificação de contextos, fases e ciclos na organização da comunidade de Aldeinha .....	19
1.3 - Aproximação ao conceito de territorialidade e sua contribuição para pensar a agência das famílias Terena da comunidade de Aldeinha .....	25
1.4 – Alguns aportes sobre a formação das Reservas, história indígena, protagonismo e movimento indígenas.....	29
<b>Capítulo 2 - Mobilidade Terena: Deslocamento da família do índio Neco e a formação da comunidade de Aldeinha</b> .....	45
2.1 – Da fazenda Conceição para a reserva Buriti: a primeira territorialização das futuras famílias de fundadores da comunidade de Aldeinha .....	45
2.2 – A saída de Buriti para a margem esquerda de Aquidauana: a segunda experiência de territorialização.....	51
2.3 – Aquisição da área que viria a ser comunidade indígena terena de Aldeinha: a terceira territorialização.....	60
<b>Capítulo 3- A fundação da aldeia Aldeinha e o processo de reconhecimento em curso: terceira etapa de territorialização</b> .....	71
3.1 - Processo de emancipação do município de Anastácio e seus impactos sobre a comunidade de Aldeinha .....	71
3.2 – Formas de assentamento Terena.....	73
3.3 - A fundação da aldeia Aldeinha (1984) – etnicização da luta fundiária .....	77
Considerações finais.....	96
Referências bibliográficas.....	100
Anexos.....	104

## Introdução

Este trabalho procura investigar e analisar o processo de territorialização Terena na aldeia Aldeinha, município de Anastácio. O conceito de territorialização tem sido discutido por diversos autores da geografia, da história e da antropologia. Adiante faremos uma reflexão mais ampla sobre o conceito, contudo, para o momento, cabe apenas informar que no presente trabalho o conceito é pensado em relação à construção do espaço de Aldeinha, cujo marco fundante foi a iniciativa de líderes da comunidade que saíram da Reserva ou Terra Indígena Buriti, onde haviam sido territorializados pelo órgão indigenista oficial – SPI, em busca de um novo processo de territorialização, restrito a um número de famílias vinculadas ao líder indígena Neco. Desse modo, procura-se demonstrar que a territorialização em Aldeinha pode ser considerado como um segundo processo de territorialização, marcado pelo protagonismo desse grupo de famílias, o que implica numa tentativa de construção de maior autonomia, tanto territorial como organizacional.

Identificam-se as diferentes performances indígenas envolvidas nesse processo, reunindo casos em que alguns assumem a condição de proprietários e, outros, de agregados, até se dividirem em aldeia e comunidade/bairro. Enquanto a margem esquerda de Aquidauana, no lado em que se transformou na comunidade de Aldeinha, permaneceu como área rural ou suburbana, todos os Terena, independentemente de seu status fundiário, habitavam uma área contígua, na qual cada família tinha o seu espaço de produção.

O trabalho realça as relações internas e a afirmação da identidade étnica frente aos diversos agentes regionais, descrevendo o conjunto de estratégias desenvolvidas pelos Terena proprietários e agregados. Cabe explicar que se entende por agregados aqueles índios que não pertenciam à família do índio Neco, ou seja, ao Tronco fundador da comunidade de Aldeinha. Os agregados não eram proprietários e, na maioria dos casos, a afinidade era étnica e religiosa. Os “patrícios”<sup>1</sup> como se tratavam entre si, chegaram de várias partes e se fixaram na comunidade, sempre com a anuência dos Terena proprietários. Aos poucos se configurava a comunidade de Aldeinha, com a contração de laços de casamento, compadrio, corresidência e solidariedade política entre descendentes de proprietários e agregados. Atualmente, no plano da urbanização do município de Anastácio, a comunidade constitui a Vila Umbelina, nome da mãe do índio Neco e de José Coureiro, uma das antigas lideranças da Reserva de Buriti.

---

<sup>1</sup> Termo utilizado pelos Terena, ao referirem-se a outro índio do seu próprio meio ou de grupos étnicos diferentes.

Para organizar a sistematização do período das oito décadas coberto na pesquisa, o mesmo foi dividido em três contextos. O primeiro contexto vai da década de 1930 até o ano de 1965. Ele começa com a aquisição de 32 hectares de terras pelo índio Terena conhecido como José Coureiro. Essas terras localizam-se à margem esquerda do rio Aquidauana. O segundo contexto inicia-se em 1965 com a emancipação política de Anastácio, que perdurou até o ano de 1980. Algumas alterações começam a ser produzidas quando o novo município começa a se organizar em cidade e campo. A cidade vai se estender do Porto Geral à comunidade de Aldeinha. O terceiro e último contexto inicia-se na década de 1980 e vai até 2014. Esse contexto é caracterizado pela organização dos Terena agregados, com o apoio de alguns dos descendentes dos proprietários indígenas, que fundam a Reserva Indígena de Aldeinha no mesmo formato no qual viviam outros coletivos Terena na região.

A Reserva Indígena de Aldeinha, tal como foi denominada no Livro Ata de Fundação da aldeia, constitui-se em quatro quadras da Vila Umbelina, que atualmente engloba a comunidade de Aldeinha e a aldeia Aldeinha. A construção de Aldeinha insere-se no crescente movimento dos povos indígenas do Brasil, na luta pela conquista de direitos assegurados no plano formal das leis, mas nem sempre efetivados na demarcação e homologação de seus territórios. A busca por reconhecimento de seus direitos se estende também para a saúde, educação e autodeterminação dos povos indígenas, que constituem as principais bandeiras do movimento indígena no país.

A título de exemplo do que ocorria nas Reservas Terena, as famílias da aldeia Aldeinha organizaram o Conselho Tribal e a associação indígena, passando a utilizar a denominação de Reserva nas interações com o entorno, para reivindicar da FUNAI e demais órgãos de governo e da sociedade civil, o reconhecimento de seus direitos territoriais e de assistência, exigindo serem reconhecidos como Reserva Indígena de Aldeinha. A pesquisa busca identificar o contexto histórico em que os Terena de Aldeinha se inserem de forma ativa e participativa no processo de territorialização na margem esquerda do rio Aquidauana, posteriormente emancipada como município de Anastácio, apresentando as diferentes estratégias de convívio e resistência étnica por eles utilizadas.

Este estudo propõe discussões que foram distribuídas em três capítulos. O primeiro capítulo tem como propósito fazer um breve histórico das produções mais recentes sobre os Terena a partir da década de 1990, em que serão feitas algumas considerações importantes sobre essa etnia, apresentando sua distribuição espacial no Mato Grosso do Sul, sua situação

fundiária, distribuição demográfica, e suas principais práticas culturais, bem como algumas reelaborações dessas práticas a partir do intenso contato com a sociedade nacional.

No segundo capítulo, o objetivo é demonstrar a primeira territorialização dos Terena que, posteriormente, se constituirão nos fundadores do agrupamento indígena na margem esquerda de Aquidauana, reconhecido pelos não índios como bairro Aldeinha, ou aldeinha dos crentes. Relata-se como foi o deslocamento dessas famílias da fazenda Conceição, no Município de Nioaque (hoje Assentamento de Produtores Rurais Conceição, em Nioaque, a 89 km de Anastácio, onde se localiza a Aldeinha) até a Reserva de Buriti. Tal deslocamento ocorreu por imposição do Estado brasileiro, através das ações do SPI que, a partir do início do século XX, retirava os índios das fazendas, alojando-os nas Reservas.

Nessa ocasião, os Troncos Jorge e Delgado da Silva, foram para a terra indígena de Buriti, no então município de Aquidauana-MT. Na Reserva de Buriti conviveram em um novo contexto histórico, situação que implicou em significativas mudanças em seu padrão demográfico e organizacional. Posteriormente, ocorreram dissidências político-religiosas que levaram ao deslocamento do grupo de famílias que chegaram à margem esquerda do rio Aquidauana, dando início ao processo de ocupação da área que viria a ser a comunidade de Aldeinha, no atual Município de Anastácio. O capítulo se beneficia do trabalho de Moura (1994), bem como dos relatos das memórias dos índios anciãos, principalmente os de Aurélio Jorge, José Coureiro e Adalberto França Dias.

O terceiro capítulo aborda a fundação da aldeia Aldeinha e os impactos da emancipação política do município de Anastácio, cuja divisão política transforma a paisagem geográfica, social e política na comunidade de Aldeinha. Aparece com destaque a opção religiosa dos seguidores de doutrinas evangélicas, denominados de crentes. Evidencia-se também o processo de loteamento da área contígua aos espaços ocupados por famílias Terena. As famílias descendentes dos proprietários se veem obrigadas a dividir os lotes entre seus familiares ou a vender lotes para alguns índios Terena que tinham condições de comprá-los e também para não índios. Nessa época, o espaço urbano já havia se expandido em direção as terras dos indígenas, impondo a urbanização do espaço. Aumenta o interesse de não indígenas em adquirir lotes nessa região por ela estar localizada em área que em pouco tempo se constituiria na área central do município. É nesse contexto que surge a categoria denominada neste trabalho como **Terena agregado**, ou seja, aqueles que não eram nem proprietários, nem parentes consanguíneos destes. Nesse capítulo se procurará demonstrar como a irmandade

religiosa dos Terena convertidos às igrejas evangélicas passa a desempenhar um importante papel na relação estabelecidos (descendentes de proprietários) e os agregados. Através do pertencimento religioso os agregados se conectam às demais famílias, instituindo formas de convivências coletivas.

Ainda nesse capítulo procurou-se demonstrar como as famílias Terena da aldeia Aldeinha se distanciaram sócio e politicamente das famílias proprietárias que ficaram em seu entorno. Passaram, a partir da década de 1980, a se autodenominarem de ‘índios da Reserva Índígena de Aldeinha’ em contraponto aos índios proprietários com os quais não tinham bom relacionamento, tais como o índio José Coureiro que afirmava que os índios agregados eram posseiros. Inicialmente constitui-se em um núcleo Terena, identificado como comunidade de Aldeinha dos crentes, sendo que posteriormente foi dividida pelos próprios indígenas de diferentes status fundiários e passou a ter duas denominações, que para os demais habitantes não indígenas que foram chegando passavam despercebidas. Passou a ser a aldeia Aldeinha a parte que se constituiu em comunidade dos índios aldeados de Anastácio e Aldeinha bairro a parte que foi destinada pelo Tronco Jorge e Delgado da Silva aos seus herdeiros. Para quem está de fora tudo é Aldeinha ou Vila Umbelina e designa o conjunto formado por todas as famílias Terena reunidas nesse assentamento.

A discussão também procura demonstrar que o esforço dessas famílias na construção da organização política nos moldes de aldeia, como são denominadas as organizações dos coletivos Terena nas terras a eles Reservadas, se inseria num esforço mais geral de reconhecimento de direitos. Tal esforço se inseria na articulação crescente do movimento indígena e indigenista, que tem importante marco temporal na aprovação da Constituição atual (1988). A partir da formação da Aldeia Aldeinha, suas lideranças apoiadas pelo coletivo foram em busca de melhores condições de habitação, saúde, educação, segurança, previdência social, entre outras. A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 passaram a receber um apoio mais efetivo da FUNAI e dos demais órgãos governamentais, tais como a Funasa, o governo do estado de Mato Grosso do Sul e da Prefeitura Municipal de Anastácio. Dessa forma, os Terena do entorno começaram a reivindicar sua etnicidade e pertencimento à comunidade de Aldeinha e conseqüentemente requisitaram os direitos concedidos aos índios aldeados em aldeia Aldeinha. Foi nessa época que conseguiram eleger o primeiro índio em Anastácio, o neto do índio Neco, o vereador Arildo França Dias.

## **Capítulo 1- História dos Terena em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização**

### **1 1 - A produção do território enquanto processo: construções e reconstruções**

Pacheco de Oliveira (1998, p.47-77) define a noção de territorialização como um processo de reorganização social que abrange quatro fatores básicos: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a construção de mecanismos políticos estabelecidos; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais e ao final; 4) a reelaboração da relação com o passado em consideração com o presente e a projeção do futuro da coletividade. No caso da comunidade de Aldeinha, o processo de territorialização está relacionado com o contexto intersocietário de conflito e disputas pelo acesso à terra, onde novas condutas territoriais surgem com a invasão das terras pelas frentes de expansão agropastoris da sociedade nacional, de modo que a defesa do território vital se torna, com o tempo, um elemento unificador do grupo. Pode-se considerar que as pressões exercidas pelos proprietários ou pelo governo delineiam as margens de mobilidade das famílias e impulsionam o deslocamento das famílias para a construção de outras formas territoriais.

Inspiramo-nos na definição de Pacheco de Oliveira para pensar o processo de territorialização, adotando o pressuposto de que o Estado produz território étnico, pensando-o como inserido no território nacional. As leis nacionais se impõem inclusive aos povos indígenas que vivem no território nacional, desdobrando-se em uma legislação indigenista. O processo de territorialização do Estado submete a todos em um regime legal unificado, inclusive a um regime legal de distribuição e titulação de propriedade da terra, que os índios até então desconheciam.

A partir dessa compreensão, a territorialização está ligada a um movimento conduzido pelo Estado, que inicialmente produz o território nacional, para nele reconhecer a existência de territórios étnicos ou outras modalidades de território, os territórios quilombolas, de populações ribeirinhas, áreas de preservação etc. Quando o Estado age impondo a territorialização ele pode incorporar as formas de territorialidade indígena, no caso de elas se manterem e seguirem se reproduzindo dentro do espaço territorializado, de acordo com seus modos próprios de ser. Isto porque os grupos indígenas podem continuar produzindo suas relações sociais, econômicas, simbólicas etc. no espaço a eles reservado. De ordinário esse

processo de territorialização impõe limitações drásticas à produção da territorialidade indígena, gerando um campo fértil para o imprevisto, a inovação e o desenvolvimento de estratégias de relacionamento com o Estado e com o entorno não indígena.

No caso em tela, como analisaremos mais detalhadamente nos capítulos que compõem a presente dissertação, as famílias fundadoras de Aldeinha já haviam passado por um processo de territorialização na Reserva Buriti. Insatisfeitas com as possibilidades diante de si colocadas se lançaram em uma segunda tentativa de buscar um novo assentamento, na aposta de disporem de mais autonomia organizacional. Resulta que acabam se reterritorializando na margem esquerda de Aquidauana, encerrando um ciclo. Desta forma, é possível dizer que o Estado ao territorializar essas famílias Terena na Reserva Buriti não logrou anular por completo suas formas de seguir insistindo em produzir seus espaços territoriais, ou seja, sua forma de territorialidade, tanto que elas buscam nova alternativa, vindo a finalmente se estabelecer em Aldeinha. Evidentemente não se pode negar a capacidade de intervenção do Estado na produção dos territórios étnicos, sendo evidente que a ação do Estado acaba impondo às famílias de Aldeinha uma série de limitações ao exercício da forma de territorialidade deles, gerando desafios que se desdobram até os dias atuais. Nesse sentido, pretendemos demonstrar que o processo segue inconcluso.

A territorialização chega para eles quando chega a atuação do Estado ao regularizar a propriedade privada. As terras de ocupação tradicional indígena passam a ser objeto de requerimento por particulares. A lógica da ocupação não indígena da região impõe a territorialização e, a partir dela, o Estado organiza as posses de terras na região. O acesso legítimo passa a ser através do requerimento e titulação das terras enquanto propriedade particular. Essa territorialização se impõe sobre os espaços onde eles produziam suas formas de territorialidade, que era produzida a partir de suas formas de plantar roças, coletar caçar.

Convém ressaltar que a territorialização não ocorre somente com os índios. Existiam nesta região que futuramente será incluída nos municípios de Aquidauana, Anastácio, Dois Irmãos do Buriti, etc., as denominadas terras devolutas, termo que designava espaços de terras não requeridas e tituladas, onde muitas vezes viviam posseiros pobres, quilombolas, além de indígenas. Como esses espaços não eram titulados, não estavam inseridos na lógica de territorialização do Estado, que gradativamente ocupará todos os espaços.

Cabe enfatizar também que o Estado não efetivou a territorialização de todos os espaços de uma única vez, o processo foi gradativo. Isto porque a região passou por um longo

período de disputas por fronteiras nacionais, cuja definição só viria com o fim da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, em 1870. No aspecto legal, aquela região toda foi marcada pela situação de fronteira. Mesmo depois da referida guerra que delimitou essa parte como sendo pertencente à nação brasileira, o Estado não acionou de imediato o mecanismo de territorialização em todos os espaços. Então as terras devolutas, na prática, continuaram existindo por um tempo no interior do Estado. Mas como estão sob o poder do Estado, aos poucos este vai implementar políticas de territorialização, alcançando os índios, os quilombolas, e mesmo os não indígenas, fazendeiros que ocupam terras sem titulação e pequenos posseiros sem títulos.

Enquanto o Estado não chega a um ou noutro lugar, estes segmentos continuaram produzindo suas territorialidades. Nos espaços sem regulação formal ocorria a movimentação de populações que desenvolviam suas existências com pouca ou quase nenhuma regulação Estatal. Acessavam o ambiente físico (rios, matas, terras produtivas, etc.) onde havia um fluxo de população indígena, não indígena e quilombola. Existiam, inclusive, famílias que se tornaram proprietários tradicionais e reconhecidos como os fundadores das primeiras cidades, que quando iniciaram suas ocupações não tinham títulos legítimos e reproduziam territorialidade nesses espaços.

Quando a presença do Estado se efetiva através de suas instituições reguladoras, assume para si a função de regular as posses de terra. Como se dissesse, “o espaço é comigo”, porque esse espaço é território nacional, então tem regras e todos têm que se submeter a elas. E isso parece ser o principal impacto da territorialização na região. Ela não elimina a agência da territorialidade por parte dos sujeitos coletivos ou particulares que já viviam na região, mas submete todos a normas e regulamentações. As pessoas, individualmente ou em grupos, vão produzir alguma forma de territorialidade, até mesmo no espaço urbano. Mesmo em casos extremos, como o do andarilho ou da população de rua, os grupos ou pessoas estão produzindo sua territorialidade. Eles desenvolvem uma noção de espaço, referido à territorialidade do indivíduo ou da população que se movimenta e se apropriam de recursos e tudo mais. Só que essa produção e essa agência de territorialidade estão sempre limitadas por um processo geral, poderoso e amplo que se impõe pelo controle do Estado e acaba por restringir a capacidade de movimentação e autonomia dos indivíduos e coletivos.

## **1.2 - A proposta metodológica a partir da identificação de contextos, fases e ciclos na organização da comunidade de Aldeinha.**

De 1933 a 1965, sendo este último o ano de emancipação do município de Anastácio, a área da comunidade era coletiva e cada família que se constituía utilizava parte do território para produzir sua sobrevivência, de acordo com entendimentos internos com os líderes/proprietários que adquiriram a terra. Entretanto, com o processo de emancipação, a comunidade de “Aldeinha dos crentes”, como era reconhecida pelos aquidauanenses e anastacianos, vivenciou transformações em sua paisagem geográfica, social, cultural e política. Adequar-se ao contexto de emancipação política e urbanização do município de Anastácio a partir de 1965, implicava na dissolução da organização da comunidade de Aldeinha enquanto área contígua ou coletiva.

A emancipação vai produzir o processo de urbanização e constituição da cidade do novo município, expandindo-se sobre as terras ocupadas pelos índios. A cidade vai ampliar-se a partir do Porto Geral, que dava acesso à Aquidauana e Anastácio através do Rio Aquidauana. Porto este que permaneceu na área central do município. Essas transformações no espaço levam os Terena proprietários a reorganizar a área ocupada pela comunidade de Aldeinha, e tem início o processo de loteamento na década de 1970. Nesse contexto, é acionada novamente a condição dos patrícios agregados que, por não estarem vinculados por parentesco aos líderes proprietários originais, são excluídos da divisão territorial estabelecida pelos patrícios proprietários. Essa situação vai se intensificar a partir da partilha das propriedades com o falecimento dos Troncos antigos (os primeiros proprietários) ou da venda de parte das terras da comunidade de Aldeinha para particulares, não indígenas. Semelhantemente, as terras restantes vão ficar em propriedade dos herdeiros ou dos compradores indígenas e não indígenas.

De 1965 a 1982 o processo de reorganização da cidade de Anastácio e da comunidade de Aldeinha se configura. As famílias dos índios agregados ficam cada vez mais vulneráveis por não terem escritura da área em que habitavam há pelo menos quatro décadas. A partir de 1984, e com maior intensidade a partir da década de 1990, os patrícios agregados começam a se organizar enquanto índios aldeados na expectativa de serem ouvidos em suas reivindicações de reconhecimento territorial. Legitimados pelo reconhecimento de seus direitos outorgados pela Constituição de 1988, os agregados levantaram a bandeira fundiária

em defesa de seu território. A conjuntura política nacional favorecia o fortalecimento do movimento indígena no Brasil e, conseqüentemente, chegava aos estados e municípios. Dessa feita, havia situação favorável à organização enquanto comunidade indígena, prefigurada no reconhecimento desse coletivo enquanto aldeia.

Os índios agregados produziram um movimento de criação de uma Aldeia em parte do território antes pertencente à comunidade de Aldeinha dos crentes. Desse movimento surgiram, num primeiro momento, tensões e ameaças de cisão entre as famílias. Paulatinamente, o desfecho caminha para a inclusão de todos os Terena da localidade na categoria de aldeia, passando todos a se denominarem como pertencentes à Aldeinha. Contudo, esse é um processo ainda inconcluso.

O presente trabalho pauta-se por uma abordagem da História Indígena, apresentando como principal proposta investigar e analisar o período de 1932-2014. Esforça-se por percorrer oito décadas que apresentaram diferentes situações relacionais entre os Terena, o Estado e os não indígenas. Uma característica que torna o cenário complexo, porém interessante, é a subdivisão entre os próprios Terena que, por força das circunstâncias, se dividem entre proprietários e agregados.

Essas décadas foram distribuídas em três contextos, conforme mencionado na introdução. Relembrando, o primeiro contexto foi o da compra de 32 hectares de terra na margem esquerda de Aquidauana efetuada pelo índio Terena conhecido como José Coureiro. Esta área era de propriedade de um fazendeiro, reconhecido como fundador de Aquidauana, o Coronel Estevão Alves Corrêa. A partir da aquisição da referida área, a família recebeu vários patrícios que foram se agregando (Entrevista nº 01 com José Coureiro e Aurélio Jorge, concedida à Prof.<sup>a</sup> Noêmia Moura em 06 de Maio de 1994. Arquivo pessoal, referenciado na presente dissertação).

Pretende-se descrever como se realizou esse movimento de agregação das famílias e o status e diferenciações estabelecidos entre proprietários e agregados. Também se pretende, nos capítulos seguintes, identificar possíveis negociações entre a percepção Terena de composição de seus coletivos humanos (muitas vezes descritos como aldeias), e formas regionalmente instituídas de relações entre proprietários e agregados. Para registrar a história da Aldeinha, pretende-se responder as seguintes indagações: Como foi a primeira organização de Aldeinha? Desde o princípio Aldeinha era percebida pelos Terena como aldeia? Era vista como aldeia pelos não indígenas?

Respondidas essas questões, pretende-se, num segundo momento, discutir as transformações resultadas da criação do município de Anastácio (1965). Esse acontecimento está vinculado ao início do processo de loteamento e urbanização da cidade. Ele instaura uma nova forma de acomodação entre os Terena proprietários da área e o modo como incluíam seus patrícios agregados. Importante também será a história sobre como se deu o loteamento de parte das terras ocupadas pelos Terena, que atualmente encontram-se incorporadas ao perímetro urbano da cidade de Anastácio.

O terceiro contexto foi o de organização dos Terena agregados para reivindicar junto à FUNAI, o reconhecimento de seus direitos territoriais de Aldeinha. Neste contexto, conforme entrevistas realizadas e documentos levantados na aldeia, serão demonstrados como os Terena agregados se organizaram politicamente em um Conselho Tribal no ano de 1984 (MOURA, 1994, 2009). Questiona-se então: qual a diferença entre Terena proprietário e agregado? Quais as relações destes indígenas com os demais agentes regionais? O que levou os Terena agregados a se organizarem aos moldes de aldeia, ou seja, a se constituírem e se apresentarem como um coletivo étnico e politicamente organizado? Em qual contexto se organizaram? Qual a importância da aldeia para os Terena? O que eles entendem por aldeia? Qual a importância da organização social Terena para a constituição destes coletivos? Como se relacionavam nas décadas de 1980 e 1990 os Terena denominados de aldeados e os desaldeados, que viviam no entorno da aldeia Aldeinha? Como é feita a reconstrução da historicidade a partir da perspectiva dos índios Terena de Aldeinha? O que de fato se compreende por Aldeinha hoje? Como entendem seu processo de territorialização e em que medida se colocam como sujeitos nesse processo, insistindo em manter formas de sua territorialidade? São questões que esta pesquisa procura, de alguma maneira, elucidar ou pelo menos apontar algumas pistas.

O presente trabalho tem ainda o compromisso teórico de demonstrar, sob a perspectiva da História Indígena, o processo de territorialização Terena no espaço rural/urbano de Aquidauana/Anastácio, bem como demonstrar, no decorrer desse processo, como os membros dessa etnia desenvolveram diferentes estratégias no relacionamento entre si. Essas relações estão conectadas com os demais atores que foram paulatinamente se envolvendo (fazendeiros, Estado nacional, líderes religiosos, entre outros). Institui-se um cenário multiétnico e interinstitucional, sendo esse o cenário em que os Terena se empenham para fortalecer o campo das relações sociopolíticas. Seus líderes são desafiados a desenvolver capacidades e habilidades para responder às demandas criadas pelas novas relações no âmbito dos direitos

territoriais, da sustentabilidade, da saúde, da educação, da previdência e da inserção no mercado de trabalho. Enfim, buscamos entender como desenvolveram estratégias e respostas às situações conjunturais produzidas na sua inserção compulsória à sociedade brasileira, processo para o qual o conceito de territorialização parece se prestar como uma categoria analítica de grande importância.

Para a realização deste trabalho recorreu-se às consultas bibliográficas e documentais, por meio de um levantamento sobre o que foi produzido a respeito dos Terena pelos agentes da política indigenista. Várias instituições exercem um papel de preservação e organização dos documentos da memória regional e nacional das etnias indígenas, tais como: a Fundação Nacional do Índio (FUNAI); Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), atualmente Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI); Secretaria Estadual de Cultura; Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); Laboratório de História Indígena (LAHIN), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Aquidauana (CPAQ); Centro de Documentação Teko Arandú, na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB); Arquivos do Estado do Mato Grosso e Acervos Documentais dos postos indígenas nas aldeias.

Além das fontes escritas, foram produzidas fontes orais a partir de trabalho de campo nas Terras Indígenas Terena dos municípios de Aquidauana, Anastácio e Nioaque, com os quais temos trabalhado há mais de 16 anos, no campo da educação em saúde pela FUNASA/SESAI. Além do trabalho profissional, tivemos oportunidade de colaborar em pesquisa de campo para a elaboração de dissertações e teses, sendo que várias delas constituem referências bibliográficas para o desenvolvimento da presente dissertação. Essas experiências permitiram o estabelecimento de relação de confiabilidade com os indígenas, desde a realização do trabalho de iniciação científica, em 2003, intitulado: *A assistência à saúde dos Terena da aldeia Bananal (1990-2002)*. Em várias oportunidades auxiliamos as professoras Noêmia dos Santos Pereira Moura e Vera Lucia Ferreira Vargas em suas pesquisas de campo para o mestrado e doutorado, respectivamente intitulados: *Uniedas: o Símbolo da apropriação do protestantismo norteamericano pelos Terena (1972-1993)*, (MOURA, 2001); *O Processo de Terenização do Cristianismo na Terra Indígena Taunay/Ipegue* (MOURA, 2009); *A Dimensão Sociopolítica Do Território Para Os Terena: as aldeias nos séculos XX e XXI* (VARGAS, 2012).

Assim sendo, optamos pela metodologia de privilegiar o contato com interlocutores anciãos da aldeia Aldeinha e da comunidade de Aldeinha, que sempre estiveram comprometidos em contar a história de seu povo. Desta forma, configurou-se como mais interessante e mais conveniente trabalhar com uma abordagem focada nos discursos e nas pessoas, pois acreditamos que as fontes orais são fundamentais, na medida em que nos auxiliam no esclarecimento de pontos eventualmente omitidos nos documentos. Da mesma forma, acreditamos que os documentos, por sua vez, contribuem para balizar/dimensionar/ratificar/esclarecer informações importantes guardadas na memória dos anciãos, e que nos são transmitidas pela oralidade. Assim, a utilização de ambas as fontes (orais e escritas) nos possibilitou trilhar caminhos por elas apontados, a partir de acontecimentos que marcam os diversos processos.

Por meio de entrevistas, fotografias e anotações em diário de campo e outros documentos, foram registradas as informações obtidas com os indígenas, sempre sob a perspectiva da História Oral. Também foram utilizadas fontes orais recolhidas pelas pesquisadoras, Noêmia Moura, Vera Lucia Vargas e Sandra Cristina de Souza, que se debruçaram sobre esse grupo étnico de Aldeinha. A pesquisa foi desenvolvida em estreita colaboração com as duas primeiras pesquisadoras, até porque essa colaboração precede essa dissertação.

É fundamental apresentar nesse momento alguns aspectos que determinam a relevância do tema, passando primeiramente pelo fato de que há um processo de territorialização dos Terena no território nacional, que ocorre com mais intensidade na primeira metade do século XX. Referimo-nos mais especificamente ao processo de Reservamento desses indígenas em terras federais, numa tentativa, por parte do Estado brasileiro, de impor o recolhimento destes através do deslocamento compulsório para esses espaços. Importante lembrar, ainda, que esses espaços estavam sob a administração direta do órgão indigenista oficial (SPI), que atuava como tutor dos índios.

O processo de territorialização submeteu a maior parte das comunidades Terena, mas nem todas foram submetidas a esse processo até o final da década de 1920. É o caso da Reserva de Buriti que se recusou a sair do espaço no qual estava territorializada, mesmo esse forçando o reconhecimento tardio da área enquanto Reserva. Nesse caso, ocorreu uma demarcação tardia, uma vez que Buriti foi a última Reserva a ser demarcada sob a égide do SPI, que estende suas ações até 1967, quando é substituído pela FUNAI.

A recusa de territorialização na Reserva ocorreu com outras comunidades, como também é o caso das famílias que deram origem à Aldeinha. Mesmo tendo experimentado esse processo elas o recusaram e buscaram alternativas. Num primeiro momento, essas famílias são lideradas por José Coureiro, que se recusou desde a primeira tentativa de recolhimento, porque tinha identidade muito forte com outros locais, com a região em que morava na Fazenda Conceição, no município de Nioaque e com a fazenda Santa Maria, na margem esquerda de Aquidauana.

O desejo de ocupar espaço onde dispusessem de mais autonomia parece ter levado esse grupo de famílias a desenvolverem estratégias próprias de territorialidade, que eles desenvolveram inclusive dentro dessa submissão imposta pela territorialização perpetrada pelo órgão indigenista oficial. Trabalhando em fazendas, conseguiram adquirir um espaço de terra, o qual acabou servindo como área de refúgio para sua família e para a de alguns aliado-agregados, que também entram nesse espaço, criando as condições para a futura organização de Aldeinha. Isso demonstra que dentro das limitações impostas pelo processo, eles buscaram construir estratégias através das quais pudessem ter uma movimentação e se reproduzir no território.

É por isso que se acredita que o tema seja pertinente para entender esta situação, pois mesmo naquele período histórico, que era extremamente desfavorável aos indígenas em termos de legislação, de ação do Estado, eles conseguiram construir alternativas em relação à Reserva. De alguma forma lograram produzir sua territorialidade, dentro dos condicionantes históricos, políticos e legais da época. Construíram alternativas dentro desse espaço social, mas com todas as limitações que isso implica inclusive a limitação de tentar dispor de espaços rurais por muito tempo. Dada a dificuldade de dispor de espaços rurais, de maior extensão, acabam tendo que se recolher e se resignar a viver num espaço de uma pequena chácara, próxima a um núcleo urbano. Gradativamente o entorno vai se urbanizando, impondo a lógica territorial urbana, porém eles insistem em ser rurais. Essa opção parece se vincular a certas vantagens de ser população rural, até para ter acesso a certos benefícios como a aposentadoria rural. Entretanto, não se pode ignorar elementos da própria relação com o ambiente e elementos da paisagem rural, inseridos em suas práticas e crenças. A identidade rural também foi favorecida por terem durante muito tempo e, eventualmente até os dias de hoje, desenvolvido atividades rurais remuneradas na região, na condição de peões. Isso foi

fundamental para minimizar a precariedade econômica em que viviam, como estratégia para terem acesso aos recursos básicos fundamentais para a sobrevivência de suas famílias.

### **1.3 Aproximação ao conceito de territorialidade e sua contribuição para pensar a agência das famílias Terena de Aldeinha**

Para o antropólogo Paul Little (2002), é em função da enorme diversidade sociocultural brasileira que se dá também a sua extraordinária diversidade fundiária. Observa ainda com relação às sociedades indígenas, que cada uma delas tem suas próprias maneiras de se interrelacionar com seus ambientes geográficos, produzindo seus espaços socioculturais. Populações tradicionais, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, indígenas etc., constituem importantes representantes dessa diversidade. O autor afirma que “até recentemente, a diversidade do Brasil foi pouco conhecida no país e, menos ainda reconhecida oficialmente pelo Estado brasileiro” (LITTLE, 2002, p.2). Nesse sentido, a questão da regularização fundiária das terras ocupadas por tais populações vai além da redistribuição de terras, tornando-se uma problemática de ocupação e afirmação de formas de territorialidade.

Ainda conforme o autor, a antropologia toma como ponto de partida na renovação da teoria da territorialidade uma abordagem que considera a conduta territorial como parte integral de todos os grupos humanos e define territorialidade como sendo “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território ou homeland” (LITTLE, 2002, p.2).

Little toma por empréstimo de Sack (1986) e Cassimir (1992) a afirmativa de territorialidade como uma força latente de todo grupo, sendo que sua manifestação explícita depende de contingências históricas. O fato de um território surgir diretamente das condutas de territorialidade de determinados grupos sociais, circunstanciados em termos de sua relação com o espaço, conduz ao reconhecimento de que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. Portanto, para analisar o território de qualquer grupo, é necessária uma abordagem histórica, tratando do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado (Idem, p. 3- 4).

Apropriando-nos dessa abordagem para pensar o objeto dessa dissertação, levamos em conta que o papel central deve ser ocupado pela análise das relações de distribuição e

exercício do poder, em especial por se tratar de territórios em disputas, como é o caso de Aldeinha. O autor aponta também como aspecto fundamental da territorialidade humana, a sua multiplicidade de expressões, produzindo, por sua vez, um amplo leque de tipos de território, variando de acordo com suas especificidades socioculturais. Desta forma, a territorialidade também necessita de abordagens etnográficas para compreender as formas próprias dessa diversidade de territórios, situando as nuances de cada caso.

O conceito de territorialidade pode, assim, ser útil para entender a relação específica que cada grupo social produz e mantém com seu território. De fundamental importância aparece ainda o conceito de cosmografia que Little (2001) define como saberes ambientais, ideologias e identidades coletivamente criadas e historicamente situadas, produzidas por determinado grupo social e por ele utilizada para estabelecer e manter seu território. Assim: “A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele” (LITTLE, 2002, p. 4).

O conceito de territorialidade de Little (2002), juntamente com o conceito de territorialização de Pacheco de Oliveira (1988), são acionados como guias referenciais na análise da história de Aldeinha em diversas passagens no decorrer desta dissertação. O conceito de territorialidade permite pensar a relação com o espaço, ou sua produção, expressa nas ações das lideranças das famílias que formam a comunidade de Aldeinha. Manifestam-se num leque de estratégias de controle social que se pretende ter sobre o território, e que caminha no sentido da identificação com esse território específico, vinculando-se à história dessa comunidade. Assim, o espaço não é apenas geográfico, no sentido stricto do termo, é também espaço de produção social. Não é só um espaço biofísico, ele é um produto da interação do homem com esse ambiente, na qual o homem produz, molda esse espaço de acordo com seus interesses, sua organização social, sua cosmovisão.

A abordagem da territorialidade permite considerar que a produção do espaço está vinculada à elementos da cosmologia, da organização social, o que abre espaço para melhor dimensionar a capacidade de ação política dos sujeitos Terena que, mesmo numa situação de sujeição colonialista, constroem espaços e estratégias de atuação, de *agency*. O termo agência é uma palavra derivada da expressão inglesa *agency*, que tem sido incorporada em muitas pesquisas realizadas no Brasil, e serve para expressar a capacidade de inventividade e a atuação dos atores envolvidos em cenários coletivos de interação.

No caso de Aldeinha, a consideração da capacidade de agência das lideranças permite compreender como a territorialidade pode ser produzida pelo grupo, mesmo este estando submetido a um processo de territorialização. Tal processo pode ser definido como de longa duração, comportando heterogeneidade interna em seu percurso, mas mantendo uma lógica de colonialidade em relação aos Terena. É nas brechas desse processo, nas suas lacunas e inconsistência, que os Terena constroem suas estratégias de autonomia, vinculada às suas formas próprias de territorialidade.

Com relação à insistência em se apresentar como comunidade étnica, pode se dizer que é um esforço de se reproduzir coletivamente enquanto grupo étnico diferenciado. Essa reprodução necessariamente tem que incorporar concessões, ressignificações, invenções. Os Terena não têm o controle de todos os elementos do processo que garantiriam a reprodução plena de tudo o que propõem com sua territorialidade. De todo modo, a simples presença deles ali, agindo como atores em um cenário que sistematicamente os nega, já cria uma enorme dificuldade para a consumação do processo de territorialização. A presença e a insistência em suas pautas denunciam a pretensa completude e a inquestionabilidade do processo de territorialização. A insistência em permanecer na aldeia Aldeinha é uma prova viva da perversidade do processo de territorialização e também uma denúncia. A presença deles na cidade de Anastácio tem denunciado que algo foi feito e que existem pessoas dispostas a desfazê-lo. Insistem que a aldeia Aldeinha não é urbana, pois a área era rural e foi a cidade que avançou sobre a ruralidade produzindo sua urbanização.

A área que a comunidade de Aldeinha ocupava originalmente, 32 hectares, já é fruto de uma estratégia de tentar minimizar esse impacto que a territorialização produziu sobre o grupo, dentro dos limites impostos naquele momento histórico. Quanto aos Terena agregados, se viram diretamente ameaçados pelo processo de territorialização do Estado através do processo de urbanização do município de Anastácio.

Como registrado anteriormente, a territorialização vai impactar esses índios que não possuíam a escritura de seus terrenos, que vão sendo loteados e vendidos para outros índios Terena que tinham condições financeiras de adquiri-los, ou para os não índios que se achegavam para residir no novo município. Ameaçados pela desterritorialização, não lhes restou alternativa a não ser se reorganizarem enquanto índios aldeados, para garantir seus direitos étnicos e territoriais, conquistados na constituição de 1988. Esse reconhecimento é buscado no Estado brasileiro, através da FUNAI. Passam a reivindicar direitos territoriais de

parte da área de Aldeinha, (3,5 hectares)<sup>2</sup>, oriundos da antiga propriedade do índio Neco, território que esses agregados ocupavam há mais de cinco décadas.

Os agregados buscam assegurar a continuidade do usufruto deste território, bem como assegurar também outras demandas como saúde, educação e projetos estruturantes. Apresentar-se enquanto aldeia requeria o reconhecimento do órgão indigenista, com imposições e normatizações. Ou seja, poderia significar voltar a exercer sua territorialidade diretamente sob o agenciamento do Estado brasileiro através das imposições do processo de territorialização. Por outro lado, poderia ser uma via de reconhecimento ao direito de ocuparem esse espaço e de acessarem os programas sociais destinados aos coletivos indígenas, às aldeias.

Esta foi a estratégia mais viável naquele momento para continuarem a se reproduzir física e culturalmente enquanto povo etnicamente diferenciado que busca sua autonomia enquanto tal. Para isso, sabiam perfeitamente o papel fundamental que a categoria aldeia deveria desempenhar na sua organização social. Azanha corrobora nesse sentido quando afirma que:

Em quase todas as Reservas Terena hoje, a “aldeia” se constitui na unidade político-administrativa mais inclusiva, possuindo um “cacique” e um “Conselho Tribal” que responde pelas relações políticas de cada setor. Cada aldeia resolve independentemente de consulta às outras, as pendências jurídicas, políticas e administrativas entre os moradores. Aparentemente, apenas a “questão da terra” é hoje o único assunto que diz respeito ao conjunto dos setores da Reserva e, por isso, é tratado em reuniões grandes, com a presença necessária de todas as lideranças dos setores ou aldeias (em geral, estas reuniões têm lugar em uma área nas vizinhanças da sede do Posto Indígena). Mas não era assim há poucos anos atrás, tudo levando a crer que a crescente autonomia política das aldeias é irreversível – ligada talvez ao enfraquecimento também crescente da autoridade do chefe do posto. (AZANHA, 2005, p.100).

Nesse sentido ao nos propor estudar a história de Aldeinha, pensamos como Vargas que com relação aos Terena deve se levar em conta dentre outras práticas que:

A aldeia é o lugar onde se elaboram e reelaboram os direitos de reconhecimento da identidade étnica, de um coletivo indígena que pertença a um lugar que legitime e reconhece suas ações. No

---

<sup>2</sup>. Optei por considerar a área com a medida de 3,5 hectares após verificar que alguns não indígenas se apropriaram de meia hectare, na qual construíram residências e casas comerciais. No início os índios não conseguiram impedir a entrada dos “brancos” porque não tinham apoio institucional.

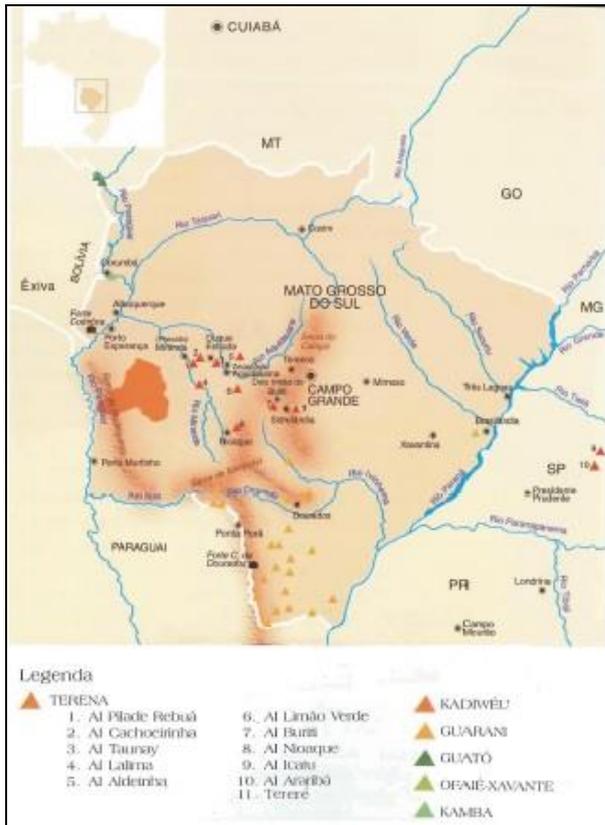
caso de Aldeinha, o grupo de Terena, agregado aos Terena proprietários, se organizou em um Conselho Tribal e em associação de moradores para garantir o território que ocupavam por mais de cinco décadas. A criação e/ou o reconhecimento de novas aldeias proporciona a legitimação de novas lideranças indígenas e, na situação atual, cria empregos assalariados, e também é fundamental para a ampliação da rede de relações com a sociedade envolvente. E que também a apropriação de conhecimentos da sociedade envolvente seja através da academia ou através de outras agências contribui para o empoderamento destes índios e, conseqüentemente, há evidência dos mesmos em sua área de tramitação, participando de ações políticas, que na maioria das vezes propiciam novas táticas para suas reivindicações (VARGAS, 2012, p.26).

No decorrer da pesquisa, houve grande esforço no sentido de estabelecer um contato cauteloso e criterioso com as fontes. Buscou-se atentar para o conteúdo implícito nelas presente, que eventualmente se apresenta nas entrelinhas dos documentos recolhidos em cartórios do 4º e 1º ofícios, na sede do Conselho Tribal da aldeia Aldeinha, com proprietários não indígenas moradores do entorno, arquivos da SESAI, da FUNAI. O mesmo procedimento se estendeu para os arquivos de pesquisadores, produzidos através de seus trabalhos de campo, que foram produzidos em diferentes momentos, e que sabidamente foram influenciados pela prática da política indigenista destes diferentes contextos pesquisados.

#### **1. 4 - Alguns aportes sobre a formação das Reservas, história indígena, protagonismo indígena e movimento indígena**

Conforme dados SESAI/DSEI/MS (2014), O Estado de Mato Grosso do Sul concentra a segunda maior população indígena do país, aproximadamente 73.295 mil pessoas pertencentes a oito etnias sendo: Guarani, Kaiowa, Kadiwéu, Guató, Ofaié, Kinikinau, Terena e Atikum. Os Guarani/Kaiowa e os Terena se constituem nas maiores populações indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme demonstra o mapa abaixo.

Mapa 1: Mapa das terras indígena de Mato Grosso do Sul



Fonte: Mapa elaborado por Cíntia Nardo Marques e Claudete Cameschi de Souza (2009).

Na atualidade, os Terena estão distribuídos em 32 aldeias com uma população estimada em 23.555 pessoas. Os Terena vivem hoje em um território descontínuo, espalhados e cercados por fazendas em oito municípios: Miranda, Aquidauana, Dois Irmãos do Buriti, Sidrolândia, Nioaque, Anastácio e Rochedo. Há famílias morando também em Dourados, na aldeia Jaguapirú, na T.I. (Terra Indígena) Kaiowá e Guaraní; em Porto Murtinho, T.I. Kadiwéu e no interior de São Paulo, na T.I. Araribá. Além dessa população “aldeada”, existem em Campo Grande ao menos três bairros ou “aldeias urbanas” habitadas pelos Terena, dentre as quais a Marçal de Souza, a Darcy Ribeiro, conhecida também como “noroeste” e a Água Bonita, habitada por cinco etnias diferentes (SESAI, 2014). Famílias Terena também vivem em vários outros estados da federação, apontando para a característica de intensa expansão de suas formas de interação com a sociedade nacional (SESAI/DSEI/MS, 2014).

Na primeira metade do século XX, ocorreram alguns fatos marcantes no processo histórico dos Terena que contribuíram para o estreitamento do contato interétnico. Tais fatos se refletem na formação da aldeia Aldeinha. No início da relação mais intensa com o Estado

nacional, os Terena primeiramente foram parcialmente incorporados como trabalhadores por Cândido Mariano da Silva Rondon, na construção da rede telegráfica. A rede interligaria o extremo Oeste do País com a Amazônia Ocidental, o que proporcionou o deslocamento dos Terena por vastos territórios. Por exemplo, muitos acompanharam os trabalhos até Ponta Porã e Bela Vista, tendo em seguida se incorporado em trabalhos em estabelecimentos rurais na região fronteira, para depois se recolherem na Reserva de Dourados, demarcadas em 1917, ou retornarem as Reservas demarcadas no interior de seu território de ocupação tradicional.

A criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) ocorreu em 1910. O órgão indigenista oficial nascente engendrava uma política assistencialista que, de certa forma, favoreceu o grupo indígena através da demarcação das Reservas federais. Favoreceu porque até então estes índios haviam, desde o episódio da guerra contra o Paraguai (1864-1870), perdido seus antigos territórios. Isto porque ao final do conflito, eles foram ocupados por ex-combatentes desmobilizados, que não retornam aos seus locais de origem, preferindo se estabelecer na região, dada a disponibilidade de terras, dando início à formação das grandes fazendas.

Ocorre o que Roberto Cardoso de Oliveira denominou como a terceira onda humana em sua obra *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena* (1976). Fazendas essas, para as quais os indígenas desterritorializados, vão servir como mão-de-obra barata durante o período que ficou conhecido na história dos Terena, como o “Período da camaradagem” (do cativo ou da servidão). Após a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, os locais antes ocupados pelos Terena foram encontrados invadidos por terceiros, o que ocasionou a perda das bases territoriais Terena (AZANHA, 2004). Conforme o que o antropólogo Azanha redigiu no relatório circunstancial, publicado em 2004:

O pós-guerra é a época em que se inicia a reorganização do espaço territorial na zona do conflito, com a regularização fundiária em prol dos novos ocupantes. Este grande empreendimento de reordenação territorial e consolidação da fronteira só foi possível graças à "liberação" das terras indígenas e o uso compulsório da sua mão-de-obra. E os Terena contemporâneos conhecem esse período - e que para eles se estenderia do pós-guerra imediato à criação das Reservas - como o *tempo da servidão*. (AZANHA, 2004, p. 05).

Nesse sentido, vai haver uma profunda mudança no *modus vivendi* dos Terena com costumes e tradições próprios, embasados nas trocas recíprocas de produtos, com autossuficiência econômica e política, alterando-se completamente no período pós-guerra para uma relação de exploração de sua mão-de-obra. Na Reserva eles tentarão reconstituir sua sociedade, introduzindo novas pautas culturais capazes de manter seu ethos<sup>3</sup>, sua identidade enquanto povo (MIRANDA, 2006, p.29). O Período da Camaradagem (servidão ou cativo), foi marcado pela espoliação e dispersão dos Terena pelas fazendas. O relatório do General Cândido Mariano da Silva Rondon, que entre os anos de 1900 até 1906 trabalhou na construção das Linhas Telegráficas, ratifica esta situação:

São comumente explorados pelos fazendeiros. É difícil encontrar um camarada Terena que não deva a seu patrão os cabelos da cabeça (...) nenhum “camarada de conta poderá deixar o seu patrão sem que o novo senhor se responsabilize”. E, se tem ousadia de fugir, corre quase sempre o perigo de sofrer vexames, pancadas e não raras vezes a morte, em tudo figurando a política como participante de tais atentados. (RONDON, 1949, p. 83).

Desta forma, o período de cativo indígena, estende-se até a formação das Reservas federais, sendo que as primeiras Reservas a serem demarcadas por Rondon, antes mesmo da fundação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1910, foram as de Ipegue, Lalima, e Cachoeirinha em 1905 (VARGAS, 2003). A demarcação das outras Reservas realizadas sob a ação do SPI deu continuidade ao processo de demarcação das terras indígenas.

O período do cativo é considerado pela história dos Terena como um tempo marcado pela violência e agressividade dos fazendeiros contra a população indígena aldeada e desaldeada. As aldeias sofriam constantes atropelos. Ora eram suas casas atacadas e queimadas, ora suas roças eram destruídas pelo gado bovino (CARDOSO de OLIVEIRA, 1976, p. 89).

Ainda com relação a este período Bittencourt & Ladeira relata que:

---

<sup>3</sup> Pode se definir de forma simplificada como sendo o conjunto de características morais e estéticas que definem os valores sociais de um determinado grupo.

Os Terena nunca aceitaram a servidão nas fazendas e chegaram algumas vezes a se rebelar contra os fazendeiros. Mesmo vivendo fora das aldeias, espalhados pelas fazendas, os antigos nunca se esqueceram de que eram Terena, continuando a falar a língua e a sonhar em voltar para suas terras. (BITTENCOURT & LADEIRA, 2000, p.96).

É importante frisar que o tempo da camaradagem, ou da servidão, não foi marcado por uma via de mão única, representada única e exclusivamente por uma trajetória de violência e exploração. Naquele período também ocorreram relações de alianças e cumplicidade mútua entre os Terena e os regionais. Aliás, este sempre foi um dos traços culturais marcantes desta etnia. Desde o início da colonização já realizavam uma relação “amistosa” com os soldados, colonos e com os índios de outras etnias, conduta esta obviamente utilizada como estratégia na defesa de seus interesses políticos e sociais. Entretanto, essa abertura à exterioridade foi muitas vezes maldosamente apropriada por particulares que tinham interesses contrários aos interesses das comunidades Terena. Deve se levar em conta que essas tratativas e tentativas de alianças sempre se desenvolviam num ambiente de radical desigualdade de poder.

Assim, o tempo da camaradagem também apresentou, a seu turno, e em determinadas fazendas da região, uma relação pautada por alguma dose de amizade, situação esta apresentada pela relação de Compadrio, onde os Terena tornavam-se, através do batismo de seus filhos, compadres dos fazendeiros dos quais adotavam inclusive o sobrenome. Muitas vezes haviam crianças indígenas adotadas como filhos por parte destes, que se responsabilizavam pela “educação” dos seus adotivos. Em casos desta natureza não havia violência física, podendo se comprovar então que as relações entre os Terena e os fazendeiros não se deram da mesma forma, nem com a mesma intensidade no referido período, conforme pode se observar através da informação oral.

No relato de vida de Donato Rondora, 72 anos, ancião residente na Reserva Taunay/Ipegue, aldeia Ipegue, percebe-se a prática recorrente de apadrinhamento dos indígenas por alguns fazendeiros que ofereciam aos afilhados ou filhos adotivos estudo e formação religiosa. Essa prática é registrada por dois de nossos interlocutores, Rondora e José Coureiro da Costa, que tinha mais de 100 anos em 1994. Segundo o ancião Terena Donato Rondora, ele se criou e se casou no período em que viveu na Fazenda Várzea Alegre, propriedade de Ovídio Costa, filho do fazendeiro Manoel Aureliano da Costa, mais conhecido como

Manequinho da Costa, pai de criação do índio Terena José Coureiro da Costa. Assim, relata que:

Quando nasci eu não conheci mais meu pai e nem minha mãe, minha mãe faleceu no meu parto; morava em Nioaque e uma irmã mais velha minha me criou. A gente trabalhava com um fazendeiro. Minha irmã me deu para o Ovídio Costa, fui pra fazenda dele trabalhar. Fazenda Várzea Alegre. Foi lá que me conheci por gente. A gente estudava, andava de cavalo. Foi lá que conheci minha patroa que faleceu. Era de São Luiz de Cáceres – Alcinda Benedito, Terena. Começamos a palestrar e casamos. Eu tava com 18 anos e ela com 14 anos. (...) Uma época chegou um padre lá, chamado padre Henrique, na Fazenda do pai do Ovídio Costa, Fazenda Conceição, celebrar missa para Nossa Senhora da Conceição. E daí casamos na Capela, lá na igreja. Hoje tenho 72 anos. Em 1950 viemos para cá para a aldeia [Ipegue]". (Entrevista Donato Rondora, 2007, Apud Moura, p.170)<sup>4</sup>.

José Coureiro da Costa, filho de criação do fazendeiro Manequinho da Costa também realça o convívio na Fazenda Conceição, na qual moravam seus pais, irmãos e tios antes de se deslocarem para as Reservas de Buriti, Cachoeirinha e Limão Verde, todas em Aquidauana-MT, atendendo ao chamado do Serviço de Proteção ao Índio, na década de 1920, mais precisamente no ano de 1924. Em seu relato de vida ressalta,

(...) aí tinha esse lugar, onde to morando por ali. Era um lugar que eu tinha, morava na fazenda onde era do meu velho pai de criação e tinha a leiteria... lá os meus gado pastava nesse. (...) Falei Neco [índio Neco – Gregório Delgado da Silva – irmão consanguíneo de José Coureiro]. Tenho leiteria, venho buscar, que é na donde moro. Era pasto de gado, porque a cidade era lá da ponte velha pra lá. Casa Cândia pra lá. De lá era um matão só até aqui, tinha até cova de caititu aqui. Mataram até anta ali nesse Corguinho. (Entrevista Nº 1 José Coureiro da Costa, 1994, p.1).

---

<sup>4</sup> As entrevistas foram transcritas literalmente e optamos por preservar integralmente as falas dos interlocutores indígenas.

Alguns Terena tinham um relacionamento mais estreito com os fazendeiros como demonstra o relato de Felicina da Silva Paulo, filha de Gregório Delgado da Silva, o índio Neco, recolhido pela pesquisadora Sandra Cristina de Souza (2009). Era inclusive permitido aos índios plantarem suas roças e também construírem suas casas de acordo com seus costumes. Felicina da Silva Paulo, moradora Terena da Vila Umbelina, também conhecida como Aldeinha, no entorno da atual aldeia Aldeinha, comenta que várias famílias indígenas antes do “convite” do governo para que todos fossem morar nas Reservas, habitavam a Fazenda Conceição, na região de Nioaque, de propriedade de Manoel Aureliano da Costa, “Seu Manequinho”. Nesse sentido afirma que:

Até meu sogro mesmo, Antônio Paulo, que se dizia Kinikinau, junto com a mulher dele, também Kinikinau moravam lá. Muito índio morava lá. Ali mesmo perto daquela mangueira hoje na beira da reta, era praticamente uma aldeia. Os índios trabalhavam na fazenda e viviam como em uma aldeia dentro da fazenda. Aí veio os soldados do governo e disseram para o pessoal ir pras aldeias (entenda-se Reserva), que o governo não queria índio fora da aldeia (entenda-se Reserva). Então meu tio José Coureiro, meu sogro, que ainda não era meu sogro e outros índios vieram e ficaram morando na margem esquerda...” (Entrevista Felicina Paulo da Silva, Apud, SOUZA, 2009, p.29).

Os Terena foram os que mais contribuíram como processo de povoamento da região. Produziram bens de consumo para os regionais, e também como mão-de-obra nas fazendas de criação de gado, na construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e na construção das linhas telegráficas na região (CARVALHO, 1992, p. 471). Situação essa assistida pela Política Indigenista predominante até fins do século XIX e início do século XX. Sendo que a maior preocupação do Estado Imperial estava voltada para a pacificação/civilização dos grupos tribais desta região. Desta forma, se apossaram não somente das terras que ocupavam, como também de sua mão-de-obra, sendo que, para isto, contaram com a ajuda dos Terena para ações consideradas como orientadas para a civilização de outras etnias. Desta forma, os Terena interagiram intensamente com a política indigenista do governo brasileiro, estabelecendo trocas de favores entre essas sociedades. Este modelo de política de estado se estenderá por quase todo século XX (VARGAS, 2012, p.69-70). Entretanto, toda essa ação colaboracionista não resultou em garantias territoriais significativas, como aconteceu, por

exemplo, com os Kadiwéu, que receberam um amplo território como pagamento dos serviços prestados ao exército brasileiro durante o conflito bélico da Tríplice Aliança.

Com a conformação das Reservas indígenas a partir de 1905, os Terena foram “convocados” pela Missão Rondoniana e depois pelo SPI, para povoá-las. Neste momento de reorganização, eles estavam vivendo um processo de recomposição dos coletivos indígenas. Havia entre as famílias que se reagrupavam muitas diferenças que resultaram em uma formação heterogênea dentro de cada Reserva. Isto porque no processo de Reservamento, cada indivíduo, ou cada família, levava consigo o acúmulo de novas experiências de contato, adquiridas em décadas de contatos com os regionais, além de pertencerem a coletivos distintos (MOURA, 1994).

A situação descrita acima auxilia a compreensão na medida em que destaca que a introdução dos indígenas deslocados compulsoriamente das fazendas em que se encontravam, para os locais de acomodação, causa significativa da alteração no padrão demográfico dos Terena que já se encontravam nestas áreas. Este fenômeno dá origem a uma nova conformação sócio-política. Neste novo contexto histórico, são desenvolvidos mecanismos sociológicos internos que permitiram a incorporação das famílias que ali chegavam. Conforme Pereira:

(...) os Terena mantiveram sua organização em Troncos e a dinâmica de formação de redes de alianças entre Troncos, disto resultando as tentativas de conseguirem o reconhecimento da administração do SPI/FUNAI para estas novas redes que passaram a denominar de aldeia, utilizando-se da nomenclatura imposta pela linguagem preponderante na situação de contato. (PEREIRA, 2009, p.60).

Ainda com relação ao processo de reservamento dos índios em terras federais, temos que considerar que as Reservas não são produtos exclusivos da política do governo republicano brasileiro. Desde a invasão dos territórios tradicionalmente ocupados pelos Terena, antes da Guerra contra o Paraguai, as lideranças dessa etnia vivenciaram o processo de territorialização em espaços específicos, denominados nos documentos administrativos e missionários da época como aldeamentos. O processo de territorialização apresenta nos dois casos (o colonial e o republicano) as características definidas por Oliveira Filho (1998, p.47), conforme descrito anteriormente.

De acordo com estudos realizados pela historiadora Vera Vargas os Terena também são protagonistas na formação das Reservas indígenas. Em suas palavras:

A formação das Reservas Indígenas parcialmente atende os interesses dos índios de maneira que as demarcações não são somente o resultado de ação normativa do Estado, mas também da ação política dos índios Terena que buscaram na Comissão de Linhas Telegráficas lideradas por Rondon aliados dentro do aparelho de Estado, no intuito de garantir pelo menos algumas parcelas dos seus antigos territórios. (VARGAS, 2003, p.83)

A historiadora afirma que mesmo os Terena tendo se estabelecido dentro da Reserva continuaram lutando pela homologação da mesma, situação que perdurou por toda a primeira metade do século XX. Entretanto, a territorialidade Terena no espaço das Reservas foi configurada a partir do jeito de ser e fazer dessa etnia, ou seja, do *ethos* Terena. A dinâmica de formação das aldeias no interior das Reservas é uma prática dos agrupamentos Terena.

Azanha reconhece o protagonismo dos Terena acrescentando que uma de suas estratégias foi a busca de novos espaços para o exercício de sua reprodução e sobrevivência. Destaca que:

A situação de confinamento em Reservas ao mesmo tempo em que acarretou a perda da autonomia política (dado que submeteu os índios à dependência política do chefe branco do posto do SPI e, depois, da FUNAI), foi transformada pelos Terena na base territorial necessária para a atualização e manutenção do *ethos* tribal; *sua integração à estrutura econômica* compensou de certa forma a perda da autossuficiência econômica e, finalmente, a urbanização crescente de parte de sua população, foi a resposta encontrada pelos Terena às limitações (políticas, sociais e econômicas) reinantes na situação de Reserva. Portanto, poderíamos compreender as novas pautas sociais engendradas pelos Terena “modernos” como derivadas da estratégia de um povo na busca de novos espaços para o exercício da sua sobrevivência enquanto tal. (AZANHA, 2004, p.6)

Apesar de o SPI ter executado a concentração dos Terena em um espaço diminuto de terra em relação à sua densidade populacional, a criação das Reservas, naquele contexto, foi

necessária para os Terena e para o governo brasileiro. Para os indígenas, foi legitimado um espaço que consideravam seu, embora fosse um espaço pequeno, e, na perspectiva do Estado, resolvia-se momentaneamente o problema com os índios, os quais consideravam um obstáculo ao progresso. Com o crescimento populacional indígena, verificou-se a inviabilização da sobrevivência Terena naquela área restrita, uma vez que dependiam fundamentalmente do cultivo do solo. Assim, as próprias condições de produção da sobrevivência os impulsionaram a buscar a complementação de suas necessidades trabalhando fora da Reserva. Isso porque a demanda de necessidades, criada pela sociedade envolvente, era muito superior às condições de consumo proporcionadas pelas relações de produção dentro das aldeias (MOURA, 2001, p.35).

A mobilidade dos Terena inter- Reservas se constata por diferentes situações. Ocasionalmente na maioria das vezes pela multiplicidade de experiências adquiridas anteriormente ao processo de reservamento, o que ocasiona tensionamentos em diversos setores da organização social Terena. Outra situação a ser considerada é a atração exercida pelas cidades sobre essa etnia, quando os indígenas percebem que nas aldeias mais próximas dos centros urbanos encontram melhores condições de trabalho, bem como menor dificuldade no acesso a assistência à saúde e a educação de seus filhos. Sem condições de produzir a sobrevivência nas aldeias, parte da população masculina é forçosamente impelida a sair da área indígena para trabalhar no mercado de trabalho regional, nas usinas canavieiras, na extração da erva mate, e em atividades agropecuárias. Conforme afirmação de Lima:

As Reservas constituíram-se em celeiros de mão-de-obra, porém não corresponderam às necessidades de sobrevivência cultural e física das famílias. Além de não resolverem os problemas dos índios relacionados à exploração da sua mão-de-obra pelos fazendeiros. Talvez, nem era mesmo essa a meta estabelecida pelo governo, pois pretendia liberar o território, pela via política, para que se abrissem as portas para a entrada do progresso e da civilização. (LIMA, 1992, p.156).

A criação do SPI não objetivava somente proteger os índios. Sua tarefa consistia também na fixação da mão-de-obra rural não estrangeira no campo, através de um sistema de controle do acesso à propriedade e treinamento técnico, realizado através dos centros agrícolas. Mesmo com a separação do SPI do Setor de Localização de Trabalhadores

Nacionais, ocorrida em 1918, persistiu a ideia de transformar os índios em pequenos produtores rurais, autônomos em seu sustento, apesar de diferentes visões do ser indígena, prefiguradas nos distintos graus de integração.

Em 1928, criava-se um regime jurídico especial para os *índios* através da lei n.º 5484/28 e, a partir de então, se instituiu legalmente o termo ‘índio’ e institucionalizou-se a tutela do Estado sobre o genérico status de índio. A efetivação da posse indígena sobre a terra foi tratada particularmente entre a União e suas unidades federadas. Cada Reserva foi resultado de negociações trocas e conchavos, que variavam de intensidade. Não havendo neste momento, nenhuma repercussão favorável aos povos indígenas (MOURA, 2001, p.33).

No que diz respeito à política indigenista durante toda a existência do SPI (1910-67), perdurou uma orientação assimilacionista para a pacificação dos grupos tribais, convertendo-os em fronteiras vivas ou neutralizando-os perante as disputas por territórios conquistados. Conforme Evangelista:

Com a apuração de denúncias de práticas corruptas e genocídio de índios, a pedido do ministro do Interior, General Albuquerque Lima, ao Procurador-Geral Jader Figueiredo, juntamente com a repercussão internacional provocada pelo genocídio de índios, o SPI é extinto e substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Esta é instituída pela Lei n.º 5.371, em 05 de dezembro de 1967, para executar a tutela do Estado sobre os povos indígenas em todo território nacional. Pela mesma lei foram também extintos (art. 6º) o Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI) e o Parque Nacional do Xingu (PNX) e incorporado o respectivo acervo à fundação recém-criada. Como da criação do SPI a FUNAI é parte de reestruturação do aparelho Oficialmente, burocrático do Estado. (EVANGELISTA, 2004, p.23-4).

Em termos de periodização, o período da camaradagem ou servidão, que vai da Guerra da Tríplice Aliança, iniciada em 1864, até a demarcação das primeiras Reservas por parte do SPI, praticamente coincide com o período de criação do órgão indigenista oficial, sendo as primeiras Reservas reconhecidas a partir de 1905. A partir da demarcação das Reservas intensificam-se os conflitos entre índios e não índios pela disputa do território. Tais conflitos se estendem até os dias atuais. A demarcação das Reservas indígenas, embora não respeitasse a lógica indígena sobre a produção de sua territorialidade, permitiu que

dispusessem de algum espaço para viverem, sob a proteção e, contraditoriamente, controle, do Estado brasileiro (VARGAS, 2012). A construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), finalizada em 1914, somada ao processo de territorialização dos Terena em áreas federais, realizado pelo governo, dá início a um novo processo de territorialização que se estende até o presente.

Outro fator que se configurou como importante no início do século XX foi a chegada de uma nova concepção de religião cristã, representada pelo protestantismo da Inland South American Indian Mission, a partir de 1913 (MOURA, 2003). Desde o período colonial, os Terena conheciam o cristianismo, embora fosse o catolicismo de feições populares, herdado de suas experiências históricas de missões realizadas por padres católicos e da interação com regionais. Mas a partir de 1913, passam por uma expressiva conversão ao protestantismo, dividindo o espaço de suas comunidades com segmentos Terena católicos e praticantes da religião indígena. A temática é trazida ao texto por ter sido um dos pretextos do conflito na Reserva de Buriti que deu origem a saída da família do índio Neco de lá na década de 1930.

Na primeira metade do século XX, surgem os primeiros trabalhos especificamente sobre a religião Terena, realizados por Fernando Altenfelder Silva, “*Religião Terena*” (1946), ou sobre outros aspectos de sua dinâmica cultural, como “*A mudança cultural dos Terena*” (1949). Na segunda metade do século XX, Roberto Cardoso de Oliveira publica “*O processo de assimilação dos Terena*” (1960), reeditado em 1976 sob o título “*Do índio ao bugre*” e mais tarde publica outro trabalho, intitulado “*Urbanização e Tribalismo*” (1968). Outro importante trabalho foi publicado por Eduardo Assis de Carvalho - “*Alternativa dos vencidos*” (1979).

Essas produções deixaram transparecer a perspectiva do desaparecimento total dos povos indígenas protagonizado pelas frentes de expansão. Tal imaginação antropológica estava orientada pelo predomínio das teorias da aculturação e da fricção interétnica que, nessa época, gozavam de grande prestígio na academia brasileira. A imagem apresentada dos Terena tornava-os desinteressante enquanto objeto de pesquisa, uma vez que os pesquisadores acreditavam que os indígenas se encontravam em nível de assimilação bastante adiantado. De acordo com o antropólogo e historiador John Monteiro,

(...) para a antropologia brasileira nas décadas intermediárias do século XX, as frentes de expansão forneciam um roteiro em que se repetia a história da destruição e “transfiguração” das etnias indígenas, ao passo que a

perspectiva teórica da aculturação propunha outro caminho para o mesmo desfecho fatal. (MONTEIRO, 1995, p.223)

Nesse mesmo sentido, Pacheco de Oliveira (1998) demonstra que as etnias tidas como de pouca expressividade cultural não foram devidamente estudadas justamente porque os etnólogos buscavam a pureza das manifestações culturais, buscavam o “outro” mais distante, o mais exótico. Isso contribuiu decisivamente para deixar os Terena fora do campo de interesse dos pesquisadores por um longo período de tempo.

Nas últimas décadas do século XX o movimento se inverteu. Surge um grupo de historiadores baseados em MS, motivados pela tendência de reconhecimento das etnias indígenas como agentes históricos. Essa nova perspectiva foi aberta pela emergência de discussões acerca das reinvenções culturais, conjugadas com o aumento das reivindicações por espaço sociopolítico realizadas pelos povos indígenas organizados na luta pela terra e autodeterminação. É dessa forma que os estudos sobre os Terena ressurgem, inaugurando novas perspectivas de análise, às quais a presente pesquisa se filia.

Desde então, têm sido desenvolvidas novas produções retratando a luta pela terra e a autodeterminação dos povos indígenas. Temas considerados inexistentes ou em vias de desaparecimento reaparecem em pesquisas inovadoras. Dentre elas, se destacam as seguintes: “*Koixomuneti e outros curadores: Xamanismo e práticas de cura entre o Terena*” desenvolvido pela antropóloga Fernanda Carvalho (1996); “*Terena: adoção de um novo mito*” (1996) e *Protestantismo à moda Terena* (2004) de Grazielle Acçolini. É possível listar também os trabalhos de Noêmia dos Santos Pereira Moura: *Uniedas: o Símbolo da apropriação do protestantismo norte americano pelos Terena* (1972-1993), de (2001) e *O Processo de Terenização do Cristianismo na Terra Indígena Taunay/ Ipegue* de (2009) e os trabalhos de Vera Lúcia Ferreira Vargas: *A construção do território Terena (1870-1966): uma sociedade entre a imposição e a opção* de (2003) e *A Dimensão Sociopolítica Do Território Para Os Terena: as aldeias nos séculos XX e XXI* (2012).

Sobre os Terena no meio urbano destacamos as obras de Yara Penteado *A condição Urbana: estudo de dois casos de inserção do índio na vida citadina* (1980); José Resina Fernandes Júnior *Da aldeia do campo para a aldeia da cidade: implicação socioeconômicas e educacionais no êxodo dos índios Terena para Campo Grande/MS* (1997); Vanderléia Mussi *A dinâmica de organização social dos Terena da aldeia ao espaço urbano de Campo*

*Grande* (2000) e *Estratégias de Inserção dos índios Terena: da Aldeia ao espaço urbano (1990-2005)* de 2006. Graziela Reis Sant'Ana: *A dinâmica do associativismo Terena no espaço Urbano* (2004) e *História, Espaços, Ações e Símbolos das Associações Indígenas Terena* de (2010), dentre outros.

Neste momento, observa-se que a produção sobre os Terena não se restringe somente a antropologia, foi ampliada para outros campos. Historiadores e pedagogos se apropriaram de conceitos e elaborações antropológicas, sociológicas, linguísticas e geográficas, construindo um novo diálogo interdisciplinar, adotando, assim, novos enfoques teórico-metodológicos. Uma nova postura dos pesquisadores orientada pelo diálogo interdisciplinar com as áreas afins tem se preocupado em compreender e enfatizar o processo histórico construído pelos Terena, no qual os mesmos devem ser vistos como protagonistas de sua história, nos moldes dos princípios da realidade indígena. Tais abordagens têm contribuído para derrubar conceitos ultrapassados de apoio, assessoria, tutela, integração, nem sempre apropriados para perceberem o protagonismo indígena ou sua capacidade de agência, como destacamos anteriormente.

A mudança nas perspectivas de abordagem das temáticas históricas e antropológicas sobre os Terena, acima apontadas só tem relação direta com as transformações ocorridas no campo do movimento indígena/indigenista. As universidades e todos os segmentos da sociedade civil organizada foram desafiados a reavaliar o lugar destinado aos indígenas na construção ou elaboração do projeto de Nação. O tema do comprometimento com a causa indígena no país, que muito lutaram pela realização da nova constituição e, principalmente para a aprovação do capítulo 231 (Dos índios), também se expressa no campo das pesquisas conduzidas a partir da promulgação do atual texto constitucional.

O reconhecimento aos índios de sua organização social, seus costumes, línguas, crenças e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, provoca os pesquisadores a rever seus métodos e abordagens, para apreenderem esses campos da vida social dos povos que estudam. Com a promulgação da Constituição de 1988, abre-se também a possibilidade para as associações indígenas e indigenistas se constituírem enquanto pessoas jurídicas, iniciando a sua proliferação por todo o país. Agora de posse dessas novas formas de representação e interação, os indígenas intensificaram as reivindicações no sentido de acelerar as demarcações territoriais, a buscar novas formas de garantir a saúde, a formação escolar

além, é claro, de ações voltadas às afirmações étnicas e projetos econômicos (SANTA'NA, 2010, p.109).

A Aldeinha é mencionada pelo antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira na década de 1950 em sua obra *Do Índio ao Bugre: O processo de Assimilação dos Terena (1976)*. Refere-se aos seus habitantes como 'gente da aldeinha', na época composta por 39 famílias de índios Terena e mestiços, perfazendo uma população de quase 250 indivíduos. Segundo registra, nessa época, a comunidade residia em zona suburbana de Aquidauana, localizada a dois quilômetros da margem esquerda do rio homônimo à cidade, sendo que ali estavam desde 1933. Na ocasião, o antropólogo informa que os irmãos Gregório (Neco), Sebastião e José que estariam de passagem por Aquidauana, após saírem de Buriti, decidiram comprar umas terras, por insistência de uma irmã que já morava em Aquidauana (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976). Esse registro indicava que o assentamento dos Terena na região de Aquidauana, Miranda e Nioque é anterior à criação da comunidade de Aldeinha. Não se tratava de espaço inteiramente novo para os Terena e, principalmente, para a família do Índio Neco, que tinha laços de compadrio e camaradagem com os fazendeiros da região desde tempos pretéritos. Tanto é que vieram ao encontro dos parentes que continuaram no local.

Com relação à afirmação feita por Roberto Cardoso de Oliveira, quanto à passagem dos três irmãos por Aquidauana, é perceptível no decorrer da pesquisa, que quem estaria de passagem por Aquidauana, juntamente com seus familiares, com destino a outra Reserva, eram os dois irmãos, Gregório Delgado da Silva e Sebastião Delgado da Silva. O terceiro irmão tratava-se de José Coureiro da Costa, que há muito tempo residia na fazenda Santa Maria, na margem esquerda do rio Aquidauana, de propriedade de seu pai de criação, Manoel Aureliano da Costa. Foi ele inclusive, ou seja, José Coureiro da Costa, quem acolheu em parte dessas terras o seu povo, seus parentes consanguíneos, procedentes da Reserva Buriti. O encontro e assentamento da família serão aprofundados no próximo capítulo.

Na década de 1950, Cardoso de Oliveira produziu sua etnografia dando destaque ao fenômeno da mobilidade Terena inter- Reservas que, segundo averiguou, ocorria por diversos fatores. Dentre estes, aponta os conflitos estabelecidos entre famílias recolhidas nas Reservas. No caso em tela, a criação de aldeia Aldeinha, segundo depoimentos indígenas acessados, decorreu de uma situação de conflito político-religioso em Buriti (Entrevista nº 1 com José Coureiro e Aurélio Jorge, 1994). A família do Terena Neco deslocou-se da Aldeia Buriti após a conversão de parte de sua família ao protestantismo e assentou-se na margem esquerda de

Aquidauana, que a partir de 1965 passou a denominar-se Município de Anastácio. A cisão é desencadeada pela conversão religiosa, mas o pano de fundo poderiam ser disputas políticas entre parentelas ou Troncos familiares assentados na Reserva. Nessa condição, os indígenas estariam submetidos ao poder tutelar do SPI, expresso na obrigação de seguir a orientação do chefe de posto e do líder indígena oficial (capitão) por ele escolhido.

As dificuldades de relacionamento entre famílias que viviam nas Reservas não devem ser tributadas a supostas dificuldades inatas dos indígenas, no sentido de incapacidade para a construção de condutas coletivas mais harmônicas. Acontece que as Reservas surgiram com o propósito explícito de funcionar como espaço de recolhimento para um grande número de famílias extensas Terena, que viviam como trabalhadores em fazendas. Como área de acomodação, as Reservas passam a recolher famílias pertencentes a comunidades políticas distintas, e mesmo a etnias distintas (Terena, Kinikinau, Laiana, entre outras), o que gerou muitos tensionamentos e cisões nos arranjos políticos impostos a partir do órgão tutor, como relatado em Eremites de Oliveira e Pereira (2012). Tais tensões resultavam em conflitos entre famílias e foram os responsáveis por constantes deslocamentos, como o que aconteceu com a família de Neco, que acabou fundando a comunidade de Aldeinha.

É interessante frisar que a FUNAI manteve uma atuação integracionista semelhante a do órgão anterior. Caracterizou-se mais por amenizar crises e problemas emergenciais, do que pela construção de um planejamento sequencial, com metas estabelecidas a curto, médio e longo prazo, como também foi marcada por linhas distintas dos administradores à frente do órgão. Constituíram-se momentos de abertura ao diálogo com instituições identificadas com a problemática indígena e outros de total isolamento (EVANGELISTA, 2004, p.25). É nesse ambiente de política indigenista oficial que se desenvolve o enredo do processo de territorialização de Aldeinha. Na sequência apresentaremos outros capítulos desse enredo.

## **Capítulo 2 - Mobilidade Terena: Deslocamento da família do índio Neco e a formação da comunidade de Aldeinha**

### **2.1 – Da fazenda Conceição para a Reserva Buriti: a primeira territorialização das futuras famílias de fundadores da comunidade de Aldeinha**

No processo de povoamento das Reservas indígenas, o Serviço de Proteção aos Índios buscava atrair todos os indivíduos e famílias indígenas que se encontravam nas fazendas e nas cidades. A maioria dos Terena da região do Pantanal sulmatogrossense se encontravam nas fazendas ou nas periferias das cidades. Segundo a historiadora Vera Vargas (2003), desde a desterritorialização produzida no período da Guerra contra o Paraguai (1864-70), as lideranças dos agrupamentos Terena que se reassentaram em novas áreas na Província de Mato Grosso, que posteriormente no Brasil República se tornou o Estado de Mato Grosso (1890), passaram a reivindicar do governo que assegurasse áreas de assentamento para o seu povo. Várias expedições indígenas se dirigiram à capital da Província para buscar solução para os grupos Terena. As Reservas, como destacado no capítulo anterior, foram a resposta do governo federal republicano, no início do século XX, às demandas desse povo. Aparentemente, a reserva resolvia o problema mais premente de grupos de famílias relativamente pequenos, ligados às lideranças que encaminhavam a demanda territorial, porém, com o tempo, ela se mostrou insuficiente para receber um contingente de famílias, que em levas sucessivas, eram obrigados a deixar as fazendas e se recolher em reservas.

Muitas famílias se dividiram entre as Reservas criadas. Duas dessas famílias, que se fundiram através de casamento, formou o Tronco Jorge Delgado da Silva. Parte desse Tronco migrou de Buriti para a margem esquerda de Aquidauana na década de 1930 e fundou a comunidade de Aldeinha, que será descrita mais profundamente no próximo item.

A família de Neco, fundadora da comunidade de Aldeinha, cujo nome era Gregório Delgado da Silva, foi atraída para a situação de Reserva na década de 1920. A família era composta pelo Tronco Jorge, da parte de Umbelina Jorge (sua mãe) e pelo Tronco Delgado da Silva, da parte de seu marido (o pai) <sup>5</sup>. Em 1924, mais precisamente, a família de Neco se

---

<sup>5</sup> Os filhos Terena recebem, em sua maioria, o sobrenome do pai. Neco não foge ao padrão. Somente na terceira geração do fundador Neco é que alguns de seus netos e bisnetos são nomeados com os sobrenomes do pai e da mãe (Souza, 2009).

divide entre as Reservas de Buriti (atualmente no município de Dois Irmãos do Buriti), Brejão (município de Nioaque), Cachoeirinha (município de Miranda) e Limão Verde (município de Aquidauana). Neco, a mãe, o irmão Sebastião Delgado da Silva, a tia Guilhermina da Silva, seus tios por parte de mãe e o primo Aurélio Jorge se deslocaram para a Reserva Buriti, na qual se constituiriam enquanto um dos Troncos fundadores. Um de nossos interlocutores principais, o ancião Aurélio Jorge destaca essa divisão, quando nos relata a saída da Fazenda Conceição para as Reservas.

(...) O meu pai, ele foi criado aqui nas fazendas os índios Tereno né e tinha o irmão dele mais velho chamava Francisco Jorge, tinha apelido de Chico, tio Chico, tinha o João Jorge, o José Jorge e o Pedro Jorge, eles eram campeiros os quatro irmãos de mão cheia. O ano de nosso viver aqui de certo era o ano de 1914, que meu pai vivia aqui desses homens aqui né. 1914, nas fazendas. Agora quando o Getúlio Vargas decretou pra pegar os índios camaradas dos fazendeiros então pra aldeiar, aí índio que trabalhava na fazenda, índio Tereno tinha direito de morar na aldeia (...) então os índios que morava na Fazenda Conceição foi pra **Colônia Buriti**, metade outro foi pra Limão Verde, outro pro Cachoeirinha **só camarada do velho Maneco** que criou irmão José<sup>6</sup>. Então nós fomos pra lá, não alembro o ano, se 1918 (...) eu sou de 1914, eu tinha 10 anos, é 1924 foi pra lá então, fundaram Colônia Buriti até onde nós morava, **onde meu pai fundou, meus tios e os quatro irmãos** né fundaram aquele lugar né trabalharam não tinham mais patrão (...) durante nosso viver lá meu pai era muito creditado no serviço que ele fazia. **O velho Barbosa pegava meu pai pra levar a boiada pra Porto XV meus tio tudo era campeiro né levava três quatro meses pra voltar.** (Entrevista Nº 1 José Coureiro da Costa e Aurélio Jorge, 1994. Grifo nosso).

Parte da família Jorge Delgado da Silva, que era mais ligada ao índio Neco e à Umbelina Jorge, futura fundadora da comunidade de Aldeinha, na margem esquerda de Aquidauana-MT, atendendo ao “chamamento” do Estado brasileiro, se deslocou da Fazenda Conceição de propriedade de Manoel Aureliano da Costa, mais conhecido como Seu

---

<sup>6</sup> Quando o índio Aurélio Jorge utiliza o tratamento de irmão ao se referir ao índio José Coureiro da Costa, não se trata de irmão por consanguinidade, mas sim por pertencerem à mesma religião (protestantismo), cujo tratamento é usual entre seus praticantes.

“Manequinho da Costa”, localizada no município de Nioaque-MT, no ano de 1924, para a Reserva Buriti e se constituiu em uma de suas primeiras famílias-tronco.

A informação do ancião sobre a divisão da parentela da família Jorge Delgado da Silva, que se deslocou para várias “colônias”, resgata a denominação utilizada pelo Estado na política de atração dos Terena – Colônia Buriti, Colônia Cachoeirinha, Colônia Limão Verde, entre outras “colônias” e é complementada com o destaque de outros elementos. Assim, as reservas eram espaços a serem colonizados. A colonização se dava pela realocação de famílias indígenas oriundas de distintos locais, fossem fazendas ou espaços refúgios, nos quais ainda desenvolvessem uma territorialidade mais autônoma em relação à dependência colonial. A reserva instaura, assim, um novo processo de territorialização, descrito por vários pesquisadores citados na presente dissertação.

A criação das Reservas estava dentro de uma política estatal mais ampla que era a de colonização do território brasileiro, como salientamos no capítulo anterior. Outro elemento que aparece na fala é que todos os membros de sua família eram camaradas do velho Maneco, o pai de criação do irmão mais velho do índio Neco – José Coureiro. Essa informação é importante porque quando a família sai de Buriti e chega à Fazenda Santa Maria de Manequinho é reconhecida pelo seu antigo patrão e por seus amigos. O reconhecimento e a proteção dos fazendeiros e o reencontro com os familiares foram fundamentais para o reassentamento na margem esquerda de Aquidauana.

Na segunda parte da narrativa, marcada por idas e vindas ao passado e retorno ao presente, Aurélio frisa que a família Jorge Delgado da Silva foi uma das fundadoras da “Colônia Buriti”, portanto teve um papel de destaque e poder político na colonização da Reserva. Realça, ainda, as habilidades na lida com o gado que proporcionará as condições aos homens da família de manterem os vínculos de trabalho com os fazendeiros. Dessa forma, as relações políticas permeadas de tensões podem ser mais um elemento que produziu a saída da família de Buriti, conjugada com a conversão ao protestantismo do núcleo familiar de Umbelina Jorge. E, como tinham seus serviços apreciados pelos fazendeiros da região, não lhes faltaria ocupação e lugar para assentar-se. Nesse caso, a separação entre católicos e crentes parece estar vinculada às divisões políticas entre os dois grupos, anteriores à instauração da distinção religiosa.

Os serviços de campeiro afastavam por muito tempo os homens da Reserva, às vezes ficavam quatro meses ou mais longes de casa. Ficavam as mulheres e os filhos menores que

faziam o cultivo da roça e as demais atividades e, ainda, representavam a família diante da comunidade. Nessas viagens realizadas pelos peões índios, eles entravam em contato com outras fazendas, aldeias e cidades sendo a última a que mais exercia sobre eles um forte atrativo constituindo-se naquilo que Roberto Cardoso de Oliveira (1976) denominou no último capítulo de sua obra *Do Índio ao Bugre: o processo de assimilação dos Terena*, como fatores convergentes, ou seja, os fatores ou compulsões socioculturais que favoreciam a assimilação e como divergentes aqueles que a dificultavam ou a impediam. Como convergentes coloca a atração exercida pela cidade à população Terena, levando a considerá-la como um dos fatores mais importante no processo de assimilação<sup>7</sup>, pelo fato de a vida urbana criar perspectiva de melhor remuneração, maior recreação e melhor educação dos filhos. No retorno, conta o que viu, o que fez, e ilustra o que relatou com bugigangas que comprou (CARDOSO de OLIVEIRA, 1976, p.117-121).

Na vivência na Reserva de Buriti, de 1924 a 1933, a família Jorge Delgado da Silva adquiriu estabilidade financeira e era tida como uma das famílias fundadoras mais prósperas. Possuía gado, cavalo, casa de farinha, engenho de cana, entre outros bens, segundo José Coureiro da Costa e Aurélio Jorge (entrevista de 1994). Sua influência política fazia com que muitas outras famílias os seguissem em suas opções, fossem essas religiosas, sociais ou políticas. Ao converterem-se ao protestantismo, Umbelina Jorge e o índio Neco sabiam que consigo levariam outras pessoas. Foram contra a religiosidade Terena e isso teria um preço.

A decisão de conversão ao protestantismo foi da anciã da família – Dona Umbelina Jorge, que foi acompanhada pelo filho mais velho que estava na Reserva – o índio Neco. Com a conversão, Buriti se dividiu em grupos de famílias católicas e de crentes e essa divisão foi permeada por disputas e ameaças. Na narrativa de Felicina Silva Paulo, recolhida pela pesquisadora Sandra Souza (2009), aparece com muita evidência o conflito político-religioso que se instaura em Buriti. A dissidência religiosa se deu por dentro da família Jorge Delgado da Silva. Segundo Felicina, seu pai índio Neco era filho de *purungueiro* famoso na Reserva que não aceitou a conversão da nora e do filho. Entre os Terena, *Purungueiro* é o mesmo que *koixomuneti* ou médico feiticeiro, que nos estudos antropológicos normalmente recebem a denominação de xamã (MOURA, 2001). Assim, Felicina relata que:

---

<sup>7</sup>Para a antropologia brasileira nas décadas intermediárias do século XX, as frentes de expansão ocasionariam aos povos indígenas sua transfiguração, ao serem absorvidos pela sociedade envolvente.

Meu pai, sabe, era filho de purungueiro, purungueiro mesmo, lá no Buriti. Aí veio um pessoal do Bananal lá e evangelizou ele. Eu era pequena, 6 anos. Meu pai casado, já, tinha uns 6 filhos já. Ele era cheio de colar, eu lembro. Cheio de colar no pescoço. Aí ele se converte, sabe. Então ele falou pro pai dele não ia mais aprender nada de purunga não, não queria mais, era convertido agora. **O pai dele, meu avô não quis saber não, insistiu com ele, rasgou a Bíblia que ele tinha ganhado**, ele era casado já, com filho, mas o pai dele deu uma surra tão grande nele, que ele resolveu sair de lá, do Buriti. Ai ia pro Bananal. Juntou as traia dele, tinha um gadinho, cavalo, pegou as criança, a mulher e veio embora. Mas chegou aqui em Aquidauana, encontrou com o primo dele, o Tio Zé Coureiro, aí convidou ele pra ficar pra cá, tinha lugar. (Entrevista Felicina da Silva Paulo, apud SOUZA, 2009, p.84. Grifo nosso).

As décadas de 1920 e 30 foram as primeiras da expansão do protestantismo a partir da Reserva de Taunay/Ipegue, na qual se encontravam as aldeias Bananal e Ipegue. Foi lá que os primeiros missionários da Inland South America Mission (ISAMU) foram aceitos e começaram seu proselitismo e a perseguição aos *koixomuneti* – índios feiticeiros, como eram denominados pelos crentes (MOURA, 2001, 2009). A pesquisadora destaca que a União das Igrejas Evangélicas da América do Sul (UNIEDAS), em 1972, criada a partir das Missões ISAMU e South America Mission (SAIM), foi o símbolo da nacionalização do protestantismo nos territórios Terena e fora deles. A UNIEDAS liderada pelos pastores e missionários Terena criou a Missão Indígena UNIEDAS (MIU) com o objetivo de expansão do protestantismo a todas as áreas indígenas, além das áreas Terena. A Missão Indígena teve a função político-religiosa de preparar os Terena crentes para ocupar novos espaços sócio-políticos, corroborando com o processo de mobilidade que é uma de suas características culturais, bem como a abertura a alteridade.

(...) a UNIEDAS serviu para as lideranças indígenas *crentes* enquanto instrumento político-religioso de inclusão e ascensão social na sociedade nacional. Portanto, o ato de conversão não traz implícita apenas a aceitação do novo credo religioso. Traz ao novo grupo de protestantes possibilidades de vantagens não conquistadas enquanto índios. Dentre elas, uma maior aceitação pela sociedade nacional. Então, para os Terena, o tornar-se *crente* significou criar uma nova identidade. Essa identidade foi concretizada como

passaporte para um suposto convívio entre os não índios. Para preservar esse novo passaporte, os convertidos adotavam algumas condutas consideradas de “crentes” - não beber, não fumar e nem participar de festas consideradas *profanas*. Esta conduta tem sido preservada, bem como a conversão até o momento em que facilitasse sua penetração no âmbito da sociedade envolvente, regional e brasileira ou, enquanto satisfizessem suas necessidades políticas internas. Daí permanecerem convertidos. (MOURA, 2001, p. 64).

Os conflitos político-religiosos nas Reservas e nas cidades permaneceram com a criação da UNIEDAS e de outras denominações evangélicas, embora após o fortalecimento do movimento indígena no Brasil as igrejas adotassem outra postura diante da cultura de cada etnia e a perseguição aos seguidores dos *koixomuneti*. Com relação a isso, Moura destaca que:

Entretanto, essa influência religiosa de nada adiantaria se os Terena *crentes* não tivessem uma predisposição aos contatos mais estreitos e se não fossem capazes de apropriar-se dos discursos e dos espaços sociopolíticos da sociedade contatada. Isto quer dizer que esta condição de se adaptar e incluir-se em outros espaços societários foi fundamental para a sobrevivência física e cultural da etnia e fazia parte de suas pautas culturais de contato, apresentadas no primeiro capítulo. Ultimamente, a sociedade envolvente está sentindo a presença dos Terena através de sua política ousada de ocupação de espaços. (...) Foram, de um lado, estimulados pela conjuntura favorável de apoio da sociedade civil à causa indígena e, de outro, pela política da UNIEDAS de projeção de lideranças em todos os espaços permitidos da sociedade brasileira. Enquanto outras etnias optaram por manter-se afastadas desses espaços ou utilizar-se de outros instrumentos para prosseguir sua luta pela sobrevivência física e cultural, os Terena e principalmente os *crentes*, optaram por ocupá-los. Para tanto, participaram da criação da União das Nações Indígenas (1979); criaram a Associação Kaguatega; infiltraram-se na administração regional da FUNAI, com sede em Campo Grande; ocuparam espaços nos parlamentos municipais e nos serviços públicos. Esses espaços políticos, administrativos e institucionais, bem como a apropriação lenta da UNIEDAS, foram conquistados a partir da potencialização dos Terena enquanto sujeitos históricos, estatuto

recentemente reconhecido pela historiografia brasileira. (MOURA, 2001, p.70-71).

A evangelização acompanhou os convertidos que, para evitarem maiores conflitos, decidiram deixar a Reserva Buriti rumo à outra Reserva, uma vez que lugar de índio era nas “colônias” indígenas.

Então ele ficou aqui, na margem esquerda, naquele tempo era margem esquerda do Rio Aquidauana, não era Anastácio, como é hoje não. Então ficou. Vendeu o gadinho e comprou essa terra aqui, com os primo dele. Ai hoje é Aldeinha, né. Então, ele ficou um ano aqui, orando embaixo de um pé de Cedro grande, toda noite, reunia o pessoal e cantava bastante, pedia missionário para ensinar a gente. Não tinha ninguém. Ele era o líder, então, mas não sabia muita coisa não. Então depois de um ano Deus mandou missionário, e construíram igreja no terreno ali do meu pai. Hoje é lá a Igreja Uniedas de Anastácio, mas antes era Igreja Cristã Evangélica. (Entrevista Felicina da Silva Paulo, 2009, apud SOUZA, 2009, p.84).

Felicina, em sua narrativa, enfatiza que Neco levou uma surra de seu pai que era *purungueiro* de verdade e aconselhado por sua mãe, Umbelina Jorge, resolveu migrar com sua família para dar continuidade ao culto evangélico. Mesmo sem saber muito bem como conduzir os cultos Neco se tornou o líder religioso da comunidade Aldeinha, até a chegada do pastor da Igreja Cristã Evangélica.

## **2.2 – A saída de Buriti para a margem esquerda de Aquidauana: a segunda experiência de territorialização**

Os Terena, tal como afirmado no primeiro capítulo, não permanecem em um determinado lugar quando se sentem ameaçados. Preferem negociar e resolver as situações de conflito com o diálogo. Quando isso não é possível se veem obrigados a procurar outro assentamento. Na situação em que se encontravam na Reserva Buriti, após a conversão do líder protestante da família Delgado da Silva, o mesmo se viu coagido a se retirar do local. Consideramos essa saída e chegada como a segunda experiência de territorialização do grupo fundador da comunidade de Aldeinha. Apesar da compra da área da comunidade de Aldeinha,

a lógica do novo assentamento era a do estado federativo. Os Terena voltavam para uma antiga área de assentamento tradicional que estava subordinada ao município de Aquidauana, no Estado de Mato Grosso, no Brasil. A terra não era devoluta, mas propriedade privada. E, segundo os relatos registrados, a terra foi adquirida por compra com dinheiro proveniente dos serviços prestados e dos bens vendidos.

A saída da Reserva de Buriti se deu no ano de 1933 e os familiares do índio Neco levaram quase um mês para chegar à Fazenda Santa Maria, na qual se instalaram até comprarem os 32 hectares de terras do fazendeiro Estevão Alves Corrêa. Acessamos dois relatos da viagem que foram produzidos por pessoas de diferentes gêneros e gerações. Felicina da Silva Paulo fez a viagem de retirada de Buriti com seu pai. Na época tinha 6 (seis) anos de idade. Destaca as pessoas que compunham a caravana e o percurso percorrido. É possível que além de suas lembranças de criança ela tenha ouvido muitas vezes essa história que foi contada e recontada por seus familiares.

Meu pai veio pra cá de Buriti. Sabe, ele trabalhava em fazendas lá na região de Maracaju. Aí quando veio a lei de ir pras aldeias, ele foi pro Buriti. Ficou lá um pouco, depois que ele se converteu (ao protestantismo), através do pessoal que foi de Bananal pra lá pregar o evangelho, ele não se deu com o povo de lá, e resolveu vir pro Bananal. No caminho, parou na Fazenda Monjolinho (hoje assentamento) trabalhou um mês para ter dinheiro para chegar no Bananal. Mas quando ele chegou aqui, ele encontrou a irmã dele, Felicina, que tinha suas filhas era viúva e ficou muito contente de ver o irmão e a mãe, então pediu pra ele ficar. Aqui já tava também o tio Zé Coureiro, que era na verdade primo dele. **A Felicina morava lá onde mora hoje dona Helena, pra lá da Rodoviária.** Meu pai saiu do Buriti com 7 cavalos: eu vim em um, com minha vó Umbelina, no outro veio **Guilhermina da Silva, que é o nome da escola hoje** com o filho dela, Roso, no outro veio o Emiliano com a Jacinta, meus irmãos, no outro meu pai com minha mãe, e no outro veio o Aurélio Jorge. Ficou lá em Buriti minhas irmãs por parte de mãe: Justina e Jaci, que já eram casadas. A Justina veio depois, que ainda tem filhos aí, a Margarida e outros. Com a insistência da tia Felicina para ele ficar, ele então foi procurar comprar essas terras aqui. **Mas já tinha muito índio aí, com terra ‘apossada’.** Tia Felicina queria que ele ficasse porque fazia tempo que ela não via a mãe dela, minha vó, porque na época da recolha dos índios, ela foi pra aldeia do Brejão em

Nioaque. Passou até fome lá, porque o marido dela morreu, então veio embora pra cá. **Aqui tinha muito índio espalhado. Até do lado de lá do rio Aquidauana, perto de onde hoje é a ponte nova, tinha uma família do Ipegue**, eram parentes da minha mãe, porque minha mãe era do Ipegue. Ai foi pro Buriti e conheceu meu pai, e veio parar na Aldeinha: **esses índios andam muito!** (Entrevista Felicina da Silva Paulo, apud SOUZA, 2009, p.39. Grifo nosso).

Felicina, homônima de sua tia, enumera suas irmãs que ficaram em Buriti porque eram casadas e suas novas famílias lá permaneceram e enfatiza que antes da chegada da família do índio Neco na margem esquerda de Aquidauana, bem como na margem direita, já se encontravam assentadas muitas famílias Terena. Denomina as famílias como *apossadas*, ou seja, não possuíam escritura das terras nas quais se encontravam. Sua tia Felicina morava próximo de onde hoje está instalada a rodoviária. Seu pai, no entanto, vai adquirir uma propriedade, após vender seus bens, juntamente com seus irmãos Sebastião e José Coureiro. Cruzando os dados da anciã com os dados da cadeia dominial levantada no Cartório do 4º Ofício de Aquidauana, concluímos que de fato os irmãos Delgado da Silva adquiriram a propriedade de 32 hectares na qual se recolheram com várias outras famílias que se aproximaram com a permissão dos proprietários. Contudo, foi José Coureiro da Costa o irmão que comprou e escriturou a área e depois a dividiu com Gregório Delgado da Silva e Sebastião Delgado da Silva.

O líder terena logra dispor de recursos suficientes para adquirir uma pequena área regularizada enquanto propriedade particular, mas, na sequência, o espaço é utilizado dentro da lógica de produção da territorialidade terena. O sistema legal lhe assegura o direito de usufruto pessoal da terra da qual é proprietário, mas obrigações morais o prendem ao mundo indígena, obrigando-o a recepcionar os parentes que não dispunha de recursos para também se tornarem proprietários. Essa operação com os dois sistemas implicará numa série de tensionamentos que serão mais bem descritos no próximo capítulo.

A mobilidade da primeira para a segunda experiência de territorialização pode ser retomada a partir de outro relato. A viagem da reserva Buriti à Fazenda Santa Maria foi lembrada também por Gedeão Jorge, filho de Aurélio Jorge. Gedeão é licenciado em Geografia e servidor da Prefeitura Municipal de Anastácio e herdou o terreno onde mora de seu pai que o comprou de Sebastião Delgado da Silva. O interlocutor repetiu a história que

ouviu muitas vezes de seu pai e dos demais parentes e que se tornou sua história após o falecimento de Aurélio Jorge.

(...) resolveram partir, venderam, trocaram o que tinham, e partiram no dia 22 de março de 1933, às 7:00 horas, viajaram o dia todo, parando para as refeições, vindo a pernoitar do lado direito do Córrego Dois Irmãos do Buriti. No outro dia seguirão viagem vindo parar em uma fazenda, encontrando o proprietário da Fazenda Monjolinho, o qual lhes oferece serviços aos viajantes para tirar lenha em carreto, aceitando o serviço ficaram na fazenda até o final do mês de Março. A caravana era composta pelas seguintes pessoas: Dona Umbelina Jorge com mais ou menos 60 anos, mãe de Gregório e Sebastião, primeira convertida que com sua mensagem no idioma Terena dizia as outras pessoas “que ela tinha deixado as coisas ruins do mundo para seguir as coisas boas, que ela sentia no seu coração, porque Jesus morreu por mim e quero para vocês”. Os componentes da caravana: Gregório Delgado da Silva (Néco) e sua esposa Josefina Silva com seus filhos, Jacinta (13), Emiliano (11), Felicina (3) e Elias (6 meses). Sebastião Delgado da Silva e esposa Rosalina Silva e suas filhas Etelvina e Malvina; Dona Guilhermina Jorge da Silva (Tóim) com seu filho Roso Jorge Landino e Aurélio Jorge (17), órfão de pai e mãe e estava na responsabilidade da Dona Umbelina. No dia seis de Abril de 1933, mais ou menos às 15:00 h chegam à margem esquerda do Rio Aquidauana, e vão para a chácara do Sr. Manequinho, onde o Sr. José Coureiro da Costa, ficando muito contente com a chegada da caravana, mandou carrear uma vaca para comemorar a chegada de seus familiares, onde também encontraram com o Sr. Ângelo Campos e esposa Maria Matilde, onde houve muita alegria e festa nesse encontro (...) (Entrevista nº 4 Gedeão Jorge, 2000)

A situação apresentada permite compreender que inicialmente os familiares de José Coureiro vindos de Buriti permaneceram nas posses da Fazenda Santa Maria de propriedade de seu pai de Criação Manequinho da Costa e que após a compra de 800m<sup>2</sup> de Estevão Alves Correa, passam também a ocupar essa área. A reunião da família na Fazenda Santa Maria foi festejada com churrasco oferecido pelo irmão José Coureiro da Costa.

A narrativa demonstra que parte da área ocupada por sua família e depois pelos patrícios não era de propriedade dos índios. Fica evidente que os indígenas ocuparam e produziram em terras que foram compradas e depois vendidas novamente, mas que desde o início tiveram a presença dos indígenas nesse local. As filhas do índio Neco – Jacinta (mãe de Gedeão); Ruth (mãe de Arildo França); Felicina (mãe de Emílio Paulo casado com a pesquisadora aqui citada Sandra Souza) e os filhos – Isaías (primeiro capitão da aldeia Aldeinha); Jeremias (primeiro vice-capitão da aldeia Aldeinha); Elias (falecido); Emiliano (falecido) constituíram família e se fixaram nos terrenos herdados. Os filhos vivos se constituíram nos Troncos velhos da comunidade de Aldeinha/Vila Umbelina e são referência para seus filhos, netos e bisnetos. Todos estão com mais de sessenta anos hoje.

É interessante perceber que a relação entre os Terena que formam a comunidade de Aldeinha e os que formam a aldeia Aldeinha é muito próxima. A pergunta que procuraremos responder em outro capítulo desta dissertação é por que os filhos do índio Neco - Isaías e Jeremias Delgado da Silva – e, mais tarde, seu neto (Arildo França Dias) estiveram vinculados à comunidade e à aldeia junto aos índios agregados e depois “posseiros”, tal como os denomina Noêmia Moura em sua monografia sobre a aldeia em 1994?. Na fundação da aldeia Aldeinha Isaías e Jeremias são elevados à condição de 1º e 2º capitães, os cargos máximos. Contudo, ambos eram proprietários e não estavam ameaçados. Voltaremos à questão à frente.

Ao fazerem parada na margem esquerda de Aquidauana, os Terena procedentes de Buriti foram acolhidos nas terras de Manequinho da Costa, pai de criação de José Coureiro da Costa, irmão mais velho do índio Neco. Enfatizamos que José Coureiro da Costa sempre foi um índio de Fazenda e não conheceu a situação de viver em Reserva. O índio Terena José Coureiro da Costa, apadrinhado e filho de criação do referido fazendeiro do qual herdou o sobrenome Costa<sup>8</sup>, razão pela qual seu sobrenome ficou diferente dos demais irmãos, era filho de Umbelina Jorge<sup>9</sup>. Permaneceu na fazenda Conceição quando sua mãe e irmãos foram para as Reservas, como já demonstrado acima. Posteriormente, saiu do município de Nioaque e foi morar em outra propriedade de Manequinho da Costa, a Fazenda Santa Maria, na margem esquerda de Aquidauana. (MOURA, 1994).

<sup>8</sup> Era comum o índio adotar o sobrenome do fazendeiro para quem trabalhava, e onde havia sido criado, ainda mais quando havia uma situação de compadrio entre ambos como no caso citado.

<sup>9</sup> A linhagem Terena é agnástica. Dessa forma, os filhos homens e mulheres recebem o sobrenome do pai.

Nos documentos do Cartório aparece uma área que José Coureiro recebeu em herança de seu pai de criação. Além dessa herança, havia adquirido uma área de 32 hectares em parceria com seus dois irmãos. O trecho a seguir mostra que a área adquirida por José Coureiro e seus irmãos era uma área rural, pois a cidade de Aquidauana tinha sua sede na margem direita e pouco abrangia a outra margem.

Falei para o Neco: - Olha, eu tenho um lugar ali que meu gado pasta, que faço leiteria que mexo com leiteria, que era onde eu moro era pasto de gado porque a cidade era lá da Ponte Velha pra lá, Casa Cândia pra lá, de lá pra cá era um Matão só ate aqui (...) Era trieiro de gado aí. Neco falou: - Tú da uma morada? Aí que ele fez a casa. (Entrevista nº 1 José Coureiro da Costa e Aurélio Jorge, 1994).

A Casa Cândia ainda existe em Anastácio. É uma das mais antigas casas comerciais da região. Na década de 1930, as casas comerciais que existiam na margem esquerda de Aquidauana estavam ligadas diretamente ao Porto Geral. José Coureiro se lembrava que:

(...) era pasto de gado porque a cidade era lá da Ponte Velha pra lá, Casa Cândia pra lá, de lá pra cá era um Matão só ate aqui (...) mataram anta naquele Corguinho, era muito coisa da antiguidade era quase um sertão via até onça por aqui, pareceu gente aqui em 1933 né Aurélio é, porque eu morava na Fazenda Conceição morava o pai de meu tio Pedro, minha mãe, chegou lá meu irmão Neco novo ainda era um rapazinho, ai meu irmão veio e disse que não ia vir agora porque vou fazer farinha, moer cana, pois tinha muita cana e muita mandioca plantada, quando assustei lá vinha à caravana (...) eu falei e agora. (Entrevista Nº 1 José coureiro da Costa e Aurélio Jorge, 1994).

De acordo com a narrativa acima só existia cidade na parte comercial. O Porto Geral foi muito significativo economicamente para o município da Aquidauana. O rio Aquidauana era navegável e muito piscoso. O Porto geral funcionava como entreposto comercial entre os municípios da região Pantaneira com Campo Grande e dali com outras regiões. Conforme afirma Neves (2007), se cumpriria a destinação do Porto de acordo com a previsão dos

fundadores de Aquidauana que, ao criarem o povoado do Alto Aquidauana, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, acreditavam que:

Destinava-se a ser o “Porto” que garantiria aos pantaneiros a comunicação, sem interrupção, tanto com a Bacia Platina como com o Planalto, na parte que se ligava a São Paulo, de onde, no final do século XIX, partiam as principais diretrizes econômicas que orientavam a ocupação do pantanal Mato-grossense.[sic]. (NEVES, 2007, p.19).

Assim, eram raríssimas as residências no sentido oposto ao Porto Geral, aonde se constituiria a comunidade de Aldeinha. As condições econômicas dessas famílias indígenas recém-chegadas na Margem Esquerda de Aquidauana não eram boas, porém possuíam prática na realização dos serviços braçais que eram sempre requisitados pelos moradores da pequena cidade de Aquidauana, principalmente nas fazendas de seus arredores. Executavam também serviços de jardinagem, serviços domésticos e, assim, conseguiam seu sustento. É importante salientar que contavam ainda com uma área relativamente grande em relação ao número de indígenas que a habitavam, possibilitando que os terrenos das casas fossem grandes o suficiente para a criação de pequenos animais domésticos (galinhas e porcos) e para o feitiço de roças de subsistência e, algumas vezes, ainda comercializavam algum excedente, com os moradores de Aquidauana (SOUZA, 2009), o que era perfeitamente condizente com o local que por essa época, apresentava um aspecto de ruralidade.

Os irmãos foram procurar o fazendeiro proprietário da área em questão, Estevão Alves Corrêa, o Coronel Chá, que imediatamente os reconheceu. Aurélio Jorge relata o encontro.

(...) Aí quando cheguei aqui, o irmão José foi lá falar com o dono do terreno, que chama Coronel Chá, eu não sei o nome dele [Estevão Alves Corrêa]. É índio muito rico. O finado Humberto é bem índio né irmão José? Pai do Hugo. Usava cavanhaque, o Coronel Chá. Uma pessoa agradável, rico, mas eu encontrava ele parecia qualquer pessoa, porque ele não usa sapato, ele usa alpargata de couro. Homem simples, chapeuzinho de palha, limpando na altura do quintal dele ali na beira do mato. Então ele falou assim, ai o Neco meu sogro me considerava como filho, então nos fomos lá, foi eu o irmão José e o Neco, foi lá falar com ele, aí ele falou pro irmão José, vocês podem morar lá o tempo que vocês quiser vocês podem plantar, roçar, queimar, plantar se você colher alguma coisa se quiser dar dá se quiser vender vende. Então vim pra cá, aí meu sogro [índio Neco] fez um ranchinho de palha mais

ou menos seis metro né, coberto de palha. (Entrevista nº 1 José Coureiro da Costa)

Os irmãos consanguíneos de José Coureiro da Costa foram construindo as primeiras casas dentro da localidade. Cardoso de Oliveira, quando de sua passagem em Aldeinha, destacou que “(...) Logo após a instalação dos mesmos dentro da referida área começam a aparecer “patrícios” pedindo permissão para o índio Neco para morarem naquelas terras. Esses índios ficavam todas as noites, postados na entrada cantando hinos religiosos.” (CARDOSO de OLIVEIRA, 1976, p. 82). A atividade religiosa tornou esta área conhecida pelos moradores da região como Aldeinha dos “crentes”. Essas informações foram extraídas do acervo pessoal da pesquisadora Noêmia Moura (1994).

Nós era crente, fazia leitura da bíblia sagrada de manhã à gente orava a minha tia era mais crente, a dona Umbelina. Então ninguém conhecia trabalho cristão aqui em Aquidauana [ele se referia a margem esquerda], só no outro lado que tinha a Igreja Batista, era piquitinha, quem levantou casa de oração, era um índio meu patrício chamado José Xavier, era um homem de idade, um índio muito acreditado, era crente né, então nos pergunta né, nos saia daqui passava na ponte velha pra assisti trabalho lá, né, na Igreja. Então o povo, por isso que pegou o nome de Aldeinha por causa dos membros da Igreja Batista vinha aqui, então vamos lá na Aldeinha, visitar nossos irmãos, então vinham olhar nossa vida, aconselhar esses índios do grupo, nós não tinha nada, apenas tinha só respeito, muita coragem pra trabalhar plantar muita mandioca, muito feijão plantava moitinha assim de mandioca, não tinha rama quem dava rama era o padrinho do irmão José, o velho Manequinho, quintal dele era muito grande né irmão José? (...) (Entrevista nº 1 José Coureiro da Costa e Aurélio Jorge, 1994).

Acredita-se que quando o ancião Terena Aurélio Jorge diz “quando cheguei aqui, o irmão José foi falar com o dono do terreno,” isso não tenha ocorrido assim tão de imediato, uma vez que, em outros trechos da mesma entrevista realizada com os dois anciãos Terena José Coureiro e Aurélio Jorge, o primeiro relata que o índio Neco havia primeiramente se instalado na área que era de propriedade do seu pai de criação Manequinho da costa, onde ele deixava seu gado, pois trabalhava com leiteria, havendo inclusive já por parte do índio Neco a

construção de sua casa no local. Outro ponto importante a ser ressaltado é que a área de terra de seu Manequinho, onde inicialmente abrigou seus parentes vindos de Buriti, fazia divisa com as terras do Coronel Estevão Alves Corrêa.

Como se percebe por essa época, ano de 1933, o território em que se assentaram os Terena, familiares do também índio Terena José Coureiro da Costa, tratava-se de uma área praticamente desabitada em uma pequena cidade da região pantaneira, com toda a natureza conservada com a vegetação peculiar da região, na qual a questão de terras ainda não era bem definida, devido à baixa densidade demográfica e grandes extensões de terras. Nessa mesma década, o Estado de Mato Grosso foi um dos locais alvos da política de “Civilização” que levava para o interior do país o alcance da mão do Governo brasileiro, através da Marcha para o Oeste empreendida na Era Vargas.

As afirmações acima contribuem para fundamentar o principal motivo pelo qual os Troncos fundadores da comunidade de Aldeinha em não reconhecê-la como aldeia, pois inicialmente era habitada somente pelos Troncos de uma mesma família nuclear (Delgado da Silva e Jorge). O segundo fator está ligado diretamente ao primeiro, uma vez que reside na experiência adquirida pelos Terena fundadores da comunidade de Aldeinha nas condições de índios moradores da Reserva, e que ao chegarem à margem esquerda de Aquidauana, passam inicialmente a ocupar também de forma coletiva, porém essa coletividade inicialmente se deu somente entre os parentes consanguíneos, e desta feita, ocuparam um território de propriedade particular, primeiramente a área pertencente ao pai de criação de José Coureiro da Costa, o fazendeiro Manoel Aureliano da Costa e, posteriormente, a de Estevão Alves Corrêa esta com a autorização do proprietário para usufruírem da forma que lhes conviessem e pelo tempo que quisessem, conforme relato do Ancião Terena Aurélio Jorge.

Situação histórica que os isentava de toda e qualquer forma, de agenciamento do Estado imposto pelo processo de territorialização, da forma como conheciam, uma vez que não estavam ocupando um território Reservado pelo Estado brasileiro através das Reservas indígenas, como ocorrera quando estavam em Buriti, e tampouco detinham a propriedade do território que agora estavam ocupando, na margem esquerda de Aquidauana. Ou seja, a partir desse momento, esses índios Terena passam a exercer a sua territorialidade na margem esquerda de Aquidauana, porém nessa conjuntura, não reivindicavam sua identidade étnica.

Inicialmente se constituíam e se reconheciam enquanto um coletivo indígena relacionado por laços de consanguinidades e afinidades religiosas, fato que os distinguia das

coletividades indígenas aldeadas em terras da União, que estavam diretamente subordinados as normas e regras do Estado por estarem concentradas na figura do Chefe do Posto. Portanto, essas experiências adquiridas pelos Troncos Terena fundadores da comunidade de Aldeinha, até a chegada à margem esquerda de Aquidauana foram fundamentais para perceberem que o contexto histórico não era favorável à causa indígena, já que o preconceito e a discriminação produzidos pela política indigenista da época também não viam com bons olhos os índios na cidade, pois para o senso comum “lugar de índio é na aldeia”. Tal situação muitas vezes obrigava o índio que queria conquistar seu espaço no “mundo dos brancos” a omitirem ou até mesmo negarem sua identidade étnica para evitar ou minimizar a discriminação. Situação que irá sofrer alterações a partir da emancipação política do atual município de Anastácio, como será tratada no próximo capítulo.

A situação apresentada parece indicar que toda interferência externa à comunidade, independente da intenção, pode ser prejudicial à organização estrutural básica dessa comunidade. Por outro lado, a própria comunidade pode atuar sobre essa conjuntura e criar novas formas de convivência e interação com seu entorno. As ações políticas da comunidade de Aldeinha e, em especial de seus líderes, demonstram a capacidade de elaboração e reelaboração de novas estratégias de adaptação a um novo contexto, conforme será visto mais adiante. Desta forma, por um longo tempo a religião, a escola, o posto indígena, o mercado de trabalho, foram os instrumentos mais eficazes de alienação e desestruturação da cultura Terena (MOURA, 1994), porém as famílias, os líderes e os coletivos sempre buscaram entender esse cenário e desenvolver estratégias para se reposicionarem, de modo a defenderem os seus direitos.

### **2.3 – Aquisição da área que viria a ser comunidade indígena terena de Aldeinha: a terceira territorialização**

De acordo com a Ata de Doação feita pelo coronel Estevão Alves Corrêa e sua esposa Inocência Mascarenhas Corrêa datada de 03 de Maio de 1907, foi doada à Câmara Municipal de Aquidauana, uma sobra da sesmaria<sup>10</sup> Santa Maria, a margem esquerda do rio Aquidauana, limitada pelos rios Aquidauana, Taquarussu, vertente e contra-vertente do Jacarezinho e córrego Acogo até o rio Aquidauana (atualmente área da sede do município de Anastácio).

---

<sup>10</sup>Era o nome dado às terras que, na época do império o Rei de Portugal cedia aos agricultores que eram os sesmários para plantar e cultivar etc. <https://www.dicionarioinformal.com.br/sesmaria>. Acessado em 30/06/2014

Foram excluídos da doação os lotes de terras vendidos, doados e **reservados pelos doadores**. Desses lotes reservados, aos 10 de Maio de 1907, em comunicado à Câmara Municipal, fora feita a doação de uma área que vai da cerca de divisa das terras de João de Almeida Castro, até a sanga do Porto Geral, para servidão pública e atracação de uma balsa a ser construída, bem como um pequeno cômodo para abrigar a guarda da balsa. Esta doação está registrada na Primeira Ata da Câmara Municipal (NEVES, 2007, p.94).

A ata de doação feita por Estevão Alves Corrêa e sua Esposa, e mais tarde as certidões cartoriais, contribuíram para ratificar as informações prestadas por José Coureiro da Costa e por Aurélio Jorge que parte da área onde se assentaram os Terena oriundos da Reserva indígena de Buriti era mesmo de propriedade de Estevão Alves Corrêa e se tratava da parte reservada por ele.

Ao final do ano 1933, José Coureiro da Costa e seus irmãos Neco e Sebastião, compram parte da área da Fazenda de Estevão Alves Corrêa, conforme narrativa do adquirente. O comprador descreveu como se deu a compra da área que se tornou a comunidade de Aldeinha e como sua família, migrante da Reserva de Buriti, ali se estabeleceu:

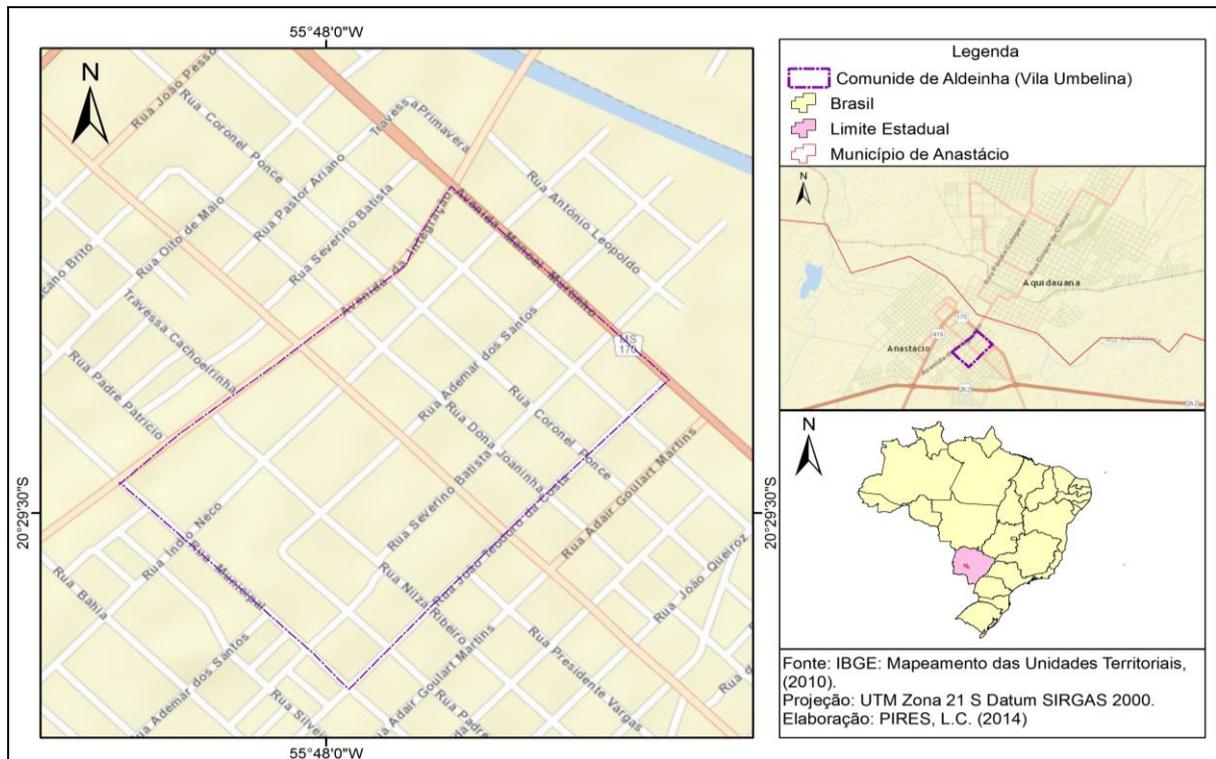
(...) e nós não sabia de quem que era da cidade, parece que foi em 32 ou 33, coisa assim, fim de 32. Aí veio o Estevão Alves Corrêa cortando terra e falando pra mim; num sei o que ele viu em mim, comigo, me apurando pra comprar, comprei. (Entrevista nº 1 José Coureiro da Costa e Aurélio Jorge, 1994).

A narrativa do ancião centenário reafirma sua condição de índio de fazenda e depois de índio proprietário, como veremos a seguir. Porém, acredita-se ter havido um lapso de memória do ancião, fato natural, principalmente aqueles que conseguem alcançar longevidade como a sua, quanto à data afirmada por ele como sendo final de 1932, uma vez que seus familiares procedentes de Buriti se fixaram na margem Esquerda de Aquidauana na data de 06 de Abril de 1933, conforme informação de Aurélio Jorge. Portanto, o ano da compra das terras de Estevão Alves Corrêa ocorreu em 1933, porém a escrituração se deu depois.

(...) Comprei ali dois quadros de quatrocentos metros, cada um. A quarta quadra e a oitava quadra e ficou o restante adonde eu tô. Que essa parte até hoje tá o Aurélio, foi do doutor Delfino Alves Corrêa. Eu **comprei** uma metade, **depois eu vendi outra vez**, porque **eu não tinha juízo também**. Fui cuidando aí, desfazia aí, num tinha ideia. (...) e nesse tempo ainda eu bebia, jogava e dançava. Até que foi que aceitei Jesus Cristo aí larguei de beber, porque eu bebia um litro de pinga, bebia de manhã e ia até seis horas, mais graças a Deus eu larguei da malvada da pinga. Foi tudo meu povo, graças a Deus. Foi Deus que trouxe eles aqui. **Aí fui fundar aqui e acolá e Neco falou pra mim: - José aqui dá uma morada boa, aqui dá; e eu fiz, fiz ali** e depois eu descobri que era o terreno do poço. Aí que eu pulei adonde to morando hoje. (...) Foi trinta e duas hectares e mais um restante. Depois que vendi tudo aquilo com as moradas que eu não pude pagar, porque dinheiro naquele tempo era muito custoso. E doutor Delfino foi me exigindo e **aí nós formamos essa vila, essa congregação aí**. (Entrevista nº 1 José Coureiro da Costa e Aurélio Jorge, 1994. Grifo nosso).

A extensão da área acima citado por José Coureiro da Costa pode ser observada no mapa 2.

Mapa 2 - Mapa de localização da Comunidade Aldeinha (Vila Umbelina), Anastácio- MS



José Coureiro comprava e vendia para os não-indígenas, mas os novos donos não entravam nos terrenos comprados. A escritura era expedida, porém os indígenas que lá estavam permaneciam ignorando as transações. De acordo com sua própria avaliação, o ancião veio “ter juízo depois que virou crente”. Justifica os negócios feitos e desfeitos porque era um errante que bebia, fumava e dançava. Ao se converter, veio da Fazenda de seu Manequinho para a comunidade de Aldeinha.

Coureiro não morava na área que virou a comunidade de Aldeinha, como afirmou anteriormente em outra passagem. Estava sempre por lá, pois era área de pastagem de suas vacas leiteiras. Nem sabia a quem pertencia àquelas terras. Ficou sabendo somente após o Coronel Chá lhe fazer a proposta de compra. A hipótese é de que Estevão Alves Corrêa tenha percebido a intenção dos novos camaradas em se fixar naquele lugar. Até o próprio José Coureiro se mudou para lá.

No manuseio dos registros cartoriais da cadeia dominial dos 32 hectares comprados pelos indígenas concluímos que as informações acima prestadas por José Coureiro se confirmam. Foram oito certidões expedidas em seu nome pelo Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição Comarca de Aquidauana Mato Grosso do Sul, sendo a primeira e segunda

datadas de 07 de Agosto de 1937. José Coureiro da Costa aparece como Adquirente de dois lotes para Chácara medindo 400 metros de cada face cada um dos lotes, sendo o transmitente Estevão Alves Corrêa e sua mulher. A terceira certidão trata-se de uma área de nove hectares e duzentos metros na posse Santa Maria onde José Coureiro da Costa aparece como Adquirente e Transmittente da herança de Joana Leite da Costa, esposa de Manoel Aureliano da Costa, Manequinho. O fato novo trazido pelo Cartório foi a herança recebida por José Coureiro da Costa. Ao invés de 32 hectares, a comunidade de Aldeinha será de quase 41 hectares e duzentos metros. Na divisão com os irmãos, a herança fica à parte. A propriedade dos 9 hectares e duzentos metros torna-se sua, herdada de seu pai Manequinho. Sua parte é acrescida com sua herança. Portanto, deve ter ficado com umas 20 hectares para si. Após a partilha com os irmãos, José Coureiro continuou a aceitar patrícios agregados.

As demais certidões tratam de cinco transferências feitas por José Coureiro através de vendas a terceiros, sendo três dessas feitas para o cirurgião Dentista Manoel Benedito Teixeira tratando-se de três lotes de 50m x 100m sendo as vendas realizadas em 1959, 1961 e 1963. As outras duas foram para Pedro Francisco um lote medindo 48m x 100m venda realizada em 1959 e o outro para Américo Francisco da Silva, lote medindo 34 x 60m venda realizada em 1964. É importante salientar que os cinco terrenos vendidos por José Coureiro segundo consta das certidões, localizavam-se na Santa Maria, lote de terreno rural situado à margem esquerda de Aquidauana Distrito de Anastácio, ou seja, esses lotes vendidos foram aqueles que ele havia recebido por herança de sua mãe adotiva, pois o seu pai adotivo Manequinho da Costa também já havia falecido.

Confrontando a narrativa de José Coureiro com as certidões emitidas pelo Cartório do 1º ofício é possível perceber que as terras de Estevão Alves Corrêa vendidas em 1933 só são escrituradas em 1937 em nome de José Coureiro da Costa e que, segundo Aurélio Jorge, algum tempo depois ele teria passado as escrituras para seus irmãos Sebastião Delgado da Silva e Gregório Delgado da Silva (índio Neco), conforme pode ser observado na narrativa de Aurélio Jorge quando afirma que:

(...) No começo de Aldeinha era 16 hectares pra lá, 16 pra cá, da Rua 27 de Julho, são 32 hectares de terra. Mas são associados, são três donos, três irmãos: Irmão José, Neco e Sebastião. Depois que irmão José assinou, assinou sozinho lá, lá no cartório e ele pode provar, ele assinou sozinho, mas

depois que passou uns dias entregou a escritura do Sebastião, depois passou uns tempos entregou a escritura do Neco, mas assinou os três, porque são associados; mas ele assinou; mas passou escritura pros irmãos dele. (Entrevista nº 1 José Coureiro da costa e Aurélio Jorge, 1994).

Aurélio Jorge relata que comprou parte da área que sua família mora do primo Sebastião Delgado da Silva. E que por esse tempo, as trinta e dois hectares adquiridos por José Coureiro teriam sido divididos entre os três irmãos Delgado da Silva, que eram Gregório (Neco), José Coureiro e Sebastião e depois foram devidamente escrituradas. Quando Sebastião vendeu parte da sua área de terras, pois tinha ido para a Reserva de Limão Verde, foi Aurélio Jorge quem comprou e passou a escritura como evidencia a narrativa abaixo:

(...) Só aquele pedaço da 27 de julho pra lá [Rua 27 de Julho, em direção à Avenida Manoel Murtinho] é de irmão José. Agora pra cá [mostra o sentido 27 de Julho pra Rua Aziz Scaff, antiga Rua Municipal] é dos irmãos dele, Sebastião e do Neco. Desde que passou uns tempo que casei, casei com a filha do Neco, né, aí comprei esse pedaço. Ele vendeu esse pedaço [Neco]. Passou os tempos, aí comprei esse aqui do Sebastião, mas é bem feito é legalizado. Já foi avaliado pelo engenheiro Dr. Euclides de Farias. (Entrevista nº 1 José Coureiro da Costa e Aurélio Jorge, 1994).

É interessante salientar o quanto Aurélio Jorge reconhece a importância da legalização das terras com base na escritura registrada em cartório. Por outro lado, é evidente que os irmãos Gregório Delgado compravam e vendiam as terras a outros índios, como no caso de Aurélio Jorge. Contudo, as transações de compra e venda aconteciam também entre os índios proprietários e os não indígenas, embora esse tipo de negociação só venha a se intensificar do final da década de 1970 até os anos iniciais da década de 1990, conforme será visto mais adiante.

O índio Neco, pelo que pudemos perceber nos documentos cartoriais, não vendeu a parte que lhe tocou na partilha. As vendas passam a ocorrer depois que falece já no período da confecção do inventário. No final da década de 1970, Jeremias Delgado da Silva, filho do índio Neco se desfaz de parte da área herdada em favorecimento de compradores não

indígenas. Vende alguns lotes a comerciantes e chacareiros de Anastácio, coincidentemente todos pernambucanos – Joaquim Ramos Pereira, Manoel Ramos Pereira, João Sales, entre outros. As escrituras desses terrenos serão expedidas no ano de 1982, quando o inventário é finalizado e a partilha entre os irmãos é realizada.

Anos depois, na primeira década do século XXI, o mesmo Jeremias reivindica a posse do lote em que se encontra construído o prédio da Escola Estadual Umbelina Jorge. A patrona da Escola tinha sido sua avó paterna, mãe do índio Neco. Recupera a área, bem como o prédio, pois a escritura continua em nome de seu falecido pai e está dentro de sua parte herdada. Acontece que a Secretaria Estadual de Educação de MS, com sede em Campo Grande, se propôs a reformar o prédio da Escola, que se encontrava estruturalmente comprometido. Ao juntar a documentação, o governador Zeca do PT verificou que a área tinha sido cedida pelo índio Neco e não tinha documentação. Dessa feita, o Estado decidiu construir outra escola em outra área. Sabedor de que a área da Escola fora de seu pai, Jeremias requisitou-a legalmente no que foi atendido pelo governo.

A Escola Umbelina Jorge foi desativada e devolvida. Como a Escola atendia principalmente a comunidade de Aldeinha e a aldeia Aldeinha, as lideranças da aldeia Aldeinha solicitaram que a nova escola fosse construída dentro das quatro hectares nas quais estava assentada a população da aldeia. Após muitas negociações em 2003 foi construída a Escola Guilhermina Silva e entregue à comunidade. Ao invés de ser estadual a escola é municipal, ou seja, é gerida pela Prefeitura de Anastácio. A pesquisadora Sandra Souza (2009), assim descreve a educação na comunidade de Aldeinha, que envolve a aldeia aldeinha.

Na Aldeinha, até 1970, as crianças estudavam em uma escola confessional, mantida pela Igreja Presbiteriana de Aquidauana em Anastácio, localizada próxima à atual Rodoviária de Anastácio, durante o Ensino Primário. Poucos alunos da Aldeinha conseguiram nesta época passar pelo Exame de Admissão e frequentar o Ginásio Estadual de Anastácio, hoje denominada Escola Estadual Roberto Scaff. A partir da década de 80 foi criada na Aldeinha, no terreno ao lado da Igreja Uniedas, a Escola Estadual Umbelina Jorge (hoje extinta) -, ambos os terrenos foram doados por Gregório Delgado da Silva (Índio Neco). Esta escola funcionava durante meio período como sala anexa a uma escola rural da Prefeitura, e em outro período como sala anexa a uma escola estadual. Neste período, o Ensino Médio poderia ser

realizado primeiro na EE Roberto Scaff, e a partir de 2001, em outra escola criada na década de 80, a cinco quarteirões da Aldeinha, chamada Escola Estadual Carlos Medeiros. Como docente de alunos indígenas na EE Roberto Scaff, no Ensino Fundamental e Médio, pude observar que estes alunos, em trabalhos em grupo dentro ou fora da sala de aula, sempre realizavam atividades entre si, e alguns professores se perguntavam por que o silêncio destes alunos e a pouca participação em sala, ainda que alguns se destacassem nos trabalhos e obtivessem boas notas. A partir de 2003, foi criada na Aldeinha uma escola para Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos, sob a coordenação do Estado. As disputas entre município e estado para a coordenação da escola foram grandes neste período e envolveram toda a comunidade. A escola na aldeia tem servido como forma de reafirmação cultural, onde são realizadas palestras, jogos indígenas e outras atividades. Entretanto, as disputas pelos cargos criados por ela, são bem acirradas. (Souza, 2009, p.51).

Outra informação obtida sobre a educação na comunidade de Aldeinha se deu na interlocução com a pesquisadora Noêmia Moura, filha de migrantes pernambucanos, que nasceu em Anastácio em 1967, mas que foi registrada em Aquidauana por falta de Cartório em seu município. A pesquisadora iniciou seus estudos na Escola Chácara Umbelina em 1974, que passou a ser denominada Escola Estadual Umbelina Jorge anos depois. A escola só oferecia as séries iniciais. Estudava com os índios e com eles cresceu, pois seu pai adquiriu um terreno na comunidade de Aldeinha em 1979, de um dos filhos do índio Neco – Jeremias Delgado da Silva.

A comunidade de Aldeinha ficou marcada simbolicamente na história do município de Anastácio a partir da denominação da Rua Índio Neco e das escolas Umbelina Jorge e agora Guilhermina Silva. Neco foi um dos fundadores da comunidade de Aldeinha, juntamente com sua mãe Umbelina Jorge. Guilhermina Silva era sobrinha de Umbelina Jorge e irmã de Aurélio Jorge. É a mãe de Félix da Silva, capitão de aldeia Aldeinha no ano de 2009. A pesquisadora Sandra Souza (2009) traz em seu trabalho uma genealogia que nos ajuda a visualizar os primeiros habitantes da comunidade de Aldeinha, muitos dos quais chegaram á margem esquerda de Aquidauana casados e com filhos.

A primeira lista é a genealogia parcial da família de Umbelina Jorge, principalmente formada pelos membros que se deslocaram da Reserva de Buriti para Aquidauana em 1933 (SOUZA, 2009, p. 58-9)

1. Umbelina Jorge, falecida, nascida em Buriti. Quando veio de Buriti, trouxe sua sobrinha Guilhermina da Silva e Aurélio Jorge, em 1933. Teve dois casamentos, dos quais nasceram filhos que povoaram a Aldeinha, com sua prole. 2. José da Costa, também conhecido com Zé Coureiro, falecido, nascido na Fazenda Conceição, fundador da Aldeinha. Teve dois casamentos, e seus filhos e netos moram, em sua maioria, na Aldeinha. 3. Gregório Delgado da Silva, falecido, nascido na Fazenda Conceição, meio-irmão de José da Costa, o Índio Neco, que negociou a compra da chácara onde se localiza a Aldeinha. 4. Sebastião Delgado da Silva, falecido, nascido na Fazenda Conceição. 5. José Dionízio Delgado da Silva, falecido, nascido na Fazenda Conceição. 6. Felicina Delgado da Silva, falecida, nascida na Fazenda Conceição. 7. Guilhermina da Silva, falecida, nascida no Buriti. Teve um casamento no Buriti, com Emilio Silva, que *“morreu logo após o processo de aldeamento no Buriti, de uma doença que matou muitos indígenas lá”*.<sup>11</sup> Após ter vindo para Aldeinha, Geraldo da Silva veio do Buriti e se casou com ela, tendo vários filhos, dentro os quais Felix da Silva, atual cacique da Aldeinha. 8. Roso da Silva, filho do primeiro casamento de Guilhermina Jorge, nascido no Buriti. 9. Paulo da Silva, nascido na Aldeinha. 10. Daniel da Silva, nascido na Aldeinha. 11. Tito da Silva, nascido na Aldeinha. 12. Joana da Costa, nascida na Aldeinha. 13. Gemima da Costa, nascida na Aldeinha. (SOUZA, 2009, p. 58-9).

A pesquisadora destaca dois casamentos de Umbelina Jorge. O segundo casamento deve ter ocorrido na comunidade de Aldeinha, pois não há informações de seu marido ter participado da caravana que saiu da Reserva de Buriti. José Coureiro da Costa é filho da primeira união da matriarca. É meio-irmão do índio Neco. Neco é irmão de pai e mãe de Sebastião Delgado da Silva, José Dionízio Delgado da Silva e Felicina Delgado da Silva. Os demais que aparecem no diagrama são seus sobrinhos, filhos dos sobrinhos e nora.

---

<sup>11</sup> Conforme Felicina da Silva Paulo, 79 anos, moradora dos arredores da Aldeinha.

A segunda genealogia recolhida pela pesquisadora foi a da família de Gregório Delgado da Silva. O índio Neco, pelo que consta em seu trabalho se casou pela última vez com Josefa da Silva. Sua primeira mulher falecida em Buriti é a mãe de Emiliano Delgado da Silva. Neco e Josefa são os pais de Felicina da Silva Paulo, Isaías Delgado da Silva, Rute França Dias, Jeremias Delgado da Silva e Elias Delgado da Silva. Josefa da Silva é mãe de Justina da Silva, Felicidade da Silva e Jacinta da Silva, os quais não são filhos consanguíneos do índio Neco. Jacinta, filha adotiva de Neco se casou com Aurélio Jorge. Somente Justina e Felicina ficaram em Buriti quando a família de índio Neco de lá saiu em 1933. Ambas eram casadas, mas alguns de seus descendentes vieram depois para a comunidade de Aldeinha. A genealogia foi muito elucidativa para o nosso trabalho.

O índio Neco conviveu mais diretamente na comunidade de Aldeinha com os filhos Emiliano, Jacinta, Felicina, Isaías, Rute, Jeremias e Elias. Todos se assentaram em terrenos contíguos na comunidade de Aldeinha, nos quais foram permanecendo seus filhos que aos poucos foram crescendo, casando e construindo suas casas ao redor das de seus pais. Ainda habitam a comunidade de Aldeinha os casais Rute/Adalberto França Dias; Isaías Delgado da Silva; Jeremias Delgado da Silva. Os demais faleceram. Contudo, os netos do índio Neco permanecem donos da maioria dos terrenos na comunidade de Aldeinha, bem como os filhos e netos de Aurélio Jorge e de José Coureiro da Costa.

O protagonismo dos Delgado da Silva foi marcado pelo índio Neco, seus irmãos, seus filhos e por seus netos. Jeremias Delgado da Silva se torna liderança da aldeia Aldeinha em 1984, juntamente com seu irmão mais velho Isaías Delgado da Silva (1º Capitão) quando um grupo de Terena reivindica o reconhecimento da área de quatro quadras enquanto território indígena pertencente à sua etnia. O fato novo é que Jeremias e Isaías são proprietários e o coletivo de índios de aldeia Aldeinha era agregado de seu pai e tios e após a criação da aldeia Aldeinha se tornaram “posseiros” naquela área. Isaías chega a residir na área dos quatro hectares, depois se afasta da liderança e da área, para a qual retorna e sai com alguma frequência. Tem terrenos na comunidade Aldeinha, fora da aldeia. Na década de 1990, é eleito na comunidade de Aldeinha o primeiro vereador Terena do município de Anastácio – Arildo França Dias, filho do casal Rute/Adalberto e neto do índio Neco. Os descendentes de Umbelina Jorge estão presentes nas várias frentes do movimento indígena na região. O protagonismo os acompanha nos seus deslocamentos para representar sua etnia.

É importante destacar como prática da organização social Terena que, quando se deslocam, carregam consigo toda a capacidade de ser Terena dentro de si e dos laços de parentesco que os acompanham, pois andam sempre acompanhados pelos parentes quando se deslocam com o objetivo de se (re) estabelecer. Assim, pode-se conceber a comunidade e a aldeia Aldeinha como produtos destes deslocamentos e, conseqüentemente, da implantação de novas fundações. As relações de casamento aí se estabeleceram como fruto do planejamento de um novo Tronco, constituído pela família de Neco e sua parentela que, em função da realização dos casamentos, associou-se a outros indígenas que foram chegando (SOUZA, 2009).

Os agregados vão aparecer na historiografia e na etnografia quando a pesquisadora Noêmia Moura aplica um questionário na aldeia Aldeinha no intuito de produzir um censo da população da aldeia. Além do questionário recolhe algumas histórias de vida individuais e coletivas junto aos moradores da aldeia no ano de 1993/94. A pesquisadora chegou ao número de 46 famílias distribuídas em três quadras e meias. Enfatizou sobre o grupo de aldeia Aldeinha,

O segundo grupo, que denominaremos de “posseiros” é formado pelos índios que, migrando de suas Reservas, vieram alojar-se junto aos patrícios, atraídos pela religião e pela vida cidadina. Estabeleceram-se em terras que não lhes pertenciam, conforme as leis da sociedade nacional, e que posteriormente foram vendidas pelos patrícios proprietários – seja pela necessidade de sobrevivência, seja pelo desconhecimento das regras desta sociedade. Daí em diante sofreram o duro processo de confinamento pelos novos proprietários que iniciaram o povoamento de suas aquisições. Hoje, 46 famílias encontram-se basicamente em três hectares e meio de terras e, dependem exclusivamente das ofertas de escola, emprego, religião, atendimento médico e odontológico e demais benefícios necessários existentes fora de sua fronteira étnica e habitacional. A diferença principal entre os dois grupos é que, o primeiro está dividido, enquanto “nós tribal” e o segundo está organizado e unido, reivindicando em “comunidade.” (MOURA, 1994, p.16-17).

Muitas coisas se alteraram em duas décadas. A nova Constituição brasileira abriu novas expectativas e perspectivas para os povos indígenas e outros agrupamentos humanos

que sempre foram minoria ao longo do processo histórico de formação do país. Nos ateremos à aldeia Aldeinha e a comunidade de Aldeinha num contexto mais contemporâneo nos próximos itens do capítulo três.

### **Capítulo 3- A fundação da aldeia Aldeinha e o processo de reconhecimento em curso - terceira etapa de territorialização**

#### **3.1. Processo de emancipação do município de Anastácio e seus impactos sobre a comunidade de Aldeinha**

No período compreendido entre os anos de 1892, data da fundação de Aquidauana, até 1965, data de emancipação do município de Anastácio, transcorridos, portanto 73 anos, suas histórias se confundem, aglutinam-se em seus ideais e aspirações. Segundo estudo da pesquisadora Joana Neves sobre a história da cidade de Aquidauana, a mesma foi elevada a categoria de município pertencente à comarca de Miranda, em 20 de Fevereiro de 1906. Apresentou em 07 de maio do ano seguinte o primeiro decreto municipal, que tratava da regularização da vila em todos os seus aspectos, desde a legalização da posse dos terrenos até os cuidados que os moradores deveriam tomar para o bom andamento geral da cidade. O artigo 1º estabelecia os limites do município, nos seguintes termos:

O município de Aquidauana ter munido a comarca de Miranda, pelo decreto 189 de 20 de fevereiro de 1907, em execução da lei nº 467 de Dezembro de 1906, confina por uma linha reta que partindo da confluência dos Rios Nioac e Miranda e terminando no morro do Canastrão, na cachoeira do Rio Cachoeirão; seguindo por este abaixo até sua foz no Aquidauana e por este acima até as suas mais altas cabeceiras; destas pelo Espigão Mestre a Cabeceira do Rio Negro e por este abaixo até o Curixão, do fim deste a cabeceira da vazante grande e por esta abaixo até a sua foz no mesmo Rio Negro; por este abaixo até a sua foz no Rio Aquidauana, e por este acima até a foz do Ribeirão Agachy; subindo por este até a sua Cabeceira, e desta tirando-se uma reta até a confluência dos mesmos Nioac e Miranda ponto de partida. (Decreto Municipal de 7 de maio 1906 (Decreto Municipal nº 189/1906, apud NEVES, 2007, p.94).

No artigo 2º do referido Decreto, que definia o patrimônio da Câmara Municipal da Vila de Aquidauana, apresentava-se o registro de duas propriedades territoriais que a compunha sendo a primeira a propriedade inicial, na margem direita do rio Aquidauana, adquirida por compra em 1892, pela sociedade fundadora: “Uma cismaria de Campos e Matas compradas por meio de uma associação para povoá-la no ano de 1892”, na mesma linguagem do artigo 1º dos limites da propriedade que são mencionados no registro de posse.

A segunda propriedade, na margem esquerda do mesmo rio, foi constituída por terras doadas por Estevão Alves Corrêa, limitando-se pelos rios Aquidauana e Taquarussu, contra vertente e vertente do Jacarezinho, ribeirão Acôgo até sua foz no rio Aquidauana. Esta doação consta na primeira ata da Câmara de Vereadores conforme registro feito por NEVES (2007).

Ao ser Aquidauana elevada (1906) à categoria de município, o coronel Estevão Alves Corrêa e sua esposa Inocência Mascarenhas Corrêa, conforme Ata datada de 03 de Maio de 1907, doaram a Câmara Municipal de Aquidauana, uma sobra da sesmaria Santa Maria, à margem esquerda do rio Aquidauana, limitada pelos rios Aquidauana, Taquarussu, vertente e contra-vertente do Jacarezinho e córrego Acôgo até o rio Aquidauana (atualmente área da sede do município de Anastácio), excluindo da doação os lotes de terras vendidos, doados e Reservados pelos doadores. (NEVES, 2007, p. 94).

Aquidauana foi elevada à categoria de Comarca em 1910 e à condição de cidade em 1918, constituindo quatro distritos: Cipolândia, Taunay, Camisão e Palmeiras. Em 08 de Maio de 1965, Anastácio é elevado à categoria de município, desmembrando-se de Aquidauana, agregando um distrito: Palmeiras. Em 1996, integra-se ao município de Anastácio o distrito de Dois Irmãos do Buriti. No dia 13/11/1987, Dois Irmãos do Buriti é elevado à categoria de município, pela Lei Estadual nº 775, desmembrando-se da cidade de Anastácio e agregando o Distrito de Palmeiras (NARDO & CAMESHI, 2009, p.15).

Com a emancipação política, o município de Anastácio, conforme mencionado na introdução deste trabalho, começa a produzir sua política de desenvolvimento e urbanização. Nesse processo, é preciso definir a regularização dos loteamentos em áreas destinadas a serem englobadas pelo crescimento comercial e populacional, o que é comum nesses casos de

projeção de um novo município. A partir dos últimos anos da década de 1970, um novo contexto se descortinaria para os Terena que exerciam até esse momento de forma coletiva a ocupação daquela área de terra de 32 hectares de propriedade dos irmãos José Coureiro da Costa, Sebastião Delgado da Silva e Gregório Delgado da Silva, o índio Neco.

O novo município adota a política de urbanização que requer o loteamento de áreas extensas e contíguas existentes, como é o caso da comunidade de Aldeinha. A partir de então, os Terena proprietários passam a ser pressionados a lotearem sua área, fato que se configura como o processo de territorialização do Estado brasileiro, através do agenciamento do município sobre o território no qual esses indígenas exerciam sua territorialidade de acordo com o jeito Terena de ser.

Ao final da década de 1970 e anos iniciais da década de 1980, como marco inicial do processo de loteamento da área da comunidade de Aldeinha, destacamos a venda dos lotes tanto para os Terena que tinham condições financeiras para efetuar a compra quanto por parte dos não-índios. Destaca-se isso porque conforme visto nas Certidões Cartoriais em nome de José Coureiro da Costa, o mesmo efetuou vendas de parte de suas terras em 1959, 1961, 1963 e 1964, antes do período citado, enquanto os outros irmãos - proprietários Sebastião Delgado da Silva e Gregório Delgado da Silva - só o fazem depois da década de 1970.

Mediante à nova situação, os Terena agregados vão gradativamente perdendo os terrenos que ocupavam, uma vez que os herdeiros do índio Neco começam a se desfazer de parte de suas heranças. A comunidade de Aldeinha vai deixando de ser ocupada exclusivamente pelos índios Terena que, a partir de então, passam a conviver com os não-índios que também começam a habitar o lugar.

O que está implícito nesse terceiro processo de territorialização Terena é a permanência da forma de assentamento da etnia Terena.

### **3.2 – Formas de assentamento Terena**

*(...) Foi possível constatar que o ideal dos Terena é morar junto aos parentes. Daí a necessidade de esclarecer o que eles entendem por parente e como articulam estes grupos de coresidência” (EREMITES de OLIVEIRA & PEREIRA, 2012, p. 126). Para melhor situarmos a questão da fundação e dos fundadores da aldeia Aldeinha, recorreremos aos autores acima que chamam a atenção para um fato peculiar da etnia Terena, que é o ato de fazer um novo assentamento indígena dentro de um território mais amplo; este é um movimento*

tradicional até os dias de hoje e é uma questão relevante para a organização social e da territorialidade dos Terena. O caso da comunidade de Aldeinha e depois da aldeia Aldeinha é mais uma dessas experiências.

Os autores apontam como uma característica fundamental na conformação social dos Terena a organização de um grupo de parentes, articulados em torno de um líder que em sua quase totalidade é um ancião ou o casal de anciãos identificado por Tronco. Em caso de morte do membro masculino deste Tronco, a sua esposa pode substituí-lo, tornando-se a referência para o grupo de parentes, passando então à posição de líder. Realçam também que embora estes Troncos se vejam como participantes de uma cultura Terena comum consideram que cada um deles tem a sua própria forma de desenvolver sociabilidade, sendo estas formas espelhadas na índole e no modo de proceder de seu articulador ou Tronco. Dessa forma, o Tronco é o propagador de um estilo de vida alicerçado na interpretação dos padrões de moralidade e no viver em conformidade com as regras de convivência estabelecidas desde os tempos dos ancestrais reais e míticos (EREMITES de OLIVEIRA & PEREIRA, 2012, p.127). Assim, a descrição de Tronco é relevante, portanto, para a compreensão do processo de territorialização Terena da Aldeinha em seus diversos vieses, desde a formação da comunidade à formação da aldeia. Sua estruturação enquanto unidade sociológica se reflete diretamente na ocupação espacial dessa sociedade.

O Tronco líder da comunidade de Aldeinha foi a família Jorge Delgado da Silva, primeiro com Umbelina Jorge, que foi substituída pelo filho Neco. Interessante é que quando a aldeia Aldeinha se forma, os filhos de Neco se tornam seus primeiros capitães, o que configura a liderança da família Delgado da Silva. Posteriormente, a família de Pedro Jorge assume a liderança de aldeia Aldeinha, após afastar os de fora do Conselho Tribal. Depois seguem outros líderes moradores da aldeia. O movimento é dos agregados pedirem para habitar a aldeia, principalmente aqueles que continuam deixando as Reservas e que têm parentes na aldeia.

Nos Troncos convivem pessoas que se consideram relacionadas por laços de consanguinidade ou afinidade. Sempre foi um dos costumes da etnia Terena reunir-se em torno de um fundador, que aglutina um número variável de famílias nucleares que dependem do número de parentes de seu articulador/Tronco e de sua capacidade de reunir pessoas e dar resolutividades aos problemas de ordem de convivência tais como: desavenças entre casais, entre pais e filhos e intrigas entre vizinhos.

Cabe como uma das principais atividades de um Tronco convencer os parentes quanto à importância de viverem juntos e harmoniosamente e com relação ao matrimônio constata-se que os Troncos associam-se por afinidade, sendo frequente a busca de parceiros para a realização de matrimônio junto a indivíduos de outros Troncos, formando rede de alianças supra locais onde a liderança é construída de acordo com o prestígio de seu líder. (EREMITES de OLIVEIRA & PEREIRA, 2012, p.131)

No caso da aldeia Aldeinha, já estavam situados em parte dos quatro hectares um primo-irmão de José Coureiro da Costa, o Ventura, que, por sua vez, se junta às famílias que formam o Conselho Tribal e a aldeia. Contudo, pelo menos algumas famílias, tais como os familiares de Antônio Nimbú, Ivo Alexandre Corrêa, Marcelino da Silva, João Paulo da Silva, Pedro Jorge, Altino Cardoso, Félix Silva, Aristides Valério e Isaias Delgado da Silva estavam assentados na região da comunidade de Aldeinha que foi transformada em aldeia Aldeinha. Outras famílias, como a de Daniel de Almeida e de Pedro Nimbú pediram para entrar na aldeia depois de formada. Outras famílias como a de Jeremias Delgado da Silva nunca foram aldeadas. Outras ainda estavam em aldeia Aldeinha e migraram para Miranda, como foi o caso da família de Vovó Ângela Jorge e de Vergílio Rosa. As regras de quem fica dentro foram cumpridas.

Os antropólogos acessados apresentam ainda como regra pós-casamento que o genro se transferirá para a residência do sogro (patrilocalidade) sendo passível de mudança em situações em que o pai do noivo seja mais importante politicamente que o da noiva. Também se apresenta como um costume o novo casal fixar sua moradia em um novo local após o nascimento dos filhos, o que se entende como sendo representativa da estabilidade da união entre o casal, mudança esta que é sempre estabelecida com o representante do Tronco ao qual o casal se filia demonstrando, assim, sua pretensão em levantar o seu próprio Tronco (EREMITES de OLIVEIRA & PEREIRA, 2012, p.131).

Após breves considerações acerca da organização social dos Terena a partir de Troncos se faz pertinente tecer algumas considerações relacionadas à denominação de fundação para os Terena, uma vez que a mesma se dá a partir da iniciativa de um casal em formar um novo Tronco, sendo que isso implica por parte do pretendente a Tronco, o desenvolvimento de atividades e condutas próprias de um articulador de um grupo demonstrando os passos para o desenvolvimento da pessoa. Uma vez que se considera pessoa

plena aquela que tenha capacidade de articular e dispor de seu próprio grupo de parentes (Idem).

Nesse sentido, ao buscar na atualidade informações relacionadas à fundação e aos fundadores de aldeias Terena no Estado, certamente encontraremos mais de uma pessoa que se consideram fundadores e a Aldeinha no município de Anastácio, não difere das demais, uma vez que sua formação, apesar de alguns aspectos que podem ser considerados *sui generis*, como poderá ser visto mais adiante, teve a sua fundação a partir do estabelecimento de um Tronco Terena no território hoje denominado Aldeia Aldeinha, como já destacados acima.

Convém ressaltar também que no conceito de fundação para o Terena, o fundamental é que eles levam consigo para onde for o seu modo Terena de ser, procurando adaptar o mundo ao redor à sua cosmovisão, ou seja, efetuando uma “terenização” do seu lócus (SOUZA, 2009). Apesar de cada família ter o seu terreno em aldeia Aldeinha, a maioria das casas não tem muro e nem cerca. A circulação na área é ampla entre os quintais.

Considera-se assim que a fundação é um módulo organizacional que se replica no tempo e no espaço. Uma vez que:

Deve-se ressaltar que um Tronco sempre nasce de uma fundação e imprime uma dinâmica histórica na ocupação do território; eles nascem, crescem, ramificam-se e morrem. As redes de alianças entre esses Troncos também variam de amplitude segundo o prestígio que, em cada momento, seus líderes logram auferir (EREMITES de OLIVEIRA & PEREIRA, 2009, p.132).

É assim que na iminência de serem desterritorializados por não possuírem as escrituras de seus terrenos, embasados no fortalecimento da luta do movimento indígena a partir dos anos 1970 e 80, os Terena agregados da comunidade de Aldeinha organizam um coletivo de famílias e fundam a aldeia Aldeinha. É fundamental lembrar que o processo de organização das comunidades indígenas tem seu início com a criação da organização de apoio aos povos indígenas nas décadas de 1970 e 80 sendo: o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Associação Nacional de Apoio Aos

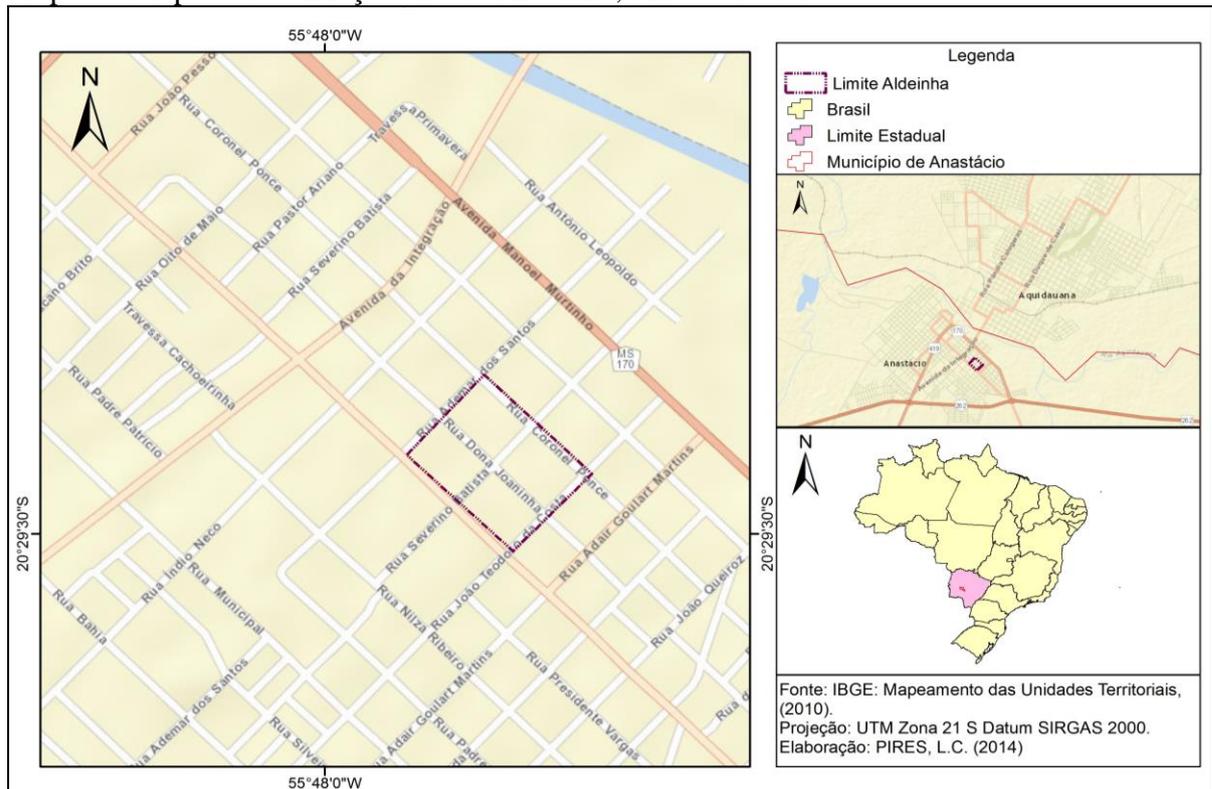
Índios (ANAI), dentre outras organizações não governamentais. (EVANGELISTA, 2004, p.37).

### **3.3 - A fundação da aldeia Aldeinha (1984) – etnicização da luta fundiária**

Os primeiros processos de territorialização se deram pela saída da Fazenda Conceição atendendo à propaganda de atração do Serviço de Proteção ao Índio. O segundo foi motivado por conflitos político-religiosos dentro da Reserva Buriti que fizeram com que a família do índio Neco se deslocasse rumo à margem esquerda de Aquidauana, onde fundaram a comunidade de Aldeinha. O terceiro movimento de territorialização será motivado pela urbanização do município de Anastácio que nasceu englobando a comunidade Aldeinha e pela venda de terrenos pelos Terena proprietários. Contudo, o terceiro processo está em curso, pois a aldeia Aldeinha ainda não foi homologada enquanto Terra Indígena pelo Estado brasileiro.

O processo de formação dessa aldeia se deu diferentemente da maioria dos processos de territorialização dos povos indígenas, uma vez que o predominante é que o mesmo ocorra a partir do reservamento de terras federais, destinadas para a ocupação por grupos indígenas sob o controle do Estado Nacional. Nesse caso em questão, pretendemos demonstrar um processo de assentamento diferenciado, que se deu a partir da compra de uma área por uma família indígena que não conseguiu mantê-la em seu domínio. Inicialmente, a família adquiriu uma área contígua de 32 hectares, que se transformou em uma comunidade indígena. Posteriormente, parte das famílias indígenas da comunidade funda uma aldeia indígena. A aldeia ocupou quatro hectares da totalidade da área da comunidade de Aldeinha e recebeu o nome de Reserva Indígena de Aldeinha – Anastácio-MS. Portanto, é muito comum a confusão entre a comunidade de Aldeinha apresentada anteriormente (mapa 02 p. 64.) e a aldeia Aldeinha, representada no mapa abaixo.

Mapa 3 - Mapa de localização Aldeia Aldeinha, Anastácio- MS



A comunidade de Aldeinha se iniciou com a aquisição de uma propriedade privada pelos índios fundadores, os irmãos Delgado da Silva, liderados inicialmente por José Coureiro da Costa. A segunda, a aldeia Aldeinha, fica dentro do limite que constituía a comunidade de Aldeinha e é uma área em posse dos indígenas que nela residem. Os residentes que não possuem a documentação escriturada da área se constituíram em Conselho Tribal e acionaram a sua identidade étnica para desencadear o processo de etnicização da luta fundiária. É sobre esse movimento que nos debruçaremos nesse item.

A partir de Arruti (1997; 2003) pode-se afirmar que os Terena habitantes em aldeia Aldeinha se auto-constituíram como grupo social e cultural diferenciado. Para eles, acionar a categoria Reserva/aldeia foi uma possibilidade de concretizar demandas públicas e ações afirmativas, tal como fizeram vários grupos quilombolas no Rio Grande do Sul (RODRIGUES, 2010) e outros grupos indígenas no Nordeste (Pacheco de Oliveira, 1996). O ato de fundar a aldeia demonstra a ligação que os Terena tinham com aquele território que, como destacado no primeiro capítulo, desde tempos pretéritos, fora território tradicional dessa etnia.

Os protagonistas do terceiro processo de territorialização Terena em Anastácio estavam acompanhando os encaminhamentos em nível nacional do movimento indígena e indigenista que vão culminar na promulgação do texto constitucional aprovado em 1988, que legalmente irá favorecer os indígenas no Brasil. A aldeia Aldeinha será uma resposta dos Terena ao Estado brasileiro que, através de sua política de ocupação de espaço, vai modificando a paisagem do município de Anastácio. Dessa forma, realçam a identidade étnica para ter seu território reconhecido.

Após a criação da “Reserva Indígena de Aldeinha”, tal como os aldeados passam a denominar a nova comunidade no Livro Atas da aldeia, muitas reuniões foram realizadas (Ata da aldeia Aldeinha, 10/06/1984)<sup>12</sup>. As reuniões eram os espaços legítimos de organização da comunidade e da fixação de regras a partir das relações que se produziam no dia a dia. Reuniam-se para discutir várias questões, tais como: o reconhecimento da área como Reserva indígena; a relação com as autoridades municipais, estaduais e federais, a entrada e permanência de não-índios na aldeia, as regras de conduta dos habitantes, as demandas das famílias assentadas, entre outras. De início, destacaremos as relações com as autoridades na luta pelo reconhecimento daquela área indígena.

Iniciou-se a luta pelo reconhecimento da aldeia desde o primeiro momento de sua fundação. O primeiro passo foi ir até a Regional da FUNAI, em Campo Grande, para entregar o documento de fundação da aldeia ao Delegado da instituição. Na ocasião, as lideranças denunciaram a invasão do branco João Braga, vizinho da aldeia, que queria prejudicar os índios. O Delegado salientou que não precisavam se deslocar, gastando dinheiro. Bastava fazer um telefonema para a Regional. Após o encontro com o Regional, foram ao encontro do Presidente da FUNAI – Jurandir Marcos Fonseca, para o qual entregaram um documento que continha as reivindicações dos aldeados (Ata da aldeia Aldeinha, 24/06/1984). Após essas reuniões presenciais, muitas outras viagens foram feitas, bem como muitas cartas trocadas. Contudo, até os dias atuais a situação da aldeia está indefinida.

O movimento pela demarcação continua por parte das lideranças. Na Ata da aldeia Aldeinha de 26/08/1984 o secretário do Conselho – Elias Nimbú – falou sobre a medição da área que foi feita pela Regional da FUNAI. A FUNAI elaborou um croqui com a descrição do

---

<sup>12</sup> O Livro Atas foi aberto após várias reuniões da liderança da aldeia Aldeinha. Por isso aparece na primeira Ata que só faltava o Livro histórico da área para encaminhar documento para a FUNAI solicitando o reconhecimento.

perímetro da área indígena da aldeia Aldeinha, realizado por José James Mancin, Técnico responsável da FUNAI, em 20 de Julho de 1984. A área media 4.171,2 m e o perímetro 918, 50m. (vide Anexos C e D). A expectativa do reconhecimento era tanta que o secretário afirmou que dentro de poucos dias a aldeia seria demarcada. A demarcação não ocorreu, porém o Prefeito do município – Cláudio Valério da Silva – remeteu uma carta recebida da FUNAI de Brasília, na qual pedia providências sobre a invasão dos brancos à aldeia Aldeinha. Na carta dizia que a Prefeitura deveria “embargar qualquer tipo de construção dentro da área das pessoas que não são índios” (Ata de 25/11/1984).

Muitas respostas foram dadas aos indígenas. A Delegacia Regional da FUNAI passou o caso da aldeia para o INCRA. O Presidente da FUNAI prometeu visitar a aldeia em uma de suas cartas. Marcou data, porém não concretizou a visita. O Prefeito de Anastácio fez a oferta de uma área na zona rural para que a aldeia fosse deslocada. O INSS aposentou alguns indígenas e depois suspendeu os benefícios e só retornou após muita mobilização. As negociações continuavam nas diferentes esferas: municipal, estadual e federal.

O reconhecimento não veio, mas algumas reivindicações foram atendidas. Em 1984, os Terena aldeados solicitaram um Posto Indígena e um funcionário da FUNAI para fazer a escrituração da aldeia. Precisavam ter os registros indígenas de nascimento, óbito e aposentadorias expedidos dentro da própria aldeia. Em 1991, o Governador Pedro Pedrossian envia um representante do governo em aldeia Aldeinha para ouvir as demandas dos moradores, que solicitam moradias, água, luz e, principalmente, a regularização da terra.

Alegava-se que era difícil acessar a administração do PIN Limão Verde, por se localizar em outro município. Nos deslocamentos dos patrícios ocorriam vários transtornos. Após muitas reivindicações, recebem o Posto em fevereiro de 1992, que ficou sob a responsabilidade do servidor Lino Luiz, designado pelo administrador da FUNAI/ADR, Campo Grande. No decorrer de 1993, a liderança de Aldeinha solicita ao administrador da FUNAI a oficialização do Posto Indígena de Aldeinha, cuja denominação seria - Posto Indígena *Kopenoty*. A Regional da FUNAI os atende.

Conforme solicitação dos líderes da aldeia, o servidor Lino Luiz, deixa o Cargo de Chefe de Posto da FUNAI e em seu lugar assume o índio Faustino Lipu, que futuramente se graduaria no curso de auxiliar de enfermagem. Posteriormente, com a conclusão do curso, o índio Ozéias Campos da Silva o substituiria no atendimento à saúde da população aldeada

(Ata da aldeia Aldeinha de 21 /04/1993). Faustino Lipú faria várias solicitações em nome do grupo de moradores da aldeia.

Conforme CI nº 15/93 expedida em 04/05/93 endereçada ao Diretor do INSS, agência de Aquidauana, o responsável pelo PIN da aldeia encaminha um relatório ao Diretor do INSS de Aquidauana, declarando que a Aldeinha possuía uma área de aproximadamente 30 hectares, que após a emancipação política do município de Anastácio foi reduzida a 10 hectares. Afirmou que a comunidade ficou à mercê de interesses latifundiários e que houve a invasão de suas terras ficando muitas famílias dispersas pela redondeza. Salientou no relatório que havia um projeto em andamento por parte da Prefeitura de Anastácio, para a liberação de uma área rural que seria utilizada pelos Terena para a agricultura.

Destacou, ainda, que seus patrícios já utilizavam uma área para plantio localizada entre a ponte boiadeira e a ponte de ferro da Noroeste do Brasil (NOB) <sup>13</sup>. E que outros indígenas da área atuavam também na limpeza de terrenos nos bairros de Anastácio, nos quais cultivavam mandioca. Ao concluir seu relato, enfatizou que mesmo com todas as transformações provocadas, os índios não mudaram em nada “suas raízes, suas origens, seu Clã é ser independente, viver sem ser empregados, uma vez que seus meios de subsistência sempre dependeram da agricultura”. Apela por fim para a sensibilidade do diretor do INSS e solicita que o mesmo atenda os indígenas de Aldeinha em algumas aposentadorias.

As informações contidas no documento apresentado acima demonstram que a luta pelos direitos sociais, civis e políticos é intensa e incessante. Nesse aspecto, os Terena de Aldeinha se espelhavam na postura das lideranças das aldeias Terena das Reservas de Taunay/Ipegue e Limão Verde, para obterem os mesmos direitos que as outras aldeias tinham. É possível perceber também a preocupação do Chefe de Posto da aldeia Aldeinha em deixar claro no seu relatório que, apesar de não haver mais espaços para o plantio dentro do território que mal dava para acomodar a crescente população, eles continuavam a laborar na agricultura, mesmo que fosse em outros espaços e que contavam com a promessa da Prefeitura de Anastácio em ganhar uma área rural para realizarem suas atividades como agricultores rurais.

A ênfase colocada pelo chefe do PIN da aldeia Aldeinha no caráter rural da população aldeada nos leva a refletir sobre o discurso atual das lideranças do Conselho que afirmam que a aldeia era rural foi englobada pela cidade que se ampliou do Porto Geral para a comunidade

---

<sup>13</sup>As duas pontes localizam-se sobre o rio Aquidauana sendo que as mesmas distanciam entre si por aproximadamente 4 km. E a área a que se refere está localizada na margem esquerda do rio (Anastácio)

de Aldeinha. Esse movimento de territorialização do Estado se manifestou em nível local/municipal e levou os indígenas a fundar uma aldeia a partir da antiga comunidade de Aldeinha que foi renomeada como Vila Umbelina.

Havia uma grande expectativa em convencer o diretor do INSS, mas não só ele, de que, embora os Terena de Aldeinha estivessem residindo na área urbana de Anastácio, o seu *modus vivendi* não se modificara por completo, pois continuavam trazendo consigo o seu jeito Terena de ser. Continuavam tendo nas atividades da agricultura sua maior produção. O servidor usou de seu conhecimento e habilidade para apresentar justificativas convincentes para a solicitação. Tal solicitação era baseada na experiência administrativa de outras aldeias que se localizam em áreas rurais do município de Aquidauana. O INSS, naquela conjuntura, adotava para os indígenas aldeados o mesmo critério utilizado para a aposentadoria de trabalhadores rurais. Faziam jus à aposentadoria os homens a partir de 60 anos de idade e as mulheres a partir de 55 anos, independentemente de ter recolhido a contribuição para a Previdência. Portanto, realçar a identidade étnica era um expediente recorrente.

No processo de luta pelo reconhecimento da aldeia Aldeinha, o coletivo dos moradores começou a desenhar um código de conduta interna, bem como as regras para se assentar naquele local. Tinham que provar sua identidade indígena. Passaram a definir os critérios de seleção de quem ficava dentro da área e quem poderia vir do entorno para dentro. Permanecia quem provava ser índio. Os brancos, ou os que não eram Terena, ficavam para fora. A liderança também definiu os critérios para as relações dentro dos casamentos interétnicos. A filha mulher que se casasse com um homem não-índio devia acompanhar o marido. Ficava para fora da aldeia. Entretanto, o filho homem poderia permanecer na área após o casamento, independentemente da origem de sua mulher. O marcador é a patrilinearidade (Atas da aldeia Aldeinha, 12 e 15/08/1984).

Os visitantes não indígenas, por sua vez, podiam permanecer na área, por alguns dias. Ao Capitão competia acompanhar o tempo da visita e levar ao conhecimento do Conselho quando a regra fosse quebrada. Um dos casos levados ao Conselho foi o do pastor Vergílio Rosa que ficou por muito tempo na casa de Ângela Jorge, mais conhecida como vovó Ângela. O pastor solicitou ao Conselho a autorização para construir uma casa no terreno de sua anfitriã. Após o debate as lideranças indeferiram o pedido e deram um prazo para o requerente deixar a aldeia. Após um tempo saíram da aldeia o pastor e a família de vovó Ângela (Ata da aldeia Aldeinha, 15/08/1984)

Reenviaram outras vezes documentos para a Regional da FUNAI em Campo Grande informando sobre a situação da Reserva e solicitando as providências para o reconhecimento da área. Fizeram outras solicitações à Prefeitura Municipal de Anastácio, a partir da eleição do primeiro indígena para a Câmara Municipal, Arildo França Dias. Demandaram o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) a fim de retomar os benefícios de aposentadorias para os seus idosos. Fizeram vários movimentos característicos de uma aldeia. Abaixo um trecho destacando um desses movimentos.

(...) Assunto sobre a ida em Brasília. O nosso capitão foi procurado para essa viagem, juntamente com as lideranças indígenas do Mato Grosso do Sul. Os demais presentes achou bom que o capitão fosse acompanhar. A finalidade desta viagem é sobre o novo código, que está muito falado. Eu como somente Secretário analiso o seguinte quanto ao novo código ou mudança do estatuto do índio. Eu acho que não é de um dia para o outro.[sic] (Ata de Reserva Indígena Aldeinha, 06/04/1986)

As lideranças do Conselho Tribal da aldeia se integram ao movimento indígena regional e nacional para levar adiante suas reivindicações. Na fala do secretário Elias Nimbú, descrita em Ata, a liderança destacava a discussão acerca do novo Estatuto do Índio, que até o presente momento ainda não foi aprovado. Foram feitos movimentos de escolha do Presidente da FUNAI, de abertura de um Posto Indígena na aldeia Aldeinha, de emplacamento da área indígena (17/01/1988), mesmo que ainda não fosse reconhecida. Obtiveram várias conquistas nessa primeira década. Todavia, entendiam que tinham que prosseguir na luta pelo reconhecimento de sua área pelo Estado.

Para se identificar enquanto índios rurais, apesar de viver em área urbana, se aliam com grupos indígenas de Aquidauana e fundam uma Associação Indígena de Aquidauana e Anastácio. Nas décadas de 1980 e 90 as associações tiveram um papel preponderante. A antropóloga Graziela Sant'Ana (2010) destaca em sua pesquisa que para acessar qualquer tipo de financiamento do governo era necessário ter uma associação organizada e ativa. Dessa forma, a ideia da associação foi aprovada pelos aldeados em assembleia (Ata da aldeia Aldeinha de abril de 1987).

O Capitão Pedro Jorge trouxe a proposta de criação da Associação Indígena Aquidauana e Anastácio e a defendeu. A Diretoria da Associação foi aclamada pelos presentes.

Nesta reunião, deu abertura o capitão Pedro Jorge e inicialmente deu a palavra ao presidente da Associação Indígena Aquidauana e Anastácio; usando a palavra agradeceu a oportunidade nesta reunião igual esta nunca participei disse ele, visto que tem participado somente em associações de bairros. Agradeceu também aos índios da Aldeinha que foi a força na sua eleição para Presidente. Pretendo desempenhar um bom trabalho. Peço apoio dos nossos patrícios em prol dos direitos do Índio falou também das contribuições dos associados não fixando quantia. (Idem, p. 13).

Através da Associação, a aldeia Aldeinha se conecta a uma rede mais ampla de relações dentro dos municípios de Anastácio e Aquidauana. A coletividade da aldeia Aldeinha reivindicava o reconhecimento enquanto um grupo social diferenciado que tinha necessidades específicas. Ao formar o coletivo aldeado, ela entrava na lógica formal do Estado. Em seguida, suas lideranças começaram a participar efetivamente das discussões em torno da implementação dos direitos dos índios, com base na Constituição brasileira de 1988. Estava sendo posta em prática a etnicização da luta fundiária, ou seja, estavam a “acionar um idioma étnico” a fim de conservar seus direitos coletivos sobre uma área que sempre foi percebida como sua (CARVALHO, 2010). Segundo a pesquisadora, “Os processos políticos e sociais relativos aos grupos negros [leia-se no caso de Aldeinha os indígenas] rurais e urbanos afetaram de forma significativa o cotidiano dessas pessoas e esse era um fato que não podia ser ignorado.” (CARVALHO, 2010, p.117)

Foi isso que constatamos ter acontecido com o grupo fundador da aldeia Aldeinha. A partir da década de 1980, os Terena agregados passam a vivenciar, de forma mais intensa, a perda gradativa do território por eles ocupado coletivamente. Segundo Souza (2009), havia nesse território a região de coleta de frutos silvestres, o local de caça, o córrego utilizado para lazer e para lavar roupas, espaços para pequenas roças e criação de animais domésticos. O impacto se deu no comprometimento dos recursos naturais relevantes para a sustentabilidade

e autonomia do grupo. A área contígua permitia a circulação por todos os espaços da comunidade.

A maioria dos habitantes de aldeia Aldeinha migrou da comunidade de Aldeinha. Algumas famílias vieram depois das Reservas do entorno, bem como das fazendas para a aldeia. Principalmente as que tinham parentes em aldeia Aldeinha. Aquelas que conheceram a comunidade antes do loteamento rememoram a vivência na área contígua. Alguns agregados, que agora moram na aldeia Aldeinha, se recordam do momento em que chegaram à comunidade de Aldeinha, tal como Etelvina da Silva e João Paulo da Silva. Nascido na Reserva de Buriti, João Paulo da Silva, nem sequer se lembra de lá, porque veio com apenas dois anos para a margem esquerda de Aquidauana por volta de 1931. Em 1994, tinha 86 anos.

Fui só nascido lá, mas num conheço lá não, me senti por gente aqui fui criado aqui cheguei aqui por volta de 1931; tinha dois anos de idade, alcancei mata, mataréu; era pouca gente que morava aqui; a cidade só tinha uns dez ou doze bolichos era só casa véia antigo mesmo e o saladeiro, o frigorífico. Esses pé de manga aí de frente do postinho foi meu pai que plantou tudinho (Entrevista nº 3 João Paulo da Silva, 1994).

Dona Etelvina da Silva, viúva do primeiro casamento/interétnico, com o paraguaio Manoel Martinho de Oliveira, chegou à comunidade de Aldeinha em 1938 e se casou com o índio Terena João Paulo da Silva. Deixou filhos e netos na aldeia Aldeinha, após seu falecimento.

Quando vim pra cá em 1938 meu marido trabalhava na fazenda, sou de Nioaque, cheguemo ali, paremo em baixo de uma lixeira, pé de lixeira; estendemo lona por causa da chuva né e começou a roça, derruba mato, planta; meus filho nasceram aqui, agora são casado, cheio de neto e agora ninguém acredita né, aqui tinha queixada, tudo quanto é bicho aí nesse matagal; ai vamos fazer um lugarzinho, começou roça, planta, aí quando chegou nossa casa aí já veio outro vizinho, Amâncio Azevedo que é conhecido também. (Entrevista nº 2 Etelvina da Silva, 1994).

A memória dos agregados e depois fundadores da aldeia Aldeinha guarda a paisagem da região da comunidade de Aldeinha da década de 1930/40. Lembram-se dos vizinhos e dos recursos naturais existentes. Tudo mudou após a divisão da comunidade de Aldeinha em terrenos, pois os agregados foram ficando cada vez mais afastados do centro da comunidade. Os laços religiosos e étnicos que os unia aos proprietários foram ficando em segundo plano. Os diretamente prejudicados foram aos poucos se organizando e fundaram a aldeia Aldeinha. Contudo, o ato de criação não teve a mesma receptividade entre os índios proprietários.

A recordação guardada é acionada nos momentos em que as famílias indígenas têm que se empregar ou prestar serviços fora da aldeia para produzir o sustento de seus membros. Em quatro hectares fica muito difícil sobreviver. Saem para as fazendas como peões, para as casas de famílias como jardineiros, empregadas domésticas, vigias noturnos, entre outras atividades (MOURA, 2014).

José Coureiro da Costa, após uma década de criação da aldeia Aldeinha, agia e falava como se deslegitimasse o processo em 1994.

(...) Essa é nossa história de 1933 pra cá. Agora essa Aldeinha que fundaram lá, essa que os Nimbú mora, foi pouco tempo. É aquilo ali eu dei pro Ventura, meu primo irmão Ventura, e não sei como o Ventura trouxe ele ali, colocou ele ali, eu nunca toquei é índio também, fui deixando, até que agora eles passa por cima de mim, não quer me conhecer nem como coisa; e eu não tirei eles dali, pois o Ventura primo irmão meu, pois é filho do meu tio; Ventura que não sei de onde ele tirou esses Nimbú e colocou eles ali; quando assustei já tava ali, é por causa do mano Ventura colocou eles ali e eu nunca me importei, sempre preocupado com minhas coisinhas, nunca liguei naquilo; eles ali e **eles possaram, por posse ali nem na autoridade nem no cartório não tem nome nenhum.** Eles tomaram ali, assim. **Comprei tudo isso aí paguei tudo, escrevi tudo e eles entraram aí. Não, não comprou nada, tá no peito aí. Agora lutaram o meu sobrinho Paulo nasceu ali naquele lugar é filho de Emílio Silva e de Dona Guilhermina minha prima irmã e tá fundada sua casa ali, né agora o irmão dele que formou aquele pomar onde Nimbú mora.** (Entrevista nº 1 José Coureiro da Costa e Aurélio Jorge, 1994. Grifo nosso).

José Coureiro da Costa reafirma sua aliança com os patrícios. Os que fossem patrícios não seriam retirados da área da comunidade de Aldeinha. Entretanto, ressalva a família dos Nimbú na qual se referencia para falar dos agregados que se tornaram posseiros, pois “não tem nome deles nem na Prefeitura e nem no Cartório. Os Nimbú estão no peito ali.” Ou seja, o ancião proprietário Terena quer manifestar seu descontentamento com a luta desenvolvida pelos seus ex-agregados que sempre foram bem recebidos e alojados por ele e seus irmãos. Destaca que na aldeia Aldeinha nasceram pessoas de sua família como o Paulo, filho de Emílio e Guilhermina Jorge. Deixava transparecer que não era favorável a organização dos índios posseiros.

Os descendentes do índio Neco, por sua vez, compuseram politicamente com os fundadores de aldeia Aldeinha e assumiram inicialmente a liderança da aldeia, mesmo que Jeremias Delgado da Silva não habitasse os quatro hectares reivindicados. Os laços com os descendentes do índio Neco não se desfizeram de imediato.

Com relação ao relacionamento dos Terena entre si e com os demais atores não indígenas presentes no cenário de interação pode se afirmar que a mesma se deu de forma instável principalmente entre os Terena e aqui se consideram os que ficaram dentro da Aldeinha propriamente dita, ou seja, os quatro hectares, e os Terena que moram no entorno de Aldeinha, ou seja, os que denominamos no presente trabalho de Terena proprietários, uma vez que se pode perceber durante os trabalhos de campo que as relações entre eles se alternavam de acordo com o contexto por eles vivenciados como era de se esperar como resultado de se trabalhar a partir da memória deste povo, que conforme Halbwachs:

É quando se transforma que um novo tempo começa para ele e que sua atenção, se afasta progressivamente daquilo que foi, e do que não é mais agora. Mas o tempo antigo pode subsistir ao lado do tempo novo, mesmo nele, para aquele de seus membros, para quem tal transformação tenha abalado menos, como se o antigo grupo recuasse a se deixar absorver inteiramente pelo novo grupo que nasceu de sua substância. Se a memória atinge então regiões do passado inegavelmente distante, conforme as partes do corpo social que se considera, não é porque uns tem mais lembrança do que os outros: mas as duas partes do grupo organizam seu pensamento em torno de centros de interesses que não são mais completamente o mesmo. (HALBWACHS, 1990, p.123-4).

Mediante o pensamento de Halbwachs, com o qual concordamos, é que se pode constatar, embora ainda parcialmente através de algumas declarações, que determinados momentos emergiam através da memória coletiva por parte dos dois lados (aldeados e moradores do entorno de Aldeinha) de situações que retratavam os seus interesses de acordo com o momento vivenciado por eles em diferentes contextos.

Um avanço na luta por direitos políticos dos índios da aldeia Aldeinha e dos índios da Vila Umbelina foi a eleição do primeiro parlamentar municipal indígena – o Vereador Arildo França Dias. A vitória do Vereador Terena era também um ganho político para os indígenas de Anastácio. Arildo nasceu em Anastácio, mais precisamente na comunidade de Aldeinha. Sua mãe Rute França Dias era filha do índio Neco e seu pai Adalberto França Dias era filho do ancião Basílio França. Rute nascera na comunidade de Aldeinha e ali constituiu sua família. Arildo reivindicou melhorias para os Terena de Anastácio, juntamente com seus patrícios. Representava os indígenas da aldeia Aldeinha e da Vila Umbelina.

Em 25 de Fevereiro de 1993 o Vereador Terena propõe um requerimento à Câmara Municipal. Encaminhava expediente ao Prefeito Municipal com cópia ao Delegado Regional da FUNAI e ao Posto Indígena de Aldeinha, solicitando estudos para a urbanização de Aldeinha e a legalização da área indígena. Sua justificativa era de que Aldeinha se localizava praticamente no centro da cidade, havendo necessidade urgente de melhorias no setor habitacional e de saneamento básico. Percebe-se que no documento não havia por parte do Vereador a intenção de explicitar a divisão que havia em Aldeinha. As solicitações eram para atender a todos os patrícios, independentemente se estavam aldeados ou na Vila Umbelina.

Na década de 1990 fica evidente que os Terena de Aldeinha perceberam a situação favorável que teriam ao realçar sua identidade étnica. Isso era muito diferente de épocas anteriores nas quais os indígenas preferiam passar por japoneses ou paraguaios, tal como relata Arildo França Dias à pesquisadora Noêmia Moura em entrevista datada de 1994. Por isso, é bem provável que o Vereador preferiu usar como tática a indivisibilidade de Aldeinha. Afinal, ninguém poderia dizer que aqueles sujeitos históricos que reivindicavam não eram indígenas, tais como os aldeados.

Como um dos instrumentos de comprovação de pertencimento dessa etnia era a Carteira Indígena da FUNAI, cresceu o movimento dos Terena da Vila Umbelina em requerer seu documento ao Chefe de Posto da aldeia Aldeinha. A Carteira era o passaporte para acessar

as políticas públicas voltadas à saúde, educação, segurança e previdência. Nessa época, a FUNAI passava para o MEC a responsabilidade pela educação indígena e à FUNASA a reponsabilidade pela saúde. As medidas eram em nível federal e depois a descentralização era feita aos estados e municípios, com os quais a União realizava parcerias. É nesse contexto, de fortalecimento do movimento indígena, que os Terena de Aldeinha elegem seu Vereador.

Como a Aldeinha já havia sido impactada pela cidade de Anastácio através do processo de urbanização, foi na tentativa de minimizar a precariedade da situação em que se encontravam seus índios Terena, que Faustino Lipu, na posição de Chefe de Posto, utiliza através de seu relatório por várias vezes a estratégia de caracterizar esses índios como trabalhadores rurais. Ou seja, nesse contexto, assegurar uma identidade rural de como se iniciara a comunidade de Aldeinha configurava-se como importante estratégia para garantir junto ao INSS a aposentadoria dos indígenas que atingissem a idade preconizada pela referida instituição, situação que os auxiliava a prover o sustento dos indígenas aposentados e de seus familiares, minimizando a precariedade das condições em que se encontravam após a impactação desses índios ocasionada pelo processo de urbanização do município de Anastácio.

A situação acima descrita talvez, à primeira vista, possa parecer contraditória em relação ao requerimento feito anteriormente pelo Vereador indígena Arildo França ao Prefeito Municipal de Anastácio, solicitando a urbanização de Aldeinha e a regulamentação da área. Porém, ao se observar mais atentamente, pode-se atribuir inicialmente que na ocasião em que o referido vereador faz a solicitação ao prefeito de Anastácio o Sr. Faustino Lipu, este ainda não respondia pela chefia do Posto, por isso não tinha ciência da solicitação do vereador, porém, é perceptível que ambas as solicitações, embora por caminhos diferentes, tivessem a preocupação em comum de amenizar a precariedade em que aqueles indígenas se encontravam naquele momento. Por essa época, não havia mão-de-obra especializada dentre eles que pudessem ser absorvida pelos municípios de Aquidauana e Anastácio.

O Vereador Arildo acreditava que com a urbanização da aldeia poderia contar com o apoio das esferas Estadual e Municipal de governo para solucionar os problemas de ordem habitacional e de saneamento básico, que também se encontravam em situação extremamente precária.

Quando na década de 2000 os indígenas aldeados conquistam infraestrutura para melhoria de suas casas, conquistam uma Escola dentro da área, benefícios de aposentadoria,

entre outros, aos quais os indígenas do entorno não têm acesso. As casas da aldeia vão ser reconstruídas de alvenaria e com banheiros, tal como solicitavam desde a década de 1980. Houve num primeiro momento uma resistência das lideranças da aldeia em permitir que os benefícios conquistados por eles fossem estendidos aos demais ou os de fora da aldeia que no início não quiseram se envolver naquele processo de etnicização da luta fundiária. As relações entre os Terena aldeados e os Terenas do entorno não são tão estreitas quanto o Vereador Arildo gostaria que fossem. Contudo, nos mandatos posteriores de Capitão, principalmente no mandato de Félix Matilde, os aldeados se abrem à inclusão dos Terena de fora.

A inclusão não significa que os índios proprietários possam se deslocar para habitar a área da aldeia. Até porque os Terena do entorno estão assentados em suas propriedades, como bem demonstra em sua tese Sandra Souza (2009), a partir da qual descrevemos no capítulo anterior. Os herdeiros dos irmãos Delgado da Silva têm seus lotes nos quais agregam seus filhos, filhas, netos, netas, bisnetos e bisnetas.

A participação política dos Terena da Vila Umbelina também é limitada nas decisões internas de escolha de novos capitães da aldeia. Somente podem votar e serem eleitos os índios que moram na aldeia Aldeinha. Isso não quer dizer, como nos sinalizam as Atas, que os Terena do entorno não têm peso nas eleições. Há toda uma campanha dos parentes de fora com os parentes de dentro. Só para lembrar, desde o primeiro Conselho Tribal escolhido há a presença dos de fora como é o caso de Jeremias Delgado da Silva, 2º Capitão. Dessa forma, vão se dando conflitos e negociações entre os Terena proprietários e os aldeados ao longo do processo de luta pelo reconhecimento da área indígena da aldeia Aldeinha.

Muitas mudanças ocorreram ao longo dos conflitos e negociações dos Terena com seus sujeitos interlocutores. Entretanto, muitas conquistas foram alcançadas pelos indígenas, tal como podemos comprovar nas décadas de 1990 e de 2010.

Em 1994, a aldeia Aldeinha era habitada por 46 famílias e um total aproximado de 300 pessoas entre crianças e adultos. Nesse período, o capitão era Elias Nimbú que, na ocasião da fundação da aldeia, ocupava o cargo de primeiro secretário. Uma década após a constituição da aldeia, as famílias reivindicavam melhorias habitacionais, construção de sanitários, construção de escolas e creches na área, bem como o saneamento básico. Muitas casas, segundo o capitão, não possuíam energia elétrica e água encanada. As casas existentes eram construídas com materiais alternativos, conforme as condições econômicas de cada família. A maioria das casas era feita de lona preta e de tábuas. Uma minoria era de tijolos. A maioria

das famílias não tinha luz elétrica e banheiros. As privadas eram popularmente nominadas de “tiro direto”. O processo de escolarização entre os habitantes de aldeia Aldeinha era precário. Poucos indígenas sabiam ler e escrever. As crianças frequentavam as escolas do entorno, mas tinham muita vergonha de se relacionar com as demais não indígenas. A situação acima descrita é ilustrada conforme fotos abaixo:

Foto 1 – Moradia de índio Terena da aldeia Aldeinha (1999).



Fonte: Foto/ Edmundo Pires (1999).

Foto 2 – Moradia de Índio Terena da aldeia Aldeinha. (1999)



Fonte: Foto/ Edmundo Pires (1999).

Os índios Terena atualmente estão situados no perímetro urbano do município de Anastácio. A aldeia se localiza há 127 km de Campo Grande, capital do MS, e é formada por 448 pessoas, que se dividem em 124 famílias, habitando 96 residências em uma área de quatro hectares (SESAI/DSEI, 2014). Vêm desenvolvendo respostas adaptativas e acomodações às situações de contato desenvolvidas com a sociedade nacional. Com relação às reivindicações feitas às autoridades na década de 1990, podemos afirmar a partir das falas das lideranças que todas foram concretizadas.

No ano de 2014, a aldeia Aldeinha contava com: Escola Indígena Guilhermina Silva que oferece a educação básica completa; Unidade de Saúde Vila Umbelina; Posto Indígena - sede do Conselho Tribal; casas de alvenaria com banheiros; rede de energia elétrica e água encanada para todas as famílias; saneamento básico; atendimento médico e odontológico dentro do Posto Indígena; vários habitantes jovens são graduados e alguns atuam na escola Guilhermina Silva, cujo quadro de professores e gestores é indígena. Pode-se concluir afirmando que, apesar da área indígena não ser reconhecida, a luta dos índios aldeados logrou êxito. É o que pode se observar nas fotos abaixo, que ilustram perfeitamente a concretização das suas reivindicações anteriores.

Foto 3 – Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva.



Fonte: Foto/ Edmundo Pires (2014).

Foto 4 – Posto de Saúde da Vila Umbelina/ Aldeinha



Fonte: Foto/ Edmundo Pires (2014)

Foto 5 – Moradia de índio Terena da aldeia Aldeinha (2014)



Fonte: Foto/ Edmundo Pires (2014).

As lideranças continuam suas reivindicações e, para isso, desenvolvem um conjunto de pautas culturais que tem como princípio as trocas simbólicas e materiais, apropriando-se do discurso e das práticas do Outro, ora reproduzindo, ora ressignificando-as (MOURA, 2009).

Na busca de alternativas de desenvolvimento, levam em conta a experiência histórica e cultural que produziram nas relações desenvolvidas ao longo do processo histórico, que os empodera para acessar melhores condições na área da saúde, da educação e do mercado de trabalho. Neste sentido Brand (2002) afirma que:

A discussão em torno da construção de alternativas de desenvolvimento, solidamente assentadas no protagonismo indígena, implica em estudos sobre a experiência histórica já acumulada por eles, sobre as mudanças verificadas através dos longos anos de contato com a nossa sociedade, sobre as experiências novas pelas quais passaram fracassadas ou bem logradas, assim

como sobre a leitura e a interpretação que a comunidade indígena faz dessas experiências. (...) como nem uma cultura é estática, estudar as culturas indígenas não significa rebuscar os arquivos para saber como eram quando os europeus aqui chegaram. (BRAND, 2001, p.59-68).

Brand enfatiza que seu estudo pode, certamente, contribuir para uma melhor compreensão da situação atual. São, porém, relevantes os processos de mudança cultural em curso, as transformações resulta do impacto com o entorno e visão de mundo que norteia estes povos no limiar do novo milênio. É isso que nos propusemos a fazer no caso da aldeia Aldeinha.

Os agregados acionaram a lógica estatal a partir da constituição de uma aldeia administrativa aos moldes de uma aldeia de Reserva. Amparados pela conjuntura pré-constituição de 1988, perceberam o fortalecimento do movimento indígena e, embalados na luta pelos direitos indígenas, destacaram-se enquanto protagonistas no processo de etnicização da luta fundiária e na organização de uma aldeia rural. Situação análoga pode ser percebida na luta dos quilombolas urbanos, tal como destaca Carvalho (2010).

A antropóloga ressalta que é a partir do acúmulo de experiência dos negros dos quilombos rurais que os urbanos se articulam vendo na etnicização da luta fundiária a melhor forma para resolução de seus problemas territoriais. No caso dos índios agregados da comunidade de Aldeinha, o realce de sua etnicidade faz valer seu direito de continuar ocupando parte do território tradicional da etnia. Tal como a criação da Comunidade de Aldeinha, a aldeia Aldeinha deve ser entendida como uma estratégia de assentamento Terena.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise do percurso histórico de Aldeinha, a pesquisa pretendeu demonstrar como o fim da tutela abre espaço para o reconhecimento dos direitos indígenas, quando se reconhecem as etnias indígenas como agentes históricos. Abre-se espaço para a visibilidade do movimento reivindicatório, na luta pela terra e autodeterminação, na luta pela resistência étnica e permanência no território. Os Terena de Aldeinha perceberam perfeitamente que a categoria aldeia, desde longa data, é mediadora e condição *sine qua non* para qualquer acesso dos indígenas à terra e aos programas sociais. Desse modo, passam a exigir tal reconhecimento do governo e da sociedade civil.

A luta pelo reconhecimento oficial de Aldeinha enquanto *aldeia Terena* inaugura um novo processo político e de territorialização. Dentro dos quatro hectares em que haviam se concentrado os Terena proprietários e agregados, eles iniciam junto à Fundação Nacional do Índio (FUNAI), uma incansável luta pelo reconhecimento de Aldeinha enquanto terra indígena e, conseqüentemente, pelos demais direitos que a condição de índios aldeados lhes asseguraria. Tais direitos passam pela assistência na área da saúde, educação, e também em ações voltadas para as afirmações étnicas e projetos econômicos, como descreve Sant'Ana (2010, p.109).

Cabe ressaltar que, embora o texto jurídico da constituição assegure o direito civil do índio onde quer que ele esteja, isso não se efetiva na prática. Persistem formas de poder tutelar, assistencialismo e assimilacionismo, em diversas práticas do relacionamento entre o Estado e os povos indígenas. Assim, persistem resquícios da política assimilacionista do passado, em que se buscava, dentre outras coisas, transformar os índios em trabalhadores nacionais, que gradativamente seriam assimilados pela sociedade envolvente, facilitando, desta forma, o esbulho de seus territórios por parte de particulares que dispunham de títulos concedidos pelo Estado nacional. Desta forma, ainda convivemos na atualidade com uma carga de preconceito e discriminação contra os povos indígenas, inclusive de algumas instituições governamentais que só reconhecem seus direitos quando reivindicados de forma organizada e coletiva (Conselho Tribal, Associações etc.).

A Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), por exemplo, Órgão do governo responsável pela política de assistência sistemática de saúde prestada à população indígena,

tem sua área de atuação dentro das Terras Indígenas (TI), não se obrigando ao atendimento dos indígenas que estão nas fazendas, nos acampamentos e nas periferias das cidades, a não ser que estes indígenas estejam cadastrados no Sistema de Informação e atenção à Saúde Indígena (SIASI), como pertencentes a alguma Terra Indígena (SESAI, 2010).

Os Terena de aldeinha desenvolveram maneiras de se relacionarem entre si e com os demais atores sociais com quem foram gradativamente se envolvendo (fazendeiros, políticos, religiosos autoridades entre outros). Demonstraram e demonstram grande empenho em se fortalecerem no campo das relações sociopolíticas, desenvolvendo capacidades e habilidades para lutar pelas novas demandas que surgem na variedade de condições do histórico de sua colonialidade. Nesse movimento, desenvolveram uma série de estratégias e respostas criativas às situações conjunturais produzidas na sociedade brasileira. A produção enquanto aldeia parece estar no centro dessas estratégias.

A criação da aldeia Aldeinha é uma resposta dos Terena agregados ao processo de territorialização do Estado nacional a partir de uma de suas unidades administrativas em nível municipal. É uma forma de responder à reconfiguração do território no qual habitavam os Terena e os não indígenas imposta pela lógica do estado colonial. A urbanização do município de Anastácio é uma estratégia de territorialização do Estado que impacta a territorialidade dos Terena da comunidade de Aldeinha. Dessa forma, uma nova reconfiguração do território da comunidade de Aldeinha é produzida como tática dos Terena agregados em resposta à estratégia de estatização.

Nesse sentido, é perceptível que em meio a diferentes tempos e espaços, os Terena da comunidade da Aldeinha e, posteriormente, da aldeia Aldeinha, mesmo inseridos dentro da territorialização agenciada pelo Estado brasileiro, desenvolveram e continuam desenvolvendo novas estratégias que permitem exercer sua territorialidade mesmo em situações adversas, como a situação de cidade, por exemplo, desta forma, vemos que a partir da atual constituição de 1988, apropriam-se dos dispositivos que lhes permitam, inteirar-se cada vez mais desse novo processo, onde buscam em meio as especificidades e diferenças a conquista desses novos instrumentos pelos quais objetivam transpor as atuais relações utilizadas no atendimento de suas demandas.

É nessa conjuntura que se desenvolve nas comunidades indígenas o associativismo como um importante aliado ao movimento indígena/indigenista, quando são abordadas temáticas como: direito, cidadania e meio ambiente (S'ANTANA, 2010). As associações

indígenas, Mesmo mediante as dificuldades que enfrentam como o excesso de burocracia, o desconhecimento do melhor caminho na busca de apoio, falta de recurso financeiro para custear as despesas na manutenção do funcionamento das associações dentro da “legalidade” etc., os Terena de Aldeinha, assim como os demais povos indígenas do Brasil, seguem persistindo na interlocução com os setores do governo, principalmente na busca por novos espaços políticos de intervenção. Dessa forma, as associações nas Terras Indígenas, como aponta a antropóloga Graziella S’antana, contribuem fundamentalmente para a dinamização das relações e criação de novos espaços de participação.

Mediante o exposto ao longo do trabalho, é possível perceber que nos diferentes contextos apresentados nas oito décadas analisadas, os Terena da comunidade de Aldeinha e aldeia Aldeinha, vivenciaram processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização procurando sempre no decorrer desses processos simplesmente o direito de ser eles mesmos, exercer a sua autonomia e, para tal intento, tiveram que ao longo do tempo (re)construírem sua etnicidade, absorvendo novos elementos às suas pautas culturais, organizando-se a partir da interação com outro grupo étnico. Porém nem mesmo mediante os riscos e incertezas, não hesitaram em demarcar suas fronteiras étnico-sociais, sempre procurando a readaptação de toda a apreensão do “Outro” de acordo com o que seja interessante para a afirmação de sua identidade étnica.

## FONTES E REFERÊNCIAS

### Fontes Orais.

Entrevista nº 1 realizada com Manoel Coureiro da Costa e Aurélio Jorge, concedida a antropóloga Noêmia dos Santos Pereira Moura, em Abril de 1994 (Arquivo Pessoal).

Entrevista nº 2 realizada com Etelvina da Silva Concedida a antropóloga Noêmia dos Santos Pereira Moura Abril de 1994 (Arquivo Pessoal)

Entrevista nº 3 realizada com João Paulo da Silva Concedida a antropóloga Noêmia dos Santos Pereira Moura Abril de 1994 (Arquivo Pessoal)

Entrevista nº 4 realizada com Arildo França Dias Concedida a antropóloga Noêmia dos Santos Pereira Moura Abril de 1994 (Arquivo Pessoal)

Entrevista nº 5 realizada com Gedeão Jorge em Maio de 2000 (Arquivo Pessoal)

### Fontes Documentais

Ata de eleição do 1º Conselho Tribal da Aldeinha, 08 de abril de 1984. Livro Ata, p. 1, Arquivo do PIN da aldeia Aldeinha

Ata do encontro com o presidente da FUNAI, Jurandir Marcos Fonseca, 24 de Junho 1984. Livro ata, p.3. Arquivo do PIN da aldeia Aldeinha.

Ata de reunião do Conselho Tribal para definir e aplicar as regras de quem permanece dentro da área da Aldeinha , 15 de Agosto de 1984. Livro Ata, p.5-6. Arquivo do PIN da aldeia Aldeinha.

Ata de reunião do Conselho Tribal para tratar sobre embargo de construções dentro da área da Aldeinha, 25 de Novembro de 1984. Livro ata, p. 6A. Arquivo do PIN da aldeia Aldeinha.

Ata de reunião do Conselho Tribal para tratar sobre a viagem a Brasília par discutirem sobre o novo código do Estatuto do Índio. 06 de Abril de 1986.p.11<sup>a</sup>, Arquivo do PIN da aldeia Aldeinha.

Ata sobre a criação da Associação indígena dos índios urbanos de Aquidauana e Anastácio. Abril de 1987. p.13, Arquivo do PIN da aldeia Aldeinha.

Ata de apresentação do Chefe de Posto da FUNAI para o pin provisório da aldeia Aldeinha, 02 de Fevereiro de 1992. p.27A. Arquivo do PIN da aldeia Aldeinha.

Ata de substituição do Chefe de Posto da FUNAI da aldeia Aldeinha. 25 de Novembro de 1993. p.37. Arquivo do PIN da aldeia Aldeinha.

CI nº 15/93 enviada ao agência do INSS de Aquidauana

Requerimento do Vereador Arildo França Dias a prefeitura de Anastácio

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALTENFELDER SILVA, Fernando. **Mudança Cultural dos Terena**. Revista do Museu Paulista São Paulo, s.n, v.3, 1949.

ASSIS CARVALHO, Edgard de. **As alternativas dos vencidos: índios Terena no Estado de São Paulo**. Paz e Terra, São Paulo, 1979.

AZANHA, Gilberto, **As terras indígenas Terena no Mato Grosso do Sul**. Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília, v.2, n.1, p.61-111, jul. 2005

BALDUS, Herbert. **Ensaio de etnologia brasileira**. Cia Editora Nacional, 1937.

\_\_\_\_\_. **“Lendas dos índios Tereno”**, Revista do Museu Paulista, n.s v.4, São Paulo. 1950.

BRAND, Antonio Jacob. **Desenvolvimento Local em Comunidades indígenas no Brasil Interações-Revista Internacional** — Revista Internacional em Desenvolvimento Local. Campo Grande/MS: UCDB, Vol. 2, p59-68, Março de 2001.

CALSTENAU, Francis de. **Expedições às Regiões Centrais da América do Sul**, (tomo II) col. Brasiliana, vol. 266 A, Cia Editora Nacional, São Paulo, 1949.

CARDOSO de OLIVEIRA, Roberto. **Urbanização e Tribalismo: a integração do índios Terena numa sociedade de classes**. Zahar, Rio de Janeiro, 1968.

\_\_\_\_\_. **Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena**. 2ª ed. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1976.

CARVALHO, Silvia M. **Schmuziger. Chaco: encruzilhadas de povos e “melting pot” cultural, suas relações com Bacia do Paraná e o Sul mato-grossense.** In CUNHA, M. C. História dos índios no Brasil. Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, São Paulo, p.457-474, 1992.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é.** In: Povos indígenas no Brasil: 2001-2005. São Paulo: Instituto Socioambiental, p.10, 2006.

CHUCK, Maria Eunice Jardim. **Xaray e Chané: índios frente à expansão espanhola e portuguesa no alto Paraguai.** Dissertação (Mestrado em história) Instituto Anchieta de Pesquisa/ UNISINOS, 1995.

CORRÊA, Lúcia Salsa. **História e fronteira: o sul de Mato Grosso 1870- 1920,** UCDB, Campo Grande, 1999.

EVANGELISTA, Carlos Augusto Valle. **Direitos indígenas: o debate na Constituinte de 1988.** Dissertação (mestrado em História) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

GAGLIARDI, José M. **O indígena e a Republica.** São Paulo: HUCITEC, EDUSP, 1989.

LADEIRA, Maria Elisa & BITTENCOURT, Circe. **A História do Povo Terena. Brasília: MEC-SEF-USP/ CTI, 2000.**

LIMA, Antônio Carlos de Souza. **O governo dos índios sob a gestão do SPI.** In: História dos Índios no Brasil. 2. Ed São Paulo: Ed. Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, p.155-174, 1992.

LOPES, Danielle Bastos. **O Movimento Indígena na Assembleia Nacional Constituinte (1984-1988).** Dissertação (Mestrado em História social do território). 176p. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

LITTE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade.** Brasília, 31p (série antropologia), 2002.

LUCIANO, Gersm dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Brasília: Ministério da Educação, Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MARQUES, Cintia Nardo & SOUZA, Claudete Cameschi. **Memória Terena: História e Língua, Educação Escolar e Cultura, Identidade e Resistência.** In: MARQUES, Cintia Nardo & SOUZA, Claudete Cameschi. Povos Indígenas: mitos, educação escolar e realidade histórico-cultural. 1ed. Campo Grande: UFMS, 2001, v.1, p. 177-130.

MIRANDA, Claudionor do Carmo. **Territorialidade e práticas agrícolas: premissas para o desenvolvimento local em comunidade Terena de MS.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local). 121p. UCDB Universidade Católica Dom Bosco, 2006.

MONTEIRO, John Manuel. **Os negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. 2ed. Companhia de letras. São Paulo, 1999.

MOURA, Noêmia dos Santos Pereira. **O processo de terenização do cristianismo na terra indígena taunay/ipegue no século XX**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Etnologia Indígena). 312p. UNICAMP Universidade Estadual de Campinas, 2009.

\_\_\_\_\_. **UNIEDAS: o símbolo da apropriação do protestantismo norte americano pelos terenas(1972-1993)**. Dissertação (Mestrado em História). 136p. UFMS Dourados, 2001.

\_\_\_\_\_. **Uma aldeia Terena urbana: Aldeinha**. UFMS/CEUA, Monografia (Especialização em História: América Latina), 1994.

MUSSI, Vanderléia Paes Leite. **As estratégias de inserção dos índios Terena: da aldeia ao espaço urbano (1990-2005)**. Tese (Doutorado em História. Área de conhecimento História e Sociedade). 332p. UNESP Universidade Estadual Paulista. Assis, SP. 2006.

NEVES, Joana. **Um porto para o Pantanal a fundação de Aquidauana: civilização e dependência**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2007.

OLIVEIRA, Filho João Pacheco de. **Uma etnologia dos “índios misturados”: situação colonial, territorialização e fluxos culturais**. In: OLIVEIRA FILHO, J.P (Org). A viagem da volta: etnicidade, política, e reelaboração cultural no nordeste indígena. Rio de Janeiro, 1996b.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de & PEREIRA, Levi Marques. **Terra Indígena Burití: perícia antropológica, arqueológica e histórica sobre uma terra terena na serra de Maracaju, Mato Grosso do Sul**. Editora UFGD – Dourados, MS, 2012.

PEREIRA, Levi Marques. **Os Terena de Burití: formas organizacionais, e representação da identidade étnica**. UFGD, Dourados, 2009.

SAN’ANA Graziella Reis. **Histórias, espaços, ações e símbolos das associações indígenas Terena**. (Doutorado em Ciências Sociais) 331p. UNICAMP Universidade Estadual de Campinas, 2010

SGANZERLA, Alfredo. **A História do Frei Mariano de Bagnaia: O missionário do Pantanal**. Campo Grande: FUCMT, 1992.

SOUZA, Sandra Cristina de. **Aldeinha: Onde é mesmo a aldeia? Organização Social e Territorialidade**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) 149p. PUC, São Paulo,2009.

SUSNIK, Branislava. **Los aborígenes del Paraguay: Etnologia del Chaco Boreal y su Periferia (Siglos XVI y XVIII )** Assunción - Paraguay: Museu Etnográfico “Andrés Barbero”, 1978.

VARGAS, Vera Lucia Ferreira. **A dimensão sociopolítica do Território para o Terena: as aldeias nos séculos XX e XXI.** Tese (Doutorado em história social) 187 p.UFF/ Universidade Federal Fluminense, RJ. 2011.

\_\_\_\_\_. **A construção do território terena (1870-1996): Uma sociedade entre a imposição e a opção.** Dissertação (Mestrado em História) 160p.UFMS/ Dourados, 2003.

**ANEXOS**

**ANEXO A – Memorando de notificação à FUNAI sobre a eleição do conselho tribal para o biênio 93/94.**



Ministério da Justiça  
Fundação Nacional do Índio  
Administração Regional de Campo Grande

AREA INDIGENA ALDEINHA/ANASTACIO/MS EM 25/04/93.  
AO: Sr. ADMINISTRADOR REGIONAL/FUNAI/CGR/MS.

SENHOR ADMINISTRADOR,

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, VENHO COMUNICAR QUE CONFORME FOI REGISTRADO NO LIVRO ATA NO DIA 01 DE JANEIRO DE 1.993, AS 15:00 H, FOI REALIZADO UMA REUNIÃO COM A COMUNIDADE INDIGENA ALDEINHA, A QUAL TRATAVA ESCLUSIVAMENTE SOBRE A ELEIÇÃO PARA O CARGO DE CACIQUE, E ASSUMIU O Sr. ELIAS NIMBU, POR ELEIÇÃO POR UNANIMIDADE, FICANDO ASSIM REELEITO, A QUAL TEM VALIDADE POR 2 ANOS TENDO AS SEGUITE NOMES QUE FORMAM A LIDERANÇA.

- 1º CAPITÃO = ELIAS NIMBU
- 2º CAPITÃO = JOÃO PAULO
- 1º PRESIDENTE CONSELHO = DANIEL JORGE
- 2º PRESIDENTE CONSELHO = ANTONIO NIMBU
- 1º SECRETARIO = IVO ALEXANDRE CORREA
- 2º SECRETARIO = MARCELINO DA SILVA
- 1º TESOUREIRO = ARMANDO DE SOUZA
- 2º TESOUREIRO = JOSE FELIX MATILDE

*J. J. de Oliveira*  
Administrador Regional da FUNAI  
Port. N.º 113 de 14.02.92

Ciente  
EM 28/04/93  
*J. J. de Oliveira*

OFICINA FUNAI/CGR/MS	
865	200493
EQ. LIVRO	FLS. 28

**ANEXO B – Solicitação ao prefeito de Anastácio de uma área para construção.**



Ministério da Justiça  
Fundação Nacional do Índio  
Administração Regional de Campo Grande

C . I nº 013/93.

Do: Resp- do Exp- da Aldeinha/Anastácio/MS.

Ao: Exmº Sr. Prefeito de Anastácio/MS

Senhor Prefeito,

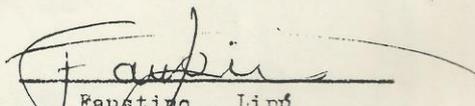
Em atendimento as reivindicação das Lideranças do Posto Indígena Aldeinha/Anastácio/MS, em levar ao conhecimento desta Administração, as prioridades consideradas por esta Comunidade Indígena, conforme solicitação de V.sa com o Cacique desta Área Sr. Elias Nimbá, e pelo motivo acima mencionado segue as relação da referida prioridade,

- 1º - Doação para esta Comunidade de uma Área desocupada entre a Rua Dona Joaninha, Ademair dos Santos e Rua 27 de Julho que servirá para Área de construção.
- 2º - Construção de um Colégio contendo (02) duas salas de aula.
- 3º - Construção de um escritório para Administração da FUNAI nesta Área.

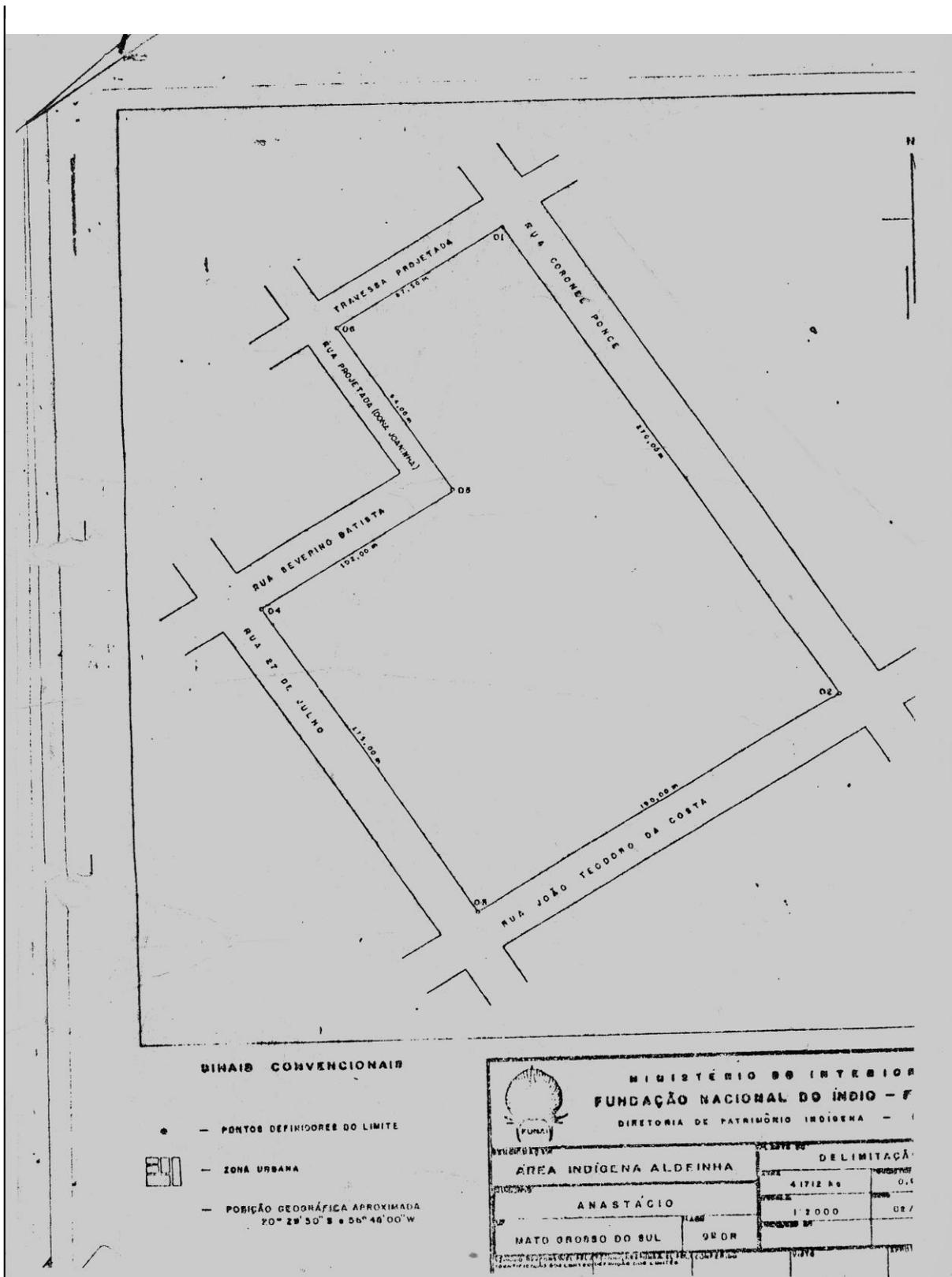
Segue em anexo assinatura da atual Lideranças desta Aldeia.

Sem mais para o momento,  
subscrevo-me mui.

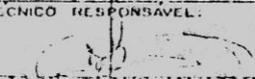
Atenciosamente

  
Faustino Lipi  
Resp-do Exp- da Aldeinha/Anastácio/MS.

**ANEXO C – Croqui da delimitação da área indígena Aldeinha 1984.**



## ANEXO D – Memorial descritivo da área indígena Aldeinha

MINISTÉRIO DO INTERIOR FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE PATRIMÔNIO INDÍGENA - DPI	DESCRITIVO DO PERÍMETRO ÁREA INDÍGENA ALDEINHA ANEXO	
GRUPO INDÍGENA TERENA MUNICÍPIO DE ANASTÁCIO - MS ÁREA APROXIMADA = 4,1712 ha. PERÍMETRO APROXIMADO = 918,50m.		
<p><b>NORTE</b> : Partindo do Ponto "1", localizado no cruzamento da Travessa Projetada com a Rua Coronel Ponce; daí, segue na distância de 270,00m, pela Rua Coronel Ponce até o cruzamento com a Rua João Teodoro da Costa, no Ponto "2";</p> <p><b>LESTE</b> : Do Ponto antes descrito, segue na distância de 190,00m, pela Rua João Teodoro Costa, até o cruzamento com a Rua 27 de julho, no Ponto "3";</p> <p><b>SUL</b> : Do Ponto antes descrito, segue na distância de 175,00m, pela Rua 27 de julho até o cruzamento da Rua Severino Batista no Ponto "4";</p> <p><b>OESTE</b> : Do Ponto antes descrito, segue na distância de 102,00m, pela Rua Severino Batista, até o cruzamento com a Rua Projetada (Dona Joana), no Ponto "5"; daí, segue pela citada ruana distância de 94,00m, até o cruzamento com a Travessa Projetada, no Ponto "6"; daí, segue pela Travessa Projetada na distância de 87,50m, até o cruzamento da Rua Coronel Ponce, no Ponto "1" inicial da descrição.</p> <p>Obs.: A posição geográfica aproximada da área indígena é localizada aos 20°29'30" de Latitude Sul e 56°48'00" de Longitude Oeste.</p>		
XXX XXXX XXXX XXXX XXXX XXXX	XXXX XXXX XXXX XXXX XXXX XXX	
LOCAL: Brasília/DF. DATA: 20/JULHO/84	TÉCNICO RESPONSÁVEL:  JOSÉ JAIME MANCINI Engº Agrím. CREA 57.806/D	VISTO: